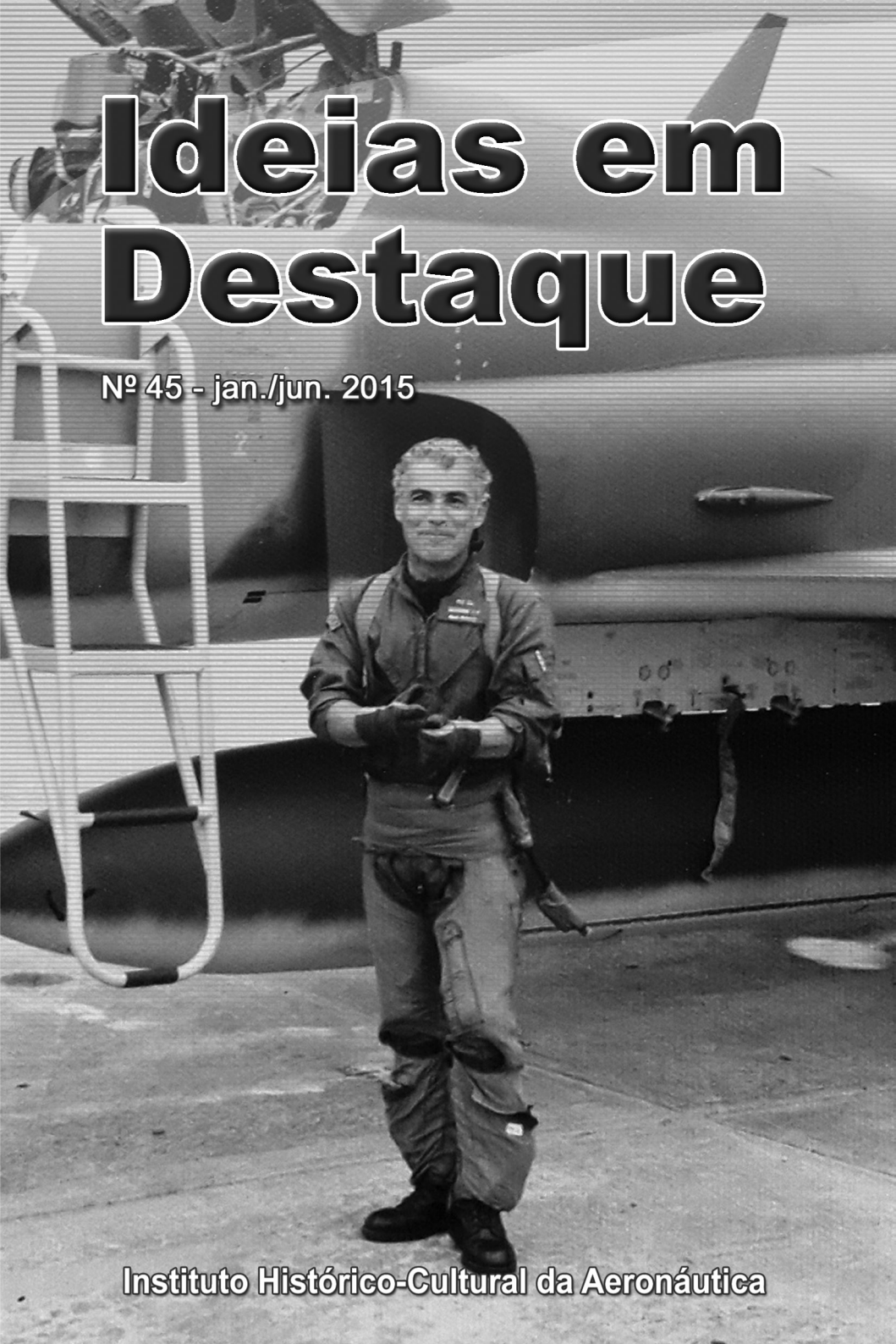
# Ideias em Destaque

Nº 45 - jan./jun. 2015



Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Edição

*INCAER*

**Editor Responsável**

*Maj Brig Ar R1 Wilmar Terroso Freitas*

**Projeto Gráfico**

*SO SAD 02 Wânia Branco Viana*

*2S SAD Jailson Carlos Fernandes Alvim*

*3S SIN Mauricio Barbosa Cavalcanti Filho*

*3S TCO Tiago de Oliveira e Souza*

**Revisão, Diagramação de Textos e Impressão**

*INGRAFOTO*

**Nossa Capa**

*A imagem do Maj Brig Menezes, jovem e sorridente, em traje de voo, tendo ao fundo uma aeronave de caça, bem representa a dinâmica que nosso Conselheiro manteve até seus últimos dias, sempre pensando, argumentando, propondo ideias novas e escrevendo.*

Ficha Catalográfica elaborada pela
Biblioteca do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Ideias em Destaque / Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.
v. – Quadrimestral até dez. 2014; a partir, semestral.

ISSN 2175 0904

1. Aeronáutica – Periódico (Brasil). I. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. II. INCAER.

CDU 354.73 (05) (81)

*Os artigos publicados nesta revista são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam, necessariamente, o pensamento do editor de "Ideias em Destaque" e da Direção do INCAER.*

*É permitida a reprodução, total ou parcial, dos artigos aqui publicados, desde que seja citada a fonte.*

# Apresentação

Esta edição de Ideias em Destaque vem dar a lume, mais uma vez, temas de naturezas diversas, desenvolvidos com a especial dedicação de nossos estimados colaboradores, aos quais direcionamos os comentários positivos e incentivadores que recebemos dos gentis leitores que assim se manifestaram a esta Direção.

Como se tornou habitual, desde as primeiras edições, contamos com a contribuição do insigne Major-Brigadeiro do Ar Lauro Ney Menezes em duas matérias: uma delas, muito oportuna, apresenta ideias próprias, ousadas e bem fundamentadas sobre a inserção dos militares da reserva no processo político, opinando e tomando partido nas relevantes questões que se afiguram no cenário nacional.

A outra contribuição, embora de igual valor patriótico e sociológico, tem aspecto de perda, pois se trata de uma mensagem de despedida do insigne Conselheiro do INCAER e colaborador desta revista, a qual foi escrita quando se avizinhava o desfecho final, previsto, mas não desejado pelo homem comum. Diferenciando-se da normalidade, nosso Conselheiro preparou-se e deixou sua mensagem.

Os leitores poderão também desfrutar de assuntos diversos com foco no passado, tais como registrados pela genealogia, biografia, história e relatos de eventos importantes ou, simplesmente, singulares.

Os temas atuais também estão presentes, apresentando artigos e ensaios sobre a defesa nacional e as questões de segurança que preocupam os organismos internacionais como a OTAN e ONU.

Mais uma vez, sentimo-nos animados pela convicção de que o prezado leitor terá uma agradável leitura, o que será a recompensa ao trabalho de nossa dedicada equipe.

*Ten Brig Ar R/1 Ailton dos Santos Pohlmann*

*Diretor do INCAER*

# Ideias em Destaque

**Nº 45**
jan./jun. 2015

## Sumário

1. Mensagem de despedida ..... 7
*Lauro Ney Menezes (in memoriam)*

2. Os militares e o direito de opinar ..... 11
*Lauro Ney Menezes (in memoriam)*

3. Cyberwarfare: o futuro é hoje ..... 15
*Alfredo Cruz*

4. A Universidade de Defesa Nacional ..... 27
*Delano Teixeira Menezes*

5. Guido Fontenegalant Pessotti: engenheiro, projetista e piloto ..... 31
*MárioVinagre*

6. O controle das forças Armadas pelo poder político nacional ..... 34
*Carlos Alberto Pinto Silva*

7. A educação do oficial combatente no século XXI ..... 37
*Gilberto Pedrosa Schittini*

8. Governabilidade, governança e entropia sistêmica ..... 51
*Afonso Farias de Souza Júnior*

9. Prevendo incertezas: a produção de estimativas pela atividade de inteligência ..... 54
*Márcio Bonifácio Moraes*

10. Considerações sobre a genealogia ..... 73
*Pedro Wilson Carrano Albuquerque*

11. A certeza do dever cumprido ..... 88
*Sérgio Pinto Monteiro*

12. O descobrimento de Portugal ..... 92
*Paulo Cesar de Castro*

13. Da antiga à nova Globalização ..... 106
*Manuel Cambeses Júnior*

14. Contestado: transição de uma era ..... 109
*Márcio Tadeu Bettega Bergo*

15. Um abençoado açude! ..... 125
*Siudomar Machado de Carvalho (in memoriam)*

16. A aeronave Piper L-4H no Brasil ..... 130
*Aparecido Camazano Alamino*

17. Museu Aeroespacial: MUNIZ M-7 ..... 142
*Ana Carolina Nogueira de O. da S. de Carvalho*

18. A Biblioteca Ten Brig Moreira Lima ..... 146
*Nair de Laia*

19. Coleção Aeronáutica do INCAER ..... 150

# Mensagem de despedida

***Lauro Ney Menezes*** *(in memoriam)*

*...de nada vale um combatente sofisticadamente armado se, dentro dele, não pulsar um coração de bravo e de cidadão devoto e convicto.*
Lauro N. Menezes

Considerações do Editor

Ficou vaga, no Conselho Superior do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), em 29 de março de 2015, a cadeira nº 18 – cujo Patrono é o insigne Ten Brig Ar Deoclécio Lima de Siqueira – que era ocupada, desde 29 de junho de 1998, pelo Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes.

Falecido após um longo período com a saúde fragilizada – que não lhe tirou o ânimo nem o ímpeto de escrever, argumentar e questionar –, Menezes esteve sempre na linha de frente da discussão de temas operacionais, doutrinários, estratégicos e de ensino, traduzindo, em belos textos, o incansável hábito de pensar na sua Força Aérea.

Como editor, registro seu índice de 27 artigos publicados nesta revista, o que o coloca como o segundo mais "produtivo", desde abril de 1989, data do primeiro *Ideias em Destaque*. Nesta edição, incluímos um artigo que se soma à sua carta de despedida, a seguir transcrita.

Menezes nasceu em 1928 e foi declarado Aspirante-a-Oficial em 18 de dezembro de 1947, tendo cursado a terceira turma do Estágio de Seleção de Pilotos de Caça. Como caçador, voou P-47, F-8, Mirage III e F-5B/E, tendo sido o primeiro piloto de caça supersônico no Brasil. Dentre os diversos cargos, ressalto aquele do qual ele muito se orgulhava: Comandante da Academia da Força Aérea. Já na Reserva, foi Presidente da INFRAERO e o primeiro Presidente e sócio benemérito da Associação Brasileira de Pilotos de Caça (ABRA-PC).

Dentre seus vários escritos, é digna de destaque uma publicação denominada *Mensagem ao Jovem Oficial*, em forma de livreto, onde ele discorre sobre diversos aspectos fundamentais para a boa conduta dos novos oficiais, com "pérolas" como essa:

*A vida é uma excelente escola para a formação do caráter do homem. E é através do dia a dia que o teu caráter, como futuro líder, será plasmado. Se as tuas escolhas e decisões forem tomadas com base na justiça, no descomprometimento, na prudência e na caridade, fique certo de que há um bom caminho à frente. Caso contrário, a única forma para compensar e corrigir é retomar a caminhada e substituir os maus por bons hábitos. É sabido que qualquer hábito pode ser mudado: apenas demanda tempo. E o homem, por princípio e imitação divina, é bom.*

A publicação é plena de conselhos e temas para meditação e desenvolvimento, como integridade, lealdade, dignidade, decência e coragem. Ao finalizar, após discorrer sobre aspectos relacionados com o final de carreira e a passagem para a reserva, ele escreve:

*E então, com os pensamentos voltados para a Pátria e com a Força Aérea no coração, dirás (como nós o dissemos) com orgulho incontido e justificado: Adeus. Missão cumprida!*

Tendo já a clara noção de que, no seguimento natural da vida, esta se esgotaria um dia, decidiu o nosso bravo caçador deixar uma mensagem de despedida àqueles a quem tinha cativado e que lhe reconhecem a dignidade, a vibração e a dedicação à Força Aérea Brasileira ao longo de toda uma vida. E, por que não dizer, até depois da vida, conforme materializado nesta quase oração que foi entregue ao INCAER e a outros seus amigos, por ele, caçador emérito e Conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

Suas cinzas foram lançadas da aeronave V5 de matrícula PU-CBT, às 12h40, do dia 4 de abril de 2015, sobre a relva da pista de pouso do Clube de Aeronáutica, na Barra da Tijuca, momento precedido de homenagens e um saudoso *Adelfi* que lhe prestaram amigos e familiares.

Como ele imaginou e desejou, leiamos a sua bela mensagem:

***Companheiros de armas e queridos familiares,***

Ao deixar, após 40 anos, o serviço ativo da Força Aérea Brasileira, temos plena certeza de lhes haver apontado, por todos esses anos, o valor da disciplina consciente, da perseverança na conquista dos objetos, da lealdade inquestionável, do indispensável respeito aos outros para podermos ser respeitados. E a honrar o passado para ter direito ao futuro.

Estamos ainda seguros de haver demonstrado que o verdadeiro profissional das armas é aquele que nada teme. Nem mesmo uma nova ideia.

*Entretanto, fiquem certos de que, em contato com diversas gerações de soldados-do-ar, aprendemos que não se envelhece por haver vivido mais, mas, sim, por haver desertado dos ideais: o passar dos anos enruga a pele, mas a renúncia a um ideal encanece a alma. Foi dessa forma que descobrimos* ***velhos*** *entre os* ***jovens****, porque jovem é aquele que desafia os acontecimentos, rompe a barreira da acomodação e encontra alegria no jogo da vida: as provas o galvanizam, os fracassos o robustecem e as vitórias o apuram...*

*Ficamos convencidos, portanto, que seremos tão jovens quanto nossa fé e tão velhos quanto nossas dúvidas. Tão jovens quanto a nossa confiança e tão velhos quanto nossas desesperanças. E mais idosos ainda, quanto nosso abatimento à luta.*

***Senhores,***

*Nesse momento de partida, reafirmo minha inquebrantável crença de que, na alma do autêntico militar, não devem prosperar a cobiça e o delírio de promover-se; nem a omissão, a covardia, maledicência; sequer a inércia, o comodismo. Muito menos, a ostentação, a vaidade, a prepotência e o compadrio. Porque a Força Aérea a que servimos é forte pelas virtudes de magnanimidade, de solidariedade e, principalmente, de pureza de princípios. Nosso compromisso é o juramento feito de bem servir à Nação Brasileira, com o máximo de eficiência, na paz e na guerra, permanecendo inarredavelmente fiéis à nossa consciência e aos nossos desígnios constitucionais, e certos de que de nada vale um combatente sofisticadamente armado se, dentro dele, não pulsar um coração de bravo e de cidadão devoto e convicto.*

*Creio firmemente que, para que possamos levar avante esse compromisso de honra, hoje e nos próximos dias que estão por vir, a sociedade brasileira espera de todos os homens da Força Aérea valor, vontade, constância, respeito mútuo e o estrito cumprimento e o cultivo dos deveres e virtudes militares, como princípios básicos para que preponderem e frutifiquem o espírito criador e renovador, o dinamismo e a ousadia sã, o entusiasmo e a fraternidade, elementos basilares de uma Força Aérea engajada com o futuro, já avistado, na nação.*

***Companheiros***

*Parto, emocionado, e sob o efeito de múltiplos sentimentos que, nesta hora, habitam minha alma:*

*De* ***saudade*** *de cada momento vivido e cada companheiro encontrado nestes quarenta anos de serviço em que, antes de mais nada, conheci melhor a mim mesmo e aos homens.*

*De* ***orgulho****, por haver recebido as mais belas tarefas que a Força Aérea pode entregar a um Oficial, dentre as quais: comandar a Unidade de Formação de Pilotos de Caça, a Base Aérea de Santa Cruz, a Academia da Força Aérea e a Diretoria de Administração do Pessoal. São privilégios e honras que levarei comigo, por toda a minha vida.*

*De* ***esperança****, ao me haver certificado de que a Força Aérea é fundamentalmente composta de homens de bem, de mente aberta e saudável, coração puro e alma límpida, capazes de, em conjunto, superar as mazelas humanas e as próprias da Corporação. Esta abomina o arbítrio, a usurpação de competência, a manipulação dos Regulamentos e dos homens, a politicagem na caserna e o sectarismo partidário trajando nosso uniforme.*

*De* ***confiança*** *no exuberante potencial instalado em nossos homens, principalmente, em nossos jovens Oficiais e Cadetes – os Oficiais Generais dos anos 2000 – capazes de conduzir a Força Aérea ao lugar de destaque que lhe cabe no panorama militar da Nação, afastando-a dos rumos e dos homens que a usam como instrumento de seus interesses pessoais...*

*E de* **fé** *em que, mercê de seus homens de bem, da idealística descomprometida, do indispensável senso de profissionalismo e do tão desejado retorno aos misteres puramente militares, a Força Aérea de nossos sonhos se tornará, cada vez mais, uma realidade inquestionável. Com os pensamentos voltados para a Pátria e com a Força Aérea no coração, lhes digo:*

***Adeus!***

# Os militares e o direito de opinar

***Lauro Ney Menezes*** *(in memoriam)*

A participação dos militares brasileiros na arena política é sobejamente conhecida. Mesmo tentando discuti-la ou questioná-la, como fazem alguns, é um fato histórico e irretorquível. Não caberia, nestas notas rápidas e sintéticas, avaliar o quanto de espaço, no cenário político, as elites(?) brasileiras, por força de sua decrepitude, falência ou omissão, cederam aos militares. Nem mesmo cabe julgar o quanto a formação castrense, "fechando-se em si mesma" por muito tempo, ficou imune ao processo de *esquerdização* ostensivamente implantado em toda a nossa universidade e na nossa mídia, em épocas passadas, permanecendo, portanto, "imune e descontaminada" aos olhos da sociedade. Essa iniciativa das Forças Armadas assegurou ao processo de formação e desenvolvimento dos seus componentes o "cultivar e manter" valores e ética no seio da sua comunidade, independentemente do processo externo.

Além disso, há um quê de "caldo de cultura" incutido nas mentes dos cidadãos civis que parte da premissa inquestionável que "organização-metodologia-isenção-disciplina-hierarquia-desprendimento-vocação etc. etc." são apanágio permanente dos militares, em detrimento daquilo que possa ocorrer (ou estar em prática) na sociedade civil. Por essa razão, em circunstâncias emergenciais do passado, os cidadãos-fardados foram convocados pela própria sociedade civil para participar na solução do impasse político de momento.

Como decorrência da orientação chamada de "retorno aos quartéis", inaugurada e implementada após o ocaso dos governos militares, as lideranças fardadas naturais foram abandonando o cenário, não existindo, na data de hoje, personalidades castrenses desejosas de aglutinar a caserna, mesmo para a defesa de seus mais lícitos direitos. Assim, as Forças Armadas brasileiras se impuseram a figura do "Grand Muet", o grande mudo, mas que, felizmente, mesmo não falando... pensa!

Sem muito diferenciar-se da postura geral com relação ao que poderia ser titulado "crise nacional", a opinião castrense, muito antes do

que tratar simplesmente de questões salariais, poderia ser sintetizada como abaixo:

a. "a apatia das lideranças nacionais" (vista como "superfluidade") compele a buscar o comprometimento das elites para fazer face a qualquer clima de crise;

b. o clima político em que vivemos é de "revolução branca", onde se inscrevem o fisiologismo, o descrédito, a auto-outorga de salários de forma indiscriminada, o descomprometimento político e partidário para com o bem estar social, com a justiça, a saúde pública e a educação;

c. a inflação é, antes de mais nada, fundamentalmente originada da (omissão) política;

d. o sistema judiciário está em estado falimentar;

e. a Constituição é, por si própria, contraditória, não responde aos anseios da Nação e, portanto, deve ser urgentemente reformada;

f. o país vem sendo progressivamente "libanizado" e é complacente com a permissividade que conduz ao aparecimento de "Estados dentro do Estado" através da falta do controle do tráfico de drogas, do banditismo e da corrupção, da banalização da violência e do desprezo pelos valores éticos e morais;

g. as lideranças políticas e comunitárias estão falidas;

h. a "convulsão social" (caso venha a ocorrer), proveniente da fome e da miséria que imperam, será um inimigo quase impossível de conter, mesmo pelas próprias Forças Armadas;

i. as Forças Armadas não se despojam, em nenhuma circunstância, da posição de fiadores máximas da ordem e da lei. E, como tal, não querem estar "cegas, surdas e, principalmente, mudas" face a uma realidade que poderá vir a lhes impor atuação no cenário, independentemente até mesmo de sua vocação.

Hoje, alguns membros das gerações militares passadas (na Reserva) voltam ao cenário estimulados a participar no equacionamento da grande problemática nacional. Como cabe a qualquer membro da

sociedade. E agora, motivados pelo abrandamento dos Regulamentos (naquilo que se refere à participação de militares no processo político partidário), assim como pela facilidade de acesso à mídia e à opinião pública, somados à expansão do sentimento de "associatividade em torno de interesses comuns", promovem declarações à imprensa, com o fim de gerar um "movimento de opinião". E o fazem com pleno direito de cidadão. Principalmente no que tange à profissionalização, reequipamento das Forças e sua destinação constitucional e emprego.

Além disso, as novas (e, por que não, as velhas) gerações buscam saídas, insatisfeitas com a baixa prioridade atribuída pelo Governo à condução e ao tratamento das mais urgentes e justificadas aspirações das Forças Armadas. A solução, como é fácil concluir, é encontrar uma forma de aglutinar a "massa de opinião militar" e direcioná-la em busca da conquista de suas expectativas e atendimento de suas carências. E é aqui que a Reserva, principalmente, "inferindo a missão", se dispõe a abandonar o mutismo, vir à luz e expor posições com mais ênfase.

Tentando, portanto, contrapor-se ao *status quo* e a quaisquer posições radicalizadas, o que as Forças Armadas hoje procuram são os bons (velhos) soldados, indiscutíveis profissionais das armas, que encarnem, na realidade, as figuras dos representantes de uma comunidade que – na busca e manutenção de seus princípios basilares de existência e sobrevivência – tornem público sua filosofia e conceitos, na expectativa de, através deles, sensibilizar a parcela silenciosa da sociedade civil (e da própria militar), com objetivo de se integrar legitimamente na condução do processo político brasileiro, sem abandonar o exercício do regime democrático, assim como opinar na formulação das soluções para o encaminhamento dos assuntos profissionais.

Em sendo assim, não há porque entender de outra forma a participação dos militares no "momento" brasileiro, já que ela faz parte do processo de "mobilização de opinião", característico dos regimes democráticos. O que causa estranheza, isto sim, é o fato de que, a partir da prática dessa mobilização (mesmo aquelas totalmente alinhadas com as da própria sociedade), os militares possam ser vistos por alguns como "saudosistas" do passado", em busca da ressurreição de movimentos que não se coadunam nem com a realidade, nem com as necessidades do

Brasil de hoje. E, principalmente, de amanhã. Somente porque pensam e, consequentemente, se expressam!

Em suma, na democracia do século 21, manifestação de militares, principalmente os da Reserva, não pode mais ser vista como exceção, mas, sim, como uma forma de atuação permanente de tornar público seus pensamentos e ideário, como o fazem os outros diversos segmentos da sociedade! Sem inibições.

Visto de outra forma, seria como entender a participação dos militares no panorama político como se "um mastodonte fossilizado", trazido à vida de um "parque jurássico" qualquer, para adentrar a um cenário a que, por princípio, o acesso não lhe fosse permitido. Como se um estranho no ninho fosse... nem mesmo cidadão!

Opinar, portanto, não é só direito: é obrigação!

# Cyberwarfare: o futuro é hoje[1]

***Alfredo Cruz***

Setembro de 2007 – *Duas formações de aviões F-15 e F-16 israelitas penetram no espaço aéreo da Síria. Os aviões atravessam a fronteira com a Turquia e atacam um complexo industrial a cerca de 140 quilômetros a sul. Alguns dias depois aparecem pequenas notícias, não muito detalhadas, sobre um provável ataque a um complexo militar sírio que estaria a ser edificado por cidadãos norte coreanos. Esta infraestrutura, segundo fontes anônimas, estaria relacionada com o futuro programa nuclear sírio e a provável manufatura de armamento de destruição massiva.*

A Síria acabara de investir bilhões de dôlares no seu moderno sistema de defesa aérea. O pessoal que guarnecia o Centro de Comando de Defesa Aérea estava treinado, vigilante e alerta. Contudo, por volta da meia-noite, minutos antes do ataque, para os controladores do Centro de Defesa Aérea, o céu sobre a Síria permanecia calmo e os *écrans* não mostravam quaisquer contactos. De fato, os aviões israelitas haviam penetrado no espaço aéreo sírio sem serem detetados. Nas horas seguintes, os sírios descobriam, incrédulos e de forma dolorosa, que Israel tinha tomado positivamente conta do seu sistema de defesa aérea.

Utilizando as mais modernas tecnologias eletrônicas e informáticas, Israel entrara no sistema de computadores do Centro de Comando e Controle e, desta forma, manipulara todo o sistema de defesa aérea. Sem necessidade da destruição física dos radares, conseguiram o efeito surpresa, manipulando o sistema através das mais modernas técnicas da *Cyberwar*.

O que é a *Cyberwar*? O *Oxford Dictionary* define este tipo de guerra como "o uso da tecnologia computacional com a finalidade de perturbar e degradar as atividades de um Estado ou Organização através de

[1] *Nota do editor: Artigo originalmente publicado na Revista* MAIS ALTO*, da Força Aérea Portuguesa, nº 412, nov./dez. 2014, reproduzido com autorização e alteradas as pequenas diferenças ortográficas que porventura existiam.*

ataques deliberados por outro Estado ou Organização aos sistemas de comunicações".

O *Cyberspace* ou o ciberespaço é o grande oceano onde confluem os rios da informação e os vários *bits* e *bites* dos sistemas computacionais. É neste espaço volátil que se movimentam as organizações estatais e privadas, as organizações militares, os sistemas financeiros, a economia, os serviços públicos e privados, mas também as organizações criminosas, terroristas, de espionagem e subversivas. É aqui, no *Cyberspace*, que acontece a *Cyberwar*.

Há 20 anos atrás, o *Cyberspace* era apenas um termo utilizado para descrever a rede nascente de computadores interligados a meia dúzia de laboratórios universitários. Hoje, o mundo como o conhecemos, desde as comunicações, à economia e à guerra, todos dependem da internet. A integridade e a disponibilidade desta rede e os assuntos ligados à sua segurança são um desafio de todos: dos políticos lutando em várias frentes, desde o cibercrime à liberdade de expressão *online*; dos decisores militares preocupados em defender e proteger estas novas formas de ataque; dos gestores a todos os níveis defendendo as suas empresas contra ameaças inimagináveis anos atrás. Neste mundo interligado e global, nesta miríade de novas ameaças quase invisíveis, o indivíduo, a família e a comunidade enfrentam novas realidades no âmbito dos seus direitos e responsabilidades.

Alvin e Heidi Toffler afirmavam nos anos 1980: "As guerras da primeira vaga foram-no em prol da revolução agrária, as da segunda vaga foram-no pelo controle da capacidade produtiva, as guerras da terceira vaga serão combatidas pelo controle do conhecimento". E acrescentavam, "desde que a forma de combater, em quaisquer sociedades, segue a forma da produção de bem estar dessa sociedade, as guerras do futuro serão cada vez mais guerras de informação".

A operação *Desert Storm,* em 1992, pressagiou as guerras do Século XXI, as *smart bombs*, os satélites de reconhecimento altamente sofisticados, os guerreiros modernos com armas da Era do Conhecimento. A utilização intensiva das mais modernas tecnologias na microeletrônica e nos processadores permitiu um avanço exponencial no campo das comunicações e no processamento e armazenagem de dados.

Em plena Era da Informação, o mundo é uma enorme aldeia global onde tudo pode ser partilhado, o conhecimento globalizou-se. Neste mundo novo, as fronteiras físicas tendem a esfumar-se. Num mundo perfeito, esta nova realidade seria sinônimo de riqueza, felicidade e bem estar, mas a sabedoria ensina-nos que os perigos e as ameaças permanecem presentes, embora com contornos e formas bem diversas.

O Ciberespaço modificou fundamentalmente a economia global. Transformou a forma como vivemos em sociedade, fornecendo a milhões de cidadãos no mundo o acesso instantâneo às comunicações, às informações e às oportunidades econômicas. O Ciberespaço é a nova fronteira para a plena prosperidade no Século XXI. Contudo, apesar destas possibilidades, também é acompanhado por novos perigos e ameaças. A Internet é um sistema aberto e facilmente acessível, como o deve ser. Mas, infelizmente, também um novo campo para o desenvolvimento de novas e perigosas batalhas. É o campo de batalha onde os adversários procurarão causar danos a Estados e organizações antagônicas. Ela constitui a espinha dorsal da "Era do Conhecimento", digamos que é o sistema dos sistemas por onde flui toda a informação global, a privada e a institucional. As vulnerabilidades dos sistemas informáticos existem e têm vindo a aumentar exponencialmente. Mais de 1.7 mil milhões de registos de vulnerabilidades e ataques de *malware,* nos últimos cinco anos, apontam para o crescimento da insegurança. O termo *malware*, proveniente do inglês *malicious software* (software malicioso), é um software destinado a infiltrar-se em sistemas de computadores alheios, de forma ilícita, com o intuito de causar danos, alterações ou roubo de informações, confidenciais ou não. Vírus de computador, *worms, trojans* e *spywares* são considerados *malware*s.

A *Cyberwar* afeta tanto os setores públicos como os privados. É uma ameaça aos sistemas econômicos e financeiros, afetando tanto os serviços públicos, unidades de produção de energia, distribuição de água, controle do tráfego aéreo, serviços vitais à vida, como os setores de segurança e defesa dos Estados. As Forças Armadas, como garante da defesa dos Estados soberanos, são alvos preferenciais e prioritários deste tipo de guerra.

Os ciberataques, em contraste, são versões sofisticadas de três atividades tão antigas como a humanidade: sabotagem, espionagem e

subversão. Contudo, ao contrário dos ataques físicos convencionais, estes tipos de ataque são invisíveis e acontecem sem qualquer aviso prévio e, na maioria das vezes, sem causar danos físicos. Nos atos de sabotagem, é possível provocar danos gravosos nos sistemas operativos computacionais, sem causar danos físicos ao material. Ao realizar ataques de pura espionagem, é possível exfiltrar informações valiosas, sem qualquer necessidade de infiltrar agentes em operações de alto risco. Por último, em atos de subversão, não haverá necessidade de ações diretas. Computadores em rede e *smartphones* tornam hoje possível a mobilização de seguidores para causas políticas.

No seu livro *Da Guerra*, Clausewitz afirmou: "A guerra é um ato de força para obrigar o inimigo a cumprir a nossa vontade". A guerra é por natureza violenta. Na visão do autor, se um ato não for potencialmente violento, não é um ato de guerra e, como tal, não é um ataque armado. Um ato de guerra ou um ataque armado é, na grande maioria das vezes, letal para alguns dos intervenientes.

Durante a primavera de 2009, num período de seis meses, funcionários das Nações Unidas observaram, nas instalações de enriquecimento de urânio, em Natanz, no Irã, o desmantelamento de cerca de 10% das 9.000 centrifugadoras utilizadas no processo. Esta situação resultou de falhas mecânicas graves nas centrifugadoras. Mais tarde, veio a perceber-se que estes danos materiais foram o resultado de um ataque coordenado aos computadores da central por um *worm*, que ficou mundialmente conhecido como *Stuxnet*.

Este ataque devastador a uma instalação nuclear foi, talvez, o primeiro ciberataque onde se procurou, e foram atingidos, danos físicos graves ao material. Foi também aqui que, pela primeira vez, foi utilizada uma arma que, embora digital, se comportou como se de uma bomba convencional se tratasse. O *Stuxnet* foi o percursor das *Cyberweapons* ou *Logic Bombs* (bombas virtuais). Os criadores do *Stuxnet* mantêm-se desconhecidos. No entanto, especialistas suspeitam que operacionais americanos e israelitas foram os responsáveis pelo ataque.

A segurança dos sistemas de informação assenta em três princípios básicos: a Confidencialidade, a Integridade e a Disponibilidade. Os ataques à confidencialidade resultam da entrada maliciosa nos

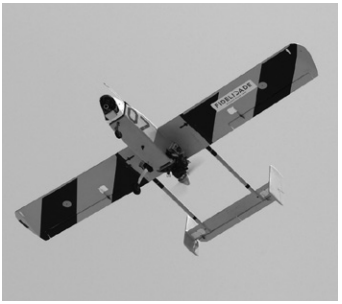
sistemas computacionais com a finalidade de vigiar e extrair dados e informações classificadas. A integridade dos sistemas é posta em causa através de ataques cuja finalidade é a destruição física e, não, a extração de informação ou dados. A disponibilidade permanente dos sistemas é fundamental para o sucesso do funcionamento dos mesmos. Ataques que se destinem a impedir o acesso a uma rede, sejam eles executados através de uma esmagadora inundação de visitas, conhecido por *Denial of Service* (negação de serviço), ou mesmo ao seu encerramento (*offline*), através do encerramento físico ou do processo virtual do qual ele é dependente, são efeitos altamente perniciosos à disponibilidade do sistema. Um ataque *Denial of Service* prolongado no tempo e que seja capaz de encerrar temporariamente partes das infraestruturas digitais de um Estado ou de uma grande organização pode e deve ser considerado como um ataque aos interesses estratégicos desse Estado. O ataque *Denial of Service* à Estônia, em abril de 2007, orquestrado por *hackers* russos, patrocinados pelo próprio governo da Rússia, é um exemplo típico.

Modernamente, a maioria das forças militares no mundo desenvolvido têm, em maior ou menor desenvolvimento, ferramentas de planeamento e organização operacionais para a *Cyberwar*fare. A Força Aérea dos Estados Unidos descreve-a com a capacidade de: Destruir, Negar, Degradar, Interromper e Enganar, e, simultaneamente, montar as defesas contra o uso do ciberespaço pelo inimigo cujos desígnios serão semelhantes aos seus.

Em terminologia militar, este novo tipo de guerra é vulgarmente conhecido como a Network Centric Warfare. Dentro da rede de comunicações e informações do inimigo, pode interromper-se ou mesmo incapacitar os sistemas de comando e controle, impedindo os comandantes de enviar ordens, unidades impossibilitadas de falarem umas com as outras, ou mesmo sistemas de armas incapazes de partilharem dados e informações fundamentais à conduta das operações. A grande mudança entre o passado e o presente resume-se numa simples frase: "É a diferença entre ler os sinais rádio do inimigo e ser capaz de tomar o controle do próprio rádio".

A aceleração tecnológica exponencial veio trazer à conflitualidade atual uma mudança radical na forma e na arte de fazer a guerra. A

utilização intensiva, nos modernos conflitos assimétricos, de aeronaves não tripuladas (UAV), inclusive nas modalidades de ataque, é uma realidade nos modernos campos de batalha. O comando e controle destas unidades são feitos através das diversas redes de comunicações e a respectiva ligação aos sistemas de informações. Com o desenvolvimento tecnológico disponível e previsível, não será de espantar que, num futuro não muito longínquo, piratas informáticos possam assumir o controle dos sistemas não tripulados e os utilizem em seu proveito.



*Projeto UAV em curso, na Academia da Força Aérea*

Tradicionalmente, as ameaças resultam de uma conjugação de capacidades de um determinado ator internacional (Estado ou Organização) e a vontade da utilização dessas capacidades contra potenciais adversários ou inimigos. A avaliação das ameaças é um processo difícil e que envolve riscos. Existem diversos graus de incerteza na avaliação das nossas vulnerabilidades e das capacidades e intenções do adversário ou potencial inimigo. A natureza das ameaças no ciberespaço torna a sua avaliação ainda mais difícil.

No caso da *cyberwar*, o uso da força é efetivamente mais complexo e acaba por ser um resultado de causas e consequências que, em último grau, podem resultar em violência e vítimas. Num ataque convencional, há sempre um aviso prévio. No lançamento de um míssil balístico intercontinental, o aviso poderá ser de minutos, no disparo de um míssil ar-terra, o aviso pode ser de segundos, mas, na realidade, existe sempre um tempo prévio que permite uma reação mais ou menos

imediata. Por outro lado, na maioria das vezes, conhece-se a fonte do ataque, possibilitando uma reação atempada.

No Ciberespaço, não há avisos prévios, na maioria das situações, só se tem conhecimento do ataque depois dele acontecer. A indefinição da natureza dos atores, a incerteza na definição das fronteiras físicas tornam extremamente difícil a montagem de contra-ataques. Os ataques podem ser originados interna ou externamente, podem ser executados por autores privados, estatais, ou por ambos em conjugação. O ataque preventivo aos sistemas computacionais do adversário ou potencial inimigo é o método e a solução mais eficaz como garante da segurança dos nossos sistemas. Apesar disso, para um ataque preventivo ter sucesso, dois axiomas são fundamentais: conhecer a fonte da ameaça e ter a capacidade ofensiva para o realizar. Por último, há que ter em consideração as razões éticas e morais que, para estados como a Rússia e a China, serão de importância relativa, para os estados ocidentais, são premissas básicas para a tomada de decisão.

A *Cyberwar* é um problema de hoje e, não, de amanhã; o risco à segurança e defesa dos Estados soberanos existe e tem aumentado exponencialmente. É necessário e urgente procurar soluções e novas metodologias para responder, de forma efetiva, às ameaças no ciberespaço. Muitos estrategos militares e civis têm expressado grande preocupação sobre as leis e a compreensão do conflito armado que não têm acompanhado os desafios, nomeadamente sobre as capacidades ofensivas da *Cyberwar*.

As doutrinas e a definição de estratégias fundamentadas no pensamento de Clausewitz não respondem satisfatoriamente às novas realidades do mundo emergente da Era do Conhecimento. É necessário definir novos conceitos e estratégias de combate às ameaças emergentes. É necessário revisitar os conceitos sobre segurança e defesa. Tradicionalmente, ao nível estatal, a Segurança lida com as ameaças internas, enquanto a Defesa assume as responsabilidades das ameaças externas. Pelo que foi exposto, não faz sentido continuar a discutir a validade, a hierarquia ou as responsabilidades da cibersegurança e da ciberdefesa no mundo do ciberespaço. É preciso desenvolver esforços para que as diferentes organizações interajam e se organizem hierárquica e

funcionalmente. No mundo liberalizado em que vivemos, é necessário coordenar, regular e fiscalizar as entidades não governamentais que têm responsabilidades no âmbito da cibersegurança, serviços financeiros, economia, energia, água, universidades, entre outros.

Os Estados mais poderosos e mais avançados tecnologicamente dispõem de departamentos governamentais responsáveis pelas medidas de segurança no ciberespaço, coordenando todas as medidas que salvaguardem a livre utilização das redes e dos sistemas computacionais, sejam eles públicos ou privados. Simultaneamente, têm desenvolvido enormes capacidades ofensivas no campo da *Cyberwar* como forma de dissuadir os ataques por agentes antagônicos.

Os Estados Unidos da América, para garantir a segurança e bom funcionamento do ciberespaço, organizam-se em dois grandes departamentos: O *United States Cyber Command*, dependente do Comando Estratégico dos Estados Unidos (*US Strategic Command*), responsável, na estrutura militar, pelas políticas de segurança, tanto defensivas como ofensivas; e o *Department of Homeland Security* (DHS), responsável pela cibersegurança ao nível interno, vigiando e protegendo os sistemas governamentais e fornecendo assistência especializada aos setores privados.

No Reino Unido, o GCHQ (*Government Communications Headquarters*) é o ponto central de todos os assuntos relacionados com a cibersegurança. O GCHQ é uma organização de segurança e informações (*intelligence*), responsável por manter o Estado em segurança, no ambiente dos modernos sistemas de comunicações e informações. O CESG (*Communications-Electronics Security Group*) é o braço do GCHQ para proteger as comunicações e sistemas de informação do governo e áreas críticas da infraestrutura nacional do Reino Unido.

Na Rússia, a responsabilidade dos assuntos do ciberespaço está concentrada no *Federal Security Service of the Russian Federation* (FSB), sucessor do famoso KGB, e as suas diversas tarefas incluem a contrainformação, segurança interna, contraterrorismo e vigilância.

É muito difícil avaliar o estágio de desenvolvimento das capacidades da *Cyberwar* na China. São conhecidos diversos ataques cuja origem é

direcionada para a China. Recentemente, um tribunal federal nos EUA acusou cinco oficiais do exército chinês por roubo de material confidencial, em firmas comerciais americanas, e pela colocação de *malware* nos seus computadores. A organização chinesa, quase clandestina e descentralizada, está organizada num misto de militares e civis, muitas vezes, trabalhando em conjunto ou em coordenação.

Perante as ameaças reais no ciberespaço e com a firme intenção de dotar a Aliança com capacidades robustas na defesa contra estas ameaças, a NATO, durante a última cimeira no País de Gales (Newport – 04/05 SET2014), adotou uma nova doutrina e um renovado plano de ação, sancionado por todos os países aliados. Esta mudança determina que a ciberdefesa é parte integrante da missão de defesa coletiva da Aliança e confirma que as leis internacionais, nomeadamente as leis dos conflitos armados, se aplicam ao ciberespaço. Pela primeira vez, um ciberataque a um dos seus 28 membros poderá ser declarado um ataque a todos, em tudo similar a uma invasão terrestre ou um ataque aéreo. A inclusão do ciberataque na definição de "ataque armado" permite que uma ação contra um dos seus membros possa conduzir a uma resposta coletiva da Aliança de acordo com o Artigo 5º do Tratado de Washington.

A Doutrina da NATO sobre a Ciberdefesa é implementada pelas autoridades políticas, militares e técnicas aliadas, assim como pelos países aliados. O Conselho do Atlântico Norte (*North Atlantic Council* – NAC) fiscaliza, ao mais alto nível político, todos os aspetos de implementação. O Conselho será informado de todos os incidentes e ataques e exercita a sua autoridade durante a gestão de crises relacionadas com a ciberdefesa. É criado um novo Comitê de Ciberdefesa (*Cyber Defence Committee*), subordinado ao NAC, responsável pela definição da doutrina e aconselhamento dos países aliados nesta área.

Recentemente, o Governo de Portugal publicou legislação sobre a temática do ciberespaço. O Decreto-Lei 69/2014 procede à segunda alteração ao Decreto-Lei 3/2012, de 16 de janeiro, que aprova a orgânica do Gabinete Nacional de Segurança, estabelecendo os termos do funcionamento do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCSeg).

*Centro de Relato e Controle – CRC, Monsanto*

O CNCSeg tem por missão contribuir para que o país use o ciberespaço de uma forma livre, confiável e segura, através da promoção da melhoria contínua da cibersegurança nacional e da cooperação internacional. Entre as principais tarefas, incluem-se o desenvolvimento das capacidades nacionais de prevenção, monitorização, deteção, reação, análise e correção destinadas a fazer face a incidentes de cibersegurança e ciberataques.

No combate às ciberameaças, a prevenção é certamente a melhor resposta às múltiplas ameaças que as organizações e os indivíduos estão sujeitos em permanência no ciberespaço. A cibersegurança é muito mais que a aplicação da tecnologia nesse sentido. Muitos livros e artigos escritos sobre estas matérias focam-se apenas nas possíveis respostas técnicas perante as ameaças. Na realidade, a falibilidade humana e outras vulnerabilidades conhecidas continuam a permitir que os ataques aconteçam quando não se consideram estes fatores. Uma cultura de segurança é absolutamente vital na forma de comportamento individual e coletivo perante as ameaças, permitindo um complemento às medidas de ciberdefesa baseadas na tecnologia.

A prevenção deverá ser baseada em vários patamares: utilização intensiva de redundâncias (*backups*) e outras ferramentas digitais e físicas impeditivas ou que dificultem o acesso aos sistemas (*firewalls* e antivirus); criação de uma cultura de segurança, dentro e fora do local de trabalho; formação e treino permanente dos utilizadores;

resiliência, aqui definida como capacidade de defesa e recuperação perante fatores ou condições adversas. No ciberespaço, resiliência é a capacidade de se adaptar às condições adversas e ser capaz de recuperar as suas funcionalidades. A resiliência dos sistemas tem de estar preparada e manter algumas das suas funcionalidades e controle mesmo sob um ataque.

Uma das áreas-chave no combate aos ciberataques é a formação e o treino. A formação contínua deve ser uma premissa básica ao longo do processo e deve começar nas escolas, nas universidades e nos locais de trabalho. A educação é fundamental para a criação de uma cultura de segurança. A questão chave do ciberespaço é a sua segurança.

Hoje, na era do conhecimento e da globalização, desde as comunicações, à economia e à guerra, todos dependem da internet. A integridade e a disponibilidade desta rede e os assuntos ligados à sua segurança são um desafio de todos. Neste mundo interligado e global, nesta miríade de novas ameaças quase invisíveis, o indivíduo, a família e a comunidade enfrentam novas realidades no âmbito dos seus direitos e responsabilidades.

O Ciberespaço é, e será, no futuro, o centro nevrálgico da economia global e, cada vez mais, também o da segurança mundial. Está exposto a múltiplas ameaças de origem difusa que podem, se não sustidas, pôr em causa a nossa liberdade, os direitos humanos, as economias e a segurança das nações soberanas.

A guerra no ciberespaço é uma inevitabilidade. Não é demais lembrar que a questão chave do ciberespaço é, de fato, a sua segurança. Ao longo do artigo, tentamos, de forma sintética, explicar como funciona, a sua importância e o que todos nós podemos fazer para que as redes por onde correm e fluem as informações continuem a desempenhar a sua função em perfeitas condições de credibilidade e confiança.

> *A vitória sorri aos que melhor se adaptam às mudanças do caráter da guerra e não aos que esperam adaptar-se depois dela ocorrer. (General Giulio Douhet)*

*Alfredo Cruz é Tenente-General da Força Aérea Portuguesa e Diretor da Revista* Mais Alto*, com edição bimestral.*

## Bibliografia

CLARKE, Richard; KNAKE, Robert. *Cyber War: The Next Threat to National Security and What to Do About It.* New York: Harper *Collins Publishers, 2012.*

RID, Thomas. *Cyber War Will Not Take Place*. London: C Hurst & Co Publishers Ltd, 2013.

SINGER, P. W.; FRIEDMAN, Alan. *Cybersecurity and Cyberwar, What Everyone Needs to Know*. New York: Oxford University Press, 2014.

# A Universidade de Defesa Nacional

*Delano Teixeira Menezes*

Desde a criação do ministério da Defesa em 1999, vêm acontecendo transformações positivas nas relações entre as três Forças e dos militares com o Poder Político e com a sociedade. No âmbito das Forças, as interações têm acontecido nos setores mais evidentes e de mais fácil sistematização, entre eles, os sistemas logísticos e de operações.

A logística militar, como um todo, está vivendo um período de integração, começando pelo processo de catalogação, pressionado pela ordenação da Base Industrial de Defesa em que a identificação racional de componentes é indispensável.

Na área de emprego das forças militares, as questões da interoperacionalidade têm sido tratadas com objetividade, diante das demandas do emprego moderno das Forças Armadas, onde a ação conjunta se mostra inexoravelmente mais eficiente e econômica.

A crescente participação do Poder Político nas questões militares tem gradativamente se mostrado mais eficaz nas formulações de políticas que amparam a eficiência do emprego das Forças Armadas, tornando mais transparente a obtenção de recursos e, principalmente, elevando, ao mais alto nível político, os aspectos militares da Defesa Nacional, expondo para a sociedade a situação e as reais necessidades da defesa do país.

Não tememos afirmar que a criação do Ministério da Defesa (MD) politizou, como deve ser, um assunto que antes ficava encapsulado na esfera militar. Este fato obrigou a busca de conhecimento para melhorar a percepção estratégica do emprego de forças militares na defesa da soberania e dos interesses nacionais. Essa nova demanda atraiu a sociedade para o debate e, como não poderia deixar de ser, o meio acadêmico passou a interessar-se pelo tema com maior profundidade.

Cada vez com mais freqüência, têm surgido universidades pelo Brasil afora que oferecem cursos vocacionados ao tema Defesa. Em 2005, foi criada a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED),

entidade que congrega pesquisadores do mundo acadêmico que se dedicam ao estudo e à pesquisa nesta área e que promove encontros para o debate e a divulgação de interessantes trabalhos acadêmicos, voltados para a defesa nacional.

Essa nova dinâmica da defesa nacional e dos assuntos militares, surgida após a criação do Ministério da Defesa, fez com que surgissem, dentro do próprio MD, demandas por conhecimentos diversificados e que estão dispersos, mas indispensáveis à formulação de políticas que sintonizem a defesa nacional com as ações do país em um cenário internacional dinâmico, com as possibilidades do país e com a sociedade.

A vontade de cobrir essa lacuna fez com que diversas iniciativas fossem ganhando forma. Uma delas foi a expansão da Escola Superior de Guerra (ESG) para a capital do país, prevista na Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada em dezembro de 2008, sem afetar as atividades já desenvolvidas na ESG do Rio de Janeiro. O campus de Brasília abrigará o Comando e a administração central da Escola e se propõe a intensificar as relações com a alta administração do governo federal e com o meio acadêmico de Brasília, com o objetivo de aperfeiçoar a formação de recursos humanos em assuntos de defesa. O núcleo do campus de Brasília, que atua, provisoriamente, em instalações do Ministério da Defesa, já está na quinta versão dos cursos que oferece com grande aceitação pelos funcionários dos órgãos da administração federal, da justiça, do meio acadêmico e outras entidades públicas e privadas com sede em Brasília.

Ao mesmo tempo em que o campus de Brasília busca maior aproximação com o segmento civil da esfera pública e privada e com as universidades, o campus do Rio de Janeiro está vocacionado aos estudos de defesa no âmbito militar, vocação esta determinada pela proximidade com as Escolas de Altos Estudos das três Forças Armadas, sem, no entanto, desmobilizar os cursos tradicionais voltados para a área civil que lá existem desde sua fundação.

A outra iniciativa foi a criação do Instituto de Estudo de Doutrina de Operações Conjuntas (IDOC) no Campus da Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro, o qual, numa ação integradora, busca consolidar doutrinas de emprego conjunto das Forças Armadas realizando

estudos em sintonia com as Escolas e os Estados-Maiores, na busca de doutrina que contribua para a perfeita interoperacionalidade do Poder Militar da Nação.

Neste mesmo rol, foi criado o Instituto Pandiá Calógera (IPC), vinculado diretamente ao Ministro da Defesa, com o propósito de buscar maior intimidade com o meio acadêmico civil para identificar as interpretações que os intelectuais e a sociedade dão às questões da defesa e da segurança nacional, sem nenhuma "contaminação" do pensamento dos militares.

Além disso, na estrutura atual da ESG, existe, há muito em funcionamento, o Centro de Estudos Estratégicos e o Centro de Atividades Externas e de Extensão cujas próprias designações identificam a natureza de suas atuações. Talvez falte, ainda, ser criado um instituto que se dedique à pesquisa e sistematização de conhecimentos na área da indústria de defesa.

Estão aí, portanto, os componentes constitutivos de uma Universidade de Defesa Nacional, se considerarmos que universidade é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros de profissionais de nível superior, pesquisa, extensão e de domínio e cultivo de um campo do conhecimento humano.

Como foi dito no início, a Defesa e a Segurança Nacional estão em vias de serem reconhecidas como área multidisciplinar do conhecimento pelo CNPq e CAPES, ou, pelo menos, estão na pauta de discussão destes órgãos certificadores. Portanto, parece ser este momento bastante adequado ao debate, no âmbito do Ministério da Defesa, sobre a criação da Universidade de Defesa Nacional que integraria estes componentes em um conjunto coerente de ações, sob a coordenação de um reitor. Além das vantagens de uma administração centralizada dos recursos para o ensino e pesquisa, o produto final oferecido teria melhor correlação com as diversas áreas disciplinares que compõem a defesa nacional.

Na agenda de debates sobre esse tema, é importante ser levado em consideração o mandato do reitor da universidade. O modelo atual para o comando da ESG, com rotatividade de dois anos (que nem sempre é

cumprido!), não tem se mostrado o mais adequado para uma instituição de ensino. Esta prática de alta rotatividade oferece razões que têm obstaculizado a continuidade de projetos de longo prazo. Além disso, tem feito com que o Corpo Docente permaneça em renitente estado letárgico, fazendo com que projetos de modernização acadêmica sejam descontinuados, ou avancem muito lentamente.

Com a criação da Universidade de Defesa Nacional, a função de reitor poderia ser um cargo comissionado a ser exercido, pelo período de quatro anos, por um oficial general do último posto que, ao assumi-lo, passaria para a reserva e seria reconvocado, permanecendo uniformizado, e seria mantida a rotatividade entre as Forças para cada período. O seu estafe continuaria composto por um oficial general do primeiro posto da ativa de cada força e um representante do MRE como seus assistentes.

Nessa estrutura, cada campus da Escola Superior de Guerra teria um Diretor que poderia ser um oficial general de qualquer das Forças, da ativa ou da reserva, considerado o perfil de cada um em função da vocação de cada campus. Os Institutos e o Centro de Estudos Estratégicos estariam ligados diretamente ao Reitor.

Com esta proposta, o Ministério da Defesa daria mais um passo importante no seu papel de consolidar práticas estruturantes, amparando um campo do conhecimento que ganha força na sociedade e que é a sua área de domínio.

*Delano Teixeira Menezes é Brigadeiro do Ar Reformado, Mestre em Sociologia e Assessor Especial do Ministro da Defesa.*

# Guido Fontegalant Pessotti: engenheiro, projetista e piloto

***Mário Vinagre***

Guido Pessotti nasceu em 1933, na cidade de Piracicaba, interior do Estado de São Paulo e, em 1960, graduou-se em Engenharia Aeronáutica, na especialidade Aeronaves, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Guido trabalhou no desenvolvimento e fabricação do rebocador *Panelinha* e do planador de alto desempenho *Urupema*, no ITA. Também desenvolveu o monomotor *Ipanema*, para emprego agrícola e, no Departamento de Aeronaves (PAR) do Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento (IPD), do então Centro Técnico da Aeronáutica (CTA), o bimotor turboélice *Bandeirante*.

Com a criação da Embraer, em agosto de 1969, assumiu o posto de diretor técnico da empresa, onde liderou o desenvolvimento do bimotor pressurizado para emprego executivo EMB-121 *Xingu*, do monomotor turboélice para treinamento militar EMB-312 *Tucano*, dos bimotores turboélice pressurizados para transporte EMB-120 *Brasília* (30 passageiros) e CBA-123 *Vector* (19 passageiros), da parte brasileira no programa do jato de combate AMX e, por fim, do jato de transporte comercial EMB-145 (50 passageiros).

Como se constata, sua contribuição ao desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira foi imensurável. A excelência dos produtos criados por ele e sua equipe tornaram a Embraer conhecida mundialmente. Ao deixar a empresa, em julho de 1991, deu aula no ITA por cerca de dois anos e depois passou 10 anos no exterior, dando assessoria a diversas empresas nas áreas de Engenharia e Projeto Aeronáutico.

Na Coreia do Sul, trabalhou no desenvolvimento do monomotor turboélice de treinamento militar KT-1 e do jato supersônico leve para treinamento e combate KT-2, ambos posteriormente produzidos em série pela Korea Aerospace Industries Ltd.

Na Turquia, implantou o escritório de projeto da Turkish Aerospace Industries, onde concebeu um avião para emprego agrícola e dois jatos de transporte com capacidade, respectivamente, para 19 e 30 passageiros.

Sua trajetória internacional levou-o ainda à Alemanha. Nesse país, fez parte da equipe que converteu o bimotor turboélice de passageiros *Dornier* 328 à motorização turbofan, daí nascendo o 328JET, e participou do desenvolvimento do jato de transporte de 70 assentos *Fairchild--Dornier* 728, cujo programa foi abandonado após a empresa falir em abril de 2002.

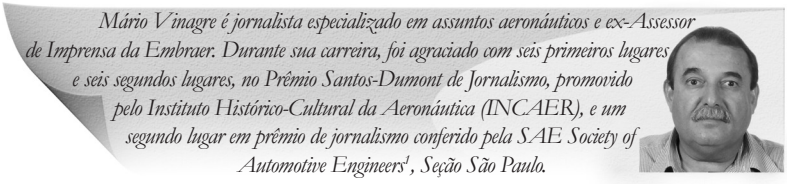
De volta ao Brasil, projetou um ultraleve avançado de dois lugares, o *GP-101*, que seria todo feito em fibra de carbono e propulsado por um motor automotivo. Para desenvolvê-lo, constituiu a empresa GP Aeroespaço (GP são as iniciais de seu nome). Uma maquete em tamanho natural do avião chegou a ser exibida no 2º Fórum Brasileiro para o Desenvolvimento da Aviação Civil, no World Trade Center, em São Paulo, em maio de 2007. Infelizmente, o projeto não vingou por falta de recursos para levá-lo adiante.

O último programa em que Guido trabalhou foi o de um bimotor a jato muito leve (VLJ Very Light Jet), batizado EV-20 *Vantage*, financiado pelo empresário estadunidense Matt Eller, dono da Eviation Jets de Iowa, EUA. O aparelho estava sendo desenvolvido em São José dos Campos pela Eviation Jets do Brasil, da qual Guido era o presidente. Infelizmente, a empresa de Matt Eller faliu, e o programa foi descontinuado quando o anteprojeto estava quase pronto.

Guido Pessotti é reconhecido como um dos grandes projetistas aeronáuticos de todos os tempos. Além de sua atividade de projetista, foi destacado piloto de planadores, tendo sido campeão brasileiro na categoria e também o primeiro piloto de planadores no Brasil a conquistar o Brevê de Ouro com Três Diamantes.

Em 1974, recebeu a Medalha da Ordem do Mérito Santos-Dumont, concedida pelo Ministério da Aeronáutica por destacados serviços prestados à Força Aérea Brasileira e, em 1986, o título de Eminente Engenheiro do Ano, do Instituto de Engenharia do Estado de São Paulo.

Guido Fontegalant Pessotti, 82 anos, faleceu na manhã do dia 2 de abril de 2015, no hospital Santos-Dumont, em São José dos Campos.



*Mário Vinagre é jornalista especializado em assuntos aeronáuticos e ex-Assessor de Imprensa da Embraer. Durante sua carreira, foi agraciado com seis primeiros lugares e seis segundos lugares, no Prêmio Santos-Dumont de Jornalismo, promovido pelo Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), e um segundo lugar em prêmio de jornalismo conferido pela SAE Society of Automotive Engineers[1], Seção São Paulo.*

[1]*No Brasil, conhecida como Sociedade de Engenheiros da Mobilidade.*

# O controle das forças Armadas pelo poder político nacional

***Carlos Alberto Pinto Silva***

A liderança civil das Forças Armadas é um axioma[1] no Brasil, ao qual corresponde o respeito ao profissionalismo da carreira militar.[2]

Foi sintomática a tese do presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa em seminário recente na Câmara dos Deputados: *O Ministro da Defesa deve deixar claro que são os civis que comandam os militares – É preciso formar uma elite civil para controlar o MD – O Ministério da Defesa precisa deixar de ser um cabide de emprego de coronéis da reserva.*[3]

Ao refletirmos sobre o fato de as nossas Forças Armadas, tal como os demais instrumentos do Poder Nacional, estarem subordinadas ao controle do poder político, concordamos que não poderia ser de outra forma, já que existe um governo democraticamente escolhido pelo povo e que exerce, na plenitude, a autoridade que lhe é outorgada pela Constituição Federal.

A subordinação do poder militar ao poder político é situação desejável e normalmente encontrada em países onde o regime democrático está amadurecido, consolidado.

Em nosso País, o ministro e os demais integrantes da pasta, vestindo ou não, uniformes, trabalham subordinados ao Governo Federal. Hoje, tanto o Presidente da República quanto o Ministro da Defesa são civis. Mas, em uma democracia, não haveria qualquer impedimento de que um deles, ou ambos, fossem militares.

---

[1] *Axiomas são verdades inquestionáveis, universalmente válidas.*

[2] *Discurso do Ministro de Estado da Defesa, Jaques Wagner, por ocasião da cerimônia de posse no cargo. Brasília, 2 de janeiro de 2015.*

[3] *Militarizar o Ministério da Defesa? – por Maynard Marques de Santa Rosa.* h*ttp://www.alertatotal.net/2014/12/militarizar-o-ministerio-da-defesa.html*

É interessante observar que parece existir uma compreensão, quase um consenso, de que o titular da pasta da Defesa deve ser sempre um civil. Consideramos isso um equívoco. Entendemos que é o cargo que detém a natureza civil e política, não, o seu ocupante. Em outras palavras, o cargo de Ministro da Defesa é de natureza civil e política, podendo ser ocupado por qualquer brasileiro, civil ou militar, que, na avaliação do Presidente da República, esteja habilitado para tal.

Caso persista e se consolide o entendimento atual, estaríamos diante de uma discriminação para com o segmento dos profissionais militares, uma vez que, por exemplo, não está proibido a um advogado ocupar o cargo de Ministro da Justiça e nem está vedado a um médico dirigir a pasta da Saúde.

Defesa é assunto complexo, que envolve conhecimento diversificado e experiência. Para se formar um profissional especializado nessa área, leva tempo e exige dedicação exclusiva. Na obra Marketing da Guerra, o autor Al Reis destaca que ... *entre outras coisas, Clausewitz sugere que os lideres políticos mantenham consultas diligentes com chefes militares., enfatizando, também, que ... Na Estratégia Militar, o estudante sério de estratégia começa estudando a baioneta.*

*Não é por acidente que Clausewitz, o melhor estrategista que o mundo conheceu, começou sua carreira no exército prussiano, com doze anos de idade, e, como alferes, recebeu seu batismo de fogo nas Guerras Revolucionárias e Napoleônicas.*

A ação do político e do militar deve ser perfeitamente delimitada. Este é subordinado ao primeiro, bem evidentemente, e é seu conselheiro. Porém os dois permanecem autônomos, posto que as suas responsabilidades não sejam da mesma natureza. Assim, como escrevia Alfred de Musset, citado por De Gaulle em *O fio da Espada: Eles irão dois a dois, enquanto que o mundo irá passo a passo, lado a lado.*

Não podemos esquecer que alguns dos atores mais respeitados da história do nosso país foram militares, que ocuparam cargos de presidentes, senadores, deputados, ministros etc. Portanto, os militares, da ativa ou da reserva, não devem ser alijados do processo de planejamento estratégico do Estado Brasileiro.

Olhar para o futuro e trabalhar muito são posturas a serem adotadas por todos que participam das atividades relacionadas com a Defesa. Nesse caso, entender o papel do Ministro e dos Comandos Militares, ou seja, suas esferas de atribuição, suas competências e os limites de suas ações, se apresenta como fundamental.

Ainda de acordo com Clausewitz, ... *da mesma forma que um homem que não domina completamente um idioma estrangeiro pode, às vezes, deixar de se expressar corretamente, os estadistas e políticos frequentemente emitem ordens que entram em choque com o objetivo a que devem servir. Repetidas vezes isso aconteceu, o que demonstra que certo domínio de untos militares é vital para os que são responsáveis pela política geral e pela Defesa.*

Não temos dúvidas de que o amadurecimento do relacionamento civil-militar constitui instrumento eficaz na perseguição desses objetivos. Por isso, é importante que o Ministro da Defesa e os Comandos das Forças Armadas pensem e ajam estrategicamente, e tomem providências para que sejam incrementados estudos e iniciativas concretas que favoreçam o aprofundamento desse entendimento entre os profissionais civis e militares, da Defesa brasileira, sem revanchismo e sem descuidar da necessidade de manter a sociedade em geral informada sobre o assunto.

*Carlos Alberto Pinto Silva é General de Exército da Reserva, ex-Comandante de Operações Terrestres (COTer) do Comando Militar do Sul, do Comando Militar do Oeste e Membro da Academia Brasileira de Defesa.*

# A educação do oficial combatente no século XXI

*Gilberto Pedrosa Schittini*

## Introdução

Dentre todos os fatores que fazem a diferença no campo de batalha, nenhum supera a importância das qualidades pessoais dos combatentes. São inúmeros os exemplos, na história das guerras, onde forças superiores em número, técnica e até em vantagem tática foram derrotadas, e o fator preponderante foi a qualidade dos combatentes, desde os chefes até os soldados. Nas qualidades, destacam-se: a liderança, a astúcia e o conhecimento dos chefes, o treinamento, a determinação, a coragem e a atitude dos comandados.

A competência dos chefes militares e dos demais soldados, em geral, é a fundação das forças de defesa, é a base do Poder Militar de uma Nação. Por esta razão, não é sábio comprometer a educação e o treinamento dos militares. O conjunto de homens e mulheres de suas forças armadas é um importante recurso estratégico nacional. Somente forças de homens e mulheres altamente educados, muito bem treinados e dedicados, obterão sucesso nas complexas ações militares do futuro.

As qualidades essenciais de liderança, escoradas em sabedoria, conhecimentos e habilidades devem ser o objetivo do programa de formação educacional e de treinamento militar. Além disso, os militares, em especial seus líderes, devem exibir honra, integridade, competência, coragem física e moral, ideais e respeito à dignidade humana.

O erro comum cometido por Generais, derrotados em importantes guerras ou batalhas na história militar, foi terem se preparado, às vezes, até com esmero, para lutar a última guerra e, não, a próxima. Este é um ponto importante a ser lembrado, pois a preparação deve ser feita para lutar e vencer a próxima guerra. Esta preparação deve abordar todas as dimensões da guerra: a cultural, a sociológica, a política e estratégica para o uso das forças e a técnico-operacional do emprego das forças.

Esta preparação para o futuro coloca tremenda pressão no desenvolvimento dos programas educacionais e de treinamento. O programa educacional deve prover um amplo espectro de conhecimento tanto técnico-científico quanto humanístico para o desenvolvimento da expertise necessária para dominação da ciência e arte da guerra. Inicialmente, como Oficiais Subalternos, preparados para operar os sistemas de armas no nível tático, avançando, como Oficiais Intermediários e Superiores, no desenvolvimento da capacidade de pensar de forma ampla para enfrentar a complexidade da guerra e, finalmente, como Generais, aptos a estabelecer e executar a estratégia necessária para aplicar a força em concerto com os demais instrumentos do poder nacional.

## O cenário brasileiro

A aviação começou relativamente cedo no Brasil, talvez por ser o berço do grande inventor e pioneiro da aviação – Santos-Dumont. O uso do avião, no Exército e na Marinha, começou pouco tempo após os primeiros voos de aeronaves mais pesadas que o ar, em 1913, um pouco antes do início da Primeira Guerra Mundial.

Tudo começou com uma parceria com a França, à qual devemos a presença de militares franceses ligados ao que, naquele tempo, não era ainda uma arma aérea, mas capacidade bélica de emprego dos "engenhos voadores". Assim, no Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro, se fez presente uma missão militar francesa com o objetivo de treinar pilotos militares da Marinha e do Exército, visando ao emprego de aeronaves em objetivos militares.

O desenvolvimento da Aviação como arma aérea teve o seu início na Primeira Guerra Mundial, quando aeronaves foram empregadas em missões de Observação, no campo de batalha. Seguindo essas missões de Observação, foram feitas missões de Regulagem de Tiro de Artilharia, Bombardeio e de Interceptação dos aviões inimigos.

A criação da Força Aérea Real (Reino Unido) em 1918, da Força Aérea Italiana (*Regia Aeronautica*) e da Força Aérea da França, durante a década de 1920, levou à ideia de unir o poder aéreo brasileiro sob uma mesma organização. Junto com esses eventos, houve também a

influência das teorias de Giulio Douhet, Billy Mitchell e Hugh Montague Trenchard.

O primeiro manifesto público para criar um serviço aéreo militar integrado surgiu em 1928, quando o Major do Exército Lysias Rodrigues escreveu o artigo *Uma necessidade premente: o Ministério do Ar*. Dois anos mais tarde, a Missão Militar Francesa, trabalhando para o Exército Brasileiro, deu os primeiros passos para organizar um braço aéreo nacional. A ideia recebeu maior apoio quando um grupo de aviadores brasileiros veio da Itália, em 1934, e explicou as vantagens de se ter uma aviação militar unificada. Além disso, a Revolução Espanhola e os primeiros movimentos da Segunda Guerra Mundial, no final dos anos 1930, mostraram a importância do poder aéreo para as estratégias militares.

O próprio Presidente Getúlio Vargas foi um dos principais defensores do plano para criar uma força aérea independente. Ele organizou um grupo de estudos no início de 1940, e toda a estrutura do Ministério da Aeronáutica foi criada no final desse ano. Esta nova agência governamental era a responsável por todos os aspectos da aviação civil e militar, incluindo regulação, infraestrutura e organização.

Formalmente, o Ministério da Aeronáutica foi fundado em 20 de janeiro de 1941, e o seu ramo militar foi chamado "Forças Aéreas Nacionais", alterado para "Força Aérea Brasileira" (FAB), em 22 de maio daquele ano. Os ramos aéreos do Exército (Aviação Militar) e da Marinha (Aviação Naval) foram extintos, e todo o pessoal, aeronaves, instalações e outros equipamentos relacionados foram transferidos para a FAB.

Os anos seguintes permitiram um engrandecimento do setor aeronáutico brasileiro, tendo sido criada uma respeitável infraestrutura por todo o País, aumentando a capacidade tecnológica e organizando toda a aviação civil e militar.

Já no final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando o Ministro Salgado Filho deixou a pasta, existiam 580 aeroportos funcionando no país, a maioria com pistas asfaltadas (70%). A Escola de Aeronáutica dos Afonsos havia quadruplicado a capacidade de formação de pilotos, chegando a 200 alunos. Com mais investimentos, aeronaves e pilotos, as horas de voo na Escola de Aeronáutica dos Afonsos saltaram de 3,6 mil,

em 1940, para 25,9 mil, em 1943. A frota de aviões, no final de 1945, era de 1.500 aviões militares em condições de uso, cerca de 3.000 pilotos treinados e 15 bases aéreas instaladas.

O Ministério da Aeronáutica manteve-se atuante até 10 de junho de 1999, quando foi criado o Ministério da Defesa. A partir de então, passou a ser denominado Comando da Aeronáutica.

Este pequeno relato, extraído de documentos oficiais da FAB, poderá ilustrar a postura das autoridades, inclusive da própria Aviação Militar, com respeito ao emprego do Poder Aéreo e, evidentemente, com reflexo nas qualidades requeridas do Oficial aviador militar e dos outros combatentes da organização. Uma análise da história mostra como a junção de toda aviação civil e militar e de todos os seus aspectos de regulamentação e infraestrutura numa única organização – o Ministério da Aeronáutica – diferente da organização do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil, impactou a Força Aérea Brasileira.

O segmento armado do Ministério da Aeronáutica, inicialmente chamado de Forças Aéreas Nacionais, passando, em seguida, a ser chamado de Força Aérea Brasileira, estava imerso na estrutura do Ministério, juntamente com os segmentos voltados para a aviação civil. Na verdade, a inclusão da aviação civil e militar numa só organização, resultado de uma doutrina que preconizava a unificação de todos os componentes do Poder Aéreo, encerrava uma dicotomia, pois, apesar de a aviação civil e a aviação militar serem complementares, muitas vezes, elas competem por recursos.

Como o país entrou na Guerra, logo após a criação do Ministério da Aeronáutica, era de se esperar que o envio de força de combate para o Teatro de Operações fosse inevitável. De fato, isto ocorreu, e um Esquadrão de Caça foi formado e enviado para a Itália para combater ao lado de Esquadrões de Caça americanos, formando um Grupo de Caça. Esta unidade foi a semente do desenvolvimento e organização das demais unidades da Força Aérea Brasileira.

Após o retorno ao Brasil, o Esquadrão de Caça foi ampliado, com a incorporação de outro Esquadrão e se tornou o 1º Grupo de Caça. A forma como o 1º Grupo de Caça foi organizado, que era semelhante à

dos Grupos Americanos, foi eventualmente oficializada em uma Portaria Ministerial, tornando-se o formato de todos os demais Grupos e Esquadrões (bombardeio, patrulha, transporte etc...) da FAB.

Outro fato que marcou, de forma indelével, a conduta da FAB no pós-guerra e, portanto, no seu desenvolvimento, foi que a participação na guerra ocorreu apenas no nível tático. Não houve qualquer participação de militares brasileiros na estratégia de emprego da Força ou mesmo no planejamento operacional desse emprego, a participação ficou restrita ao cumprimento das ordens emanadas da 12ª Força Aérea Americana, conforme necessário para atingir os objetivos estratégicos estabelecidos para aquele Teatro de Operações. Isto marcou sutilmente os militares da aeronáutica.

Esses fatos, ocorridos na década de 1940, moldaram a formação do Ministério da Aeronáutica, sendo a Força Aérea Brasileira apenas um subconjunto do Ministério sem que os limites desta Força fossem ali bem definidos. A forma pela qual o Ministério da Aeronáutica foi organizado foi fruto da crença de que o Poder Aéreo deve ser visto como o conjunto da totalidade dos meios aeronáuticos da nação, não importando a sua natureza: civil ou militar. Não é objetivo de este trabalho analisar este conceito ou doutrina, porém avaliar o impacto desta coexistência dentro de uma mesma organização, nas necessidades de educação e treinamento dos homens da aeronáutica e da força aérea. Esta lógica de Poder Aéreo resulta numa dicotomia ou dialógica, entrelaçando duas realidades que se complementam, mas que são antagônicas em muitos aspectos.

A busca da verdade e do conhecimento sempre envolve crenças, valores, paradigmas e princípios que dependem da cultura e do meio. O conjunto de conhecimentos corresponde a uma realidade, que é fruto de uma lógica e de uma ética. Duas realidades são diferentes se, ao passar de uma para a outra, há uma mudança de regras, conceitos e princípios. Se duas realidades são forçadas a conviver o entrelaçamento das lógicas e éticas, resultará no benefício para uma delas, com prejuízo para a outra. Isso é tão mais verdade se uma realidade está presente na rotina da organização e a outra não. Esse foi exatamente o caso no Ministério da Aeronáutica e ainda o é, apesar de ser menos no Comando da Aeronáutica. As necessidades da Aeronáutica sempre estiveram

presentes no cotidiano da organização, ao contrário das necessidades da Força Aérea, que somente existiram, de fato, durante a guerra.

O reflexo desse convívio da aeronáutica civil e militar numa mesma organização é bem visível na formação dos recursos humanos do Ministério/Comando da Aeronáutica. A maioria dos oficiais (próximo da totalidade) chega ao final da carreira como administradores aeronáuticos, de uniforme, com alguma competência no emprego do poder aéreo. O próprio currículo da Academia da Força Aérea evoluiu ao longo dos anos, para uma graduação em administração, e a preocupação com a educação científica e a tecnologia aeronáuticas estão em segundo plano. E a educação na teoria, doutrina, estratégia e emprego do Poder Aéreo é feita em cursos de educação profissional militar, de relativamente pequena duração, feitos ao longo da carreira.

Esta é a realidade atual e, como o Brasil não necessitou de suas forças armadas para garantir seus interesses internacionais, pois desfruta de paz com seus vizinhos, desde a criação do Ministério da Aeronáutica, pode-se afirmar que esta realidade foi adequada durante o século XX. Resta analisar se continuará adequada no cenário que pode ser vislumbrado no desenrolar do século XXI.

## O futuro

Considerando o cenário brasileiro até o presente, como descrito e comentado acima, conclui-se que a educação dos oficiais esteve adequada desde a criação do Ministério da Aeronáutica. Entretanto, haja vista as mudanças ocorridas nas últimas décadas, como: o fim da Guerra Fria, a criação do Ministério da Defesa e os avanços tecnológicos e científicos ocorridos, e que continuarão a ocorrer, é necessário planejar a evolução dessa educação de modo a prover aos oficiais conhecimentos científicos e humanísticos que serão requeridos no futuro.

Alguns fatos relevantes devem ser considerados para a análise necessária para determinar o caminho a percorrer na evolução da educação dos Oficiais Combatentes da FAB, no século XXI:

a. No século XX, a humanidade acumulou mais conhecimento do que nos últimos 5.000 anos;

b. O conhecimento da humanidade está dobrando a cada sete anos;

c. Avanços tecnológicos e científicos estão ocorrendo numa grande velocidade e acelerando;

d. Está difícil prever como estará a humanidade em meados deste século;

e. Mudanças no meio ambiente representarão um desafio para a humanidade;

f. O custo de aquisição de material bélico será mais significativo, o efetivo e o orçamento deverão ser reduzidos, mas a complexidade será maior.

Mudanças relevantes ocorreram no cenário mundial, no final do século XX. O final da Guerra Fria, no início dos anos 1990, veio muito rapidamente, quase uma surpresa. Junto a esse final, veio o desmantelamento da União Soviética, com isso o processo de implantação do comunismo, em escala global, praticamente desapareceu. O desaparecimento da Guerra Fria eliminou o risco de uma guerra global com o uso de armamento nuclear que era um perigo ameaçando a existência de toda a vida no planeta. Se, por um lado, esse perigo global desapareceu, o risco de conflitos regionais e de menor intensidade aumentou.

O equilíbrio existente entre as duas superpotências, durante a Guerra Fria, inibia o surgimento de conflitos regionais, pois sempre uma ou as duas superpotências interfeririam nesses conflitos, sendo isso indesejável para qualquer das partes envolvidas. Com o desaparecimento de uma dessas superpotências e com o desinteresse da outra em intervir em conflitos regionais, as forças políticas potencialmente motivadoras desses conflitos estão livres para agir. O reflexo deste novo cenário é notado nas agitações no mundo árabe.

Além desses fatos, a aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico é a característica marcante do final do século XX. Tal desenvolvimento deverá continuar e até acelerar no século XXI. Podemos dizer que a humanidade atingiu a Era da Informação e do conhecimento. Portanto, o conhecimento é o elemento de inserção, no momento em que tudo muda velozmente no mundo, obrigando as pessoas e as organizações a se adaptarem continuamente.

Conforme apontado por Kant, "o mundo em que vivemos é uma construção arbitrária de nossa percepção". O nosso conhecimento, portanto, é função da nossa percepção, e a construção de uma percepção adequada é condição *sine qua non* para o desenvolvimento permanente de visões do futuro.

Percebemos a realidade do mundo pelos nossos olhos – as janelas da nossa alma. Esta percepção bruta lapidada pelos nossos valores, crenças, conhecimento e cognição resulta na nossa visão ou modelo mental da realidade. O modelo mental é a base da estratégia para o sucesso, seja ele individual, organizacional ou nacional. O sucesso, no século XXI, exigirá pessoas e organizações capazes de gerenciar o conhecimento, que aprendam e expandam continuamente o conhecimento de forma a criar e recriar o futuro, acompanhando e antecipando as mudanças. Este cenário dinâmico e instável requer pessoas e organizações especiais, o modelo de gestão tradicional cartesiano e mecanicista não funcionará. No século XXI, predomina a visão complexa do mundo onde a realidade é definida pelos relacionamentos, pela informação, pelo conhecimento e, em última análise, pela sabedoria. E a obtenção da sabedoria deve ser o objetivo de cada pessoa, de cada líder. A sabedoria é requerida para se passar do planejamento estratégico (cartesiano, analítico, detalhado) para o pensamento estratégico (criativo, divergente, intuitivo), de uma postura proativa para uma postura preditiva.

Dentre as atividades humanas, a guerra se destaca por sua complexidade. Na guerra, uma nação deverá mobilizar todo seu poder para atingir o objetivo – uma situação favorável após a guerra. A guerra é resultado do comportamento humano, é um fenômeno social, e contar a história das guerras é equivalente a contar a história do desenvolvimento humano. A despeito, porém, de todo desenvolvimento humano atual, ainda não é possível prever o desaparecimento das guerras.

Em sua primeira definição, a guerra era um duelo entre nações; numa segunda definição, era um ato de violência com a intenção de forçar o inimigo a fazer a nossa vontade (Clausewitz, 1874). A guerra é de fato um instrumento contundente do Estado para impor a sua política. Não visa ao desarmamento ou à destruição do Estado adversário, mas a manipulação da vontade de sua liderança.

Segundo Toffler (1999, p. 30) em *Um choque de Civilizações,* as pessoas começaram a perceber, um tanto tardiamente, que a civilização industrial está se aproximando do seu fim. O aguardado desenlace – já evidente em 1970, quando escrevemos sobre a crise geral do industrialismo, em *O choque do Futuro* – traz, com ele, a ameaça de mais, não menos, guerras – guerras de uma outra natureza, uma vez que as mudanças na sociedade não podem ocorrer sem conflito .

Conflitos regionais se multiplicaram após o final da Guerra Fria, notadamente os ocorridos no Oriente Médio. A América Latina tem sido uma região livre de grandes conflitos, entre as nações, entretanto, há um aumento de tensão entre vários países que poderá resultar em conflito, nos próximos 20 anos. Importante notar que Toffler mencionou "...guerras de uma outra natureza.".

Profecia similar foi feita por van Creveld (1991, p.2) em *Transformação da Guerra*: "Nós estamos entrando numa era, não, de competições econômicas pacíficas entre blocos comerciais, mas de guerras entre grupos étnicos e religiosos".

Guerra convencional em larga escala, como uma continuação da política de Estado, conforme a definição de Clausewitz, não deve acontecer mais, pelo menos, não deve acontecer entre os países desenvolvidos. Eventos como a Guerra das Falklands serão mais e mais raros. Entretanto, outras formas têm acontecido com freqüuência, desde o final da II Guerra Mundial.

A maioria dos conflitos ocorridos após 1945 cai na categoria de guerra de baixa intensidade. A sua ocorrência tem sido predominantemente nos países menos desenvolvidos; quando estes acontecem nos países mais desenvolvidos, são normalmente chamados de atos de terrorismo ou manifestações públicas violentas que, em alguns casos, apresentaram uma escalada a ponto de se aproximarem de guerra civil. Por suas características e imprevisibilidade, estas guerras de baixa intensidade podem ser mais complexas do que a guerra trinitária entre Estados.

Este é o cenário esperado para o Século XXI. Nele predomina a complexidade, o caos e a incerteza. O atributo mais necessário para o guerreiro deste século será a capacidade de pensar. Os problemas éticos,

morais e políticos são parte desta nova guerra e não poderão ser ignorados pelos líderes militares. Eles terão que se engajar nas disputas entre as ideias que surgirão no século XXI. Eles terão que dominar os aspectos sociais, políticos e ideológicos dos conflitos e as complexas relações civis e militares envolvidas.

Realmente, nem mesmo a última definição de guerra de Clausewitz (1874) "... guerra é apenas a continuação da política do Estado por outros meios" define corretamente a guerra moderna. Na verdade, guerra e política se misturam, e a guerra se tornou apenas mais um instrumento da política. Definir onde termina a política e começa a guerra é muito difícil, senão impossível. A consequência imediata é que o militar e o político passam a agir em conjunto devido às duas dimensões da guerra: a política e o emprego da força. O emprego da força, por sua vez, também possui duas dimensões: uma técnico-científica e outra artística. A primeira diz respeito à tecnologia e ciência envolvidas nos sistemas de armas e a outra, na estratégia de emprego da força.

Em função do cenário que se apresenta no século XXI, o Comando de Educação e Treinamento da Força Aérea dos Estados Unidos, no "White Paper" de 2008, estabelece:

*Em resposta às mudanças dramáticas do mundo no futuro, estes conceitos estabelecem a fundação para a Força Aérea tornar-se uma nova organização que aprende continuamente. Os conceitos que integram a visão do futuro da educação e treinamento são:*

1. *Gerenciamento do Conhecimento;*
2. *Aprendizado contínuo;*
3. *Aprendizado preciso.*

*... Para a Força Aérea do Século XXI tornar-se uma organização ágil, adaptável e que aprende continuamente, ela deve abraçar as mudanças, aceitar riscos, superar reveses e aprender a se reinventar constantemente.*

As organizações são um mero reflexo dos indivíduos que as compõem. A cultura da organização é um resultado da interação e iteração sinérgicas dos processos internos envolvendo os indivíduos. Portanto,

uma organização que gerencia o conhecimento e aprende continuamente requer o mesmo das pessoas.

De acordo com Frontino (2010 apud Drucker, 1994), "a informação e o conhecimento são as armas competitivas de nossa era"; ainda conforme Frontino (2010 apud Nonaka e Takeushi, 1997), "o conhecimento só pode ser criado por pessoas, e uma organização não pode e nem consegue criar conhecimento sem indivíduos. A criação de conhecimento deve ser compreendida como uma espécie de ampliação no âmbito organizacional do conhecimento criado pelos indivíduos cristalizando-os como uma parte da rede de conhecimentos organizacionais.".

Criatividade, agilidade e gestão do conhecimento são os requisitos para a Força Aérea Brasileira do século XXI. Isto torna os homens e mulheres da Força Aérea o seu maior recurso estratégico. Devem ser educados e treinados apropriadamente para enfrentar e vencer os desafios do futuro. A educação e o treinamento dos homens e mulheres da Força Aérea devem possibilitá-los desenvolver a cultura, o "ethos" profissional e adquirir os conhecimentos necessários na sua profissão.

Para a Força Aérea tornar-se a organização que o Brasil precisa, ela, por sua vez, necessitará de Oficiais com habilidade cognitiva, grande conhecimento científico para operar sistemas de armas cada vez mais sofisticados em um ambiente complexo e amplo conhecimento de ciências humanas para capacitá-los na arte da guerra. A condução da guerra necessita de líderes competentes, dinâmicos, éticos e morais. Os problemas morais e políticos são parte da guerra e, não, partes separadas que possam ser ignoradas pelos líderes militares. Estes deverão dominar tanto a ciência e a tecnologia quanto as ideias, ideologias, a política do Estado e as complexidades do mundo moderno.

## Conclusão

Após setenta anos de existência, a Aeronáutica brasileira atingiu, com a criação do Ministério da Defesa, um ponto de inflexão na sua trajetória. Nessa fase inicial, prevaleceu a doutrina do Poder Aéreo Integrado. Em consequência, vimos, na organização do Ministério da

Aeronáutica, a convivência de todos os meios operacionais e logísticos de natureza civil e militar que compõem o Poder Aéreo. Como definido pelo Tenente-Brigadeiro Murilo Santos (1989), "O Poder Aeroespacial Brasileiro, constituído pela Força Aérea Brasileira, Aviação Civil, Infraestrutura Aeroespacial, Indústria Aeroespacial e pelo Complexo Científico-Tecnológico, é uno em concepção, porém não é indivisível e, sim, articulado na execução".

Esse fato não constituiu, de forma alguma, um problema para o desenvolvimento da Aeronáutica Brasileira, ele foi apenas a característica marcante do Ministério da Aeronáutica e, possivelmente, foi a melhor opção. A administração unificada de todos os segmentos que constituem o Poder Aéreo resultou numa priorização do desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica, o que foi conseguido com sucesso. Obviamente, esta unificação marcou a organização, tanto na sua estrutura, quanto no seu pessoal. No caso específico que nos interessa – a formação de seu pessoal, em particular, dos Oficiais – nota-se que os requisitos para implantação e gerenciamento da aeronáutica praticamente impuseram uma educação voltada para a administração. Isto foi perfeitamente possível, uma vez que, desde a participação na Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas Brasileiras não estiveram envolvidas em qualquer conflito externo. No final do século XX, a Aeronáutica Brasileira, depois de meio século de existência como organização independente, atingiu a maioridade. Hoje, o Brasil conta com um grande número de aeroportos com pistas de boa qualidade e um moderno sistema de controle do espaço aéreo e gerenciamento do tráfego aéreo.

Com a criação do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica, fica claramente marcado um ponto de inflexão na história da Aeronáutica Brasileira. No Comando da Aeronáutica, que poderia ter sido criado com o nome de Força Aérea Brasileira, seguindo o exemplo da Marinha e do Exército, as atividades dos Oficiais, principalmente aqueles voltados para o combate, serão dedicadas, com maior exclusividade, ao desenvolvimento e emprego da Força Aérea. As decisões estratégicas para o desenvolvimento do Poder Aéreo, anteriormente analisadas e decididas exclusivamente por militares, acontecerão com a participação também de civis. A estas mudanças estruturais, que isoladamente apresentam um cenário bem diverso

do cenário do século XX, somam-se a complexidade e o acelerado desenvolvimento tecnológico e científico, esperado no século XXI. Enfim, o cenário que se apresenta exigirá um conjunto de habilidades e conhecimentos muito além daqueles que são obtidos com uma educação acadêmica voltada para a administração.

Estes conhecimentos e habilidades serão conseguidos com um plano de educação que proporcione ao jovem Oficial uma graduação científica adequada para ser competente no emprego dos sistemas bélicos modernos. Do Oficial Superior e do General, serão requeridos conhecimentos como os obtidos em um Mestrado e Doutorado nas áreas humanas, nas Instituições de Ensino Civis, que permitem uma visão da complexidade política, estratégica e moral da guerra. Os cursos de educação militar e de aperfeiçoamento, de comando e de estratégia já existentes, devem seguir aprimorando seu conteúdo, acompanhando a rápida evolução dos meios e modos de uso do poder aéreo.

Será necessário preparar, com grande esmero, os futuros combatentes, tanto na arte da guerra quanto na ciência e técnica da guerra. A guerra não pode ser vista apenas como um projeto de engenharia. A filosofia, a política, a ética e a moral são partes da guerra onde, mais do que nunca, o caráter de incerteza e de múltiplas realidades estará presente. Assim:

a. As futuras gerações de combatentes deverão ser mais criativas, com mais agilidade mental e ter maior acesso ao conhecimento;

b. O horizonte profissional do combatente não pode ficar limitado à estreita visão do campo de batalha;

c. Alargar o horizonte é o desafio posto tanto para as instituições de educação quanto para os próprios indivíduos;

d. Pensar será o maior atributo do guerreiro do sec. XXI;

e. "O papel da educação é de instruir o espírito a viver e a enfrentar as dificuldades do mundo". (Edgar Morin);

f. Educação será o grande desafio para as organizações e os indivíduos no século XXI; e

e. “A nação que separa os seus guerreiros de seus intelectuais arrisca ter suas leis escritas por covardes e suas guerras feitas por tolos”. (Tucídides, 450 AC)

*Gilberto Pedrosa Schittini é Tenente-Coronel da Reserva, piloto de caça, ex-piloto de provas da EMBRAER e escritor sobre temas aeronáuticos.*

# Governabilidade, governança e entropia sistêmica

*Afonso Farias*

Um Brasil real em um reino ilusório é o que se vive hoje. O cenário é de aumento de impostos e incremento nas contas de energia, água, combustível e outras. Essas alterações fundamentarão a redução do poder aquisitivo dos cidadãos nacionais.

Impressionante observar como os últimos 10 anos corroeram as estruturas de governança[1] e governabilidade[2] e agora se insurgem diretamente sobre o trabalhador, isto é, sobre os direitos trabalhistas, que foram desprezados, massacrados e espancados pela Medida Provisória 664/2014. Agora, para o beneficiário de trabalhador falecido ter direito a pensão por morte, o segurado falecido deve ter, pelo menos, 24 meses de contribuição ao sistema. No caso de morte do cônjuge, para receber a pensão, o beneficiário terá que ter, pelo menos, dois anos de casamento, e o cálculo do valor da pensão será somente referente a 50% do valor da aposentadoria, acrescido de 10% por dependente. Ademais, foi também alterado o tempo de duração da pensão por morte. Doravante, ele será calculado de acordo com a expectativa de sobrevida do beneficiário, conforme Tábua Completa de Mortalidade/IBGE, no momento do óbito do segurado.

Aos poucos, foi-se inviabilizando o Estado/Governo, a Administração Pública e, agora, o alvo é o cidadão. As estruturas político-sociais estão ruindo em atroz velocidade, assim como as decisões jurídicas pouco representam os interesses e demandas da sociedade. Diariamente, em todo o espectro territorial nacional, presencia-se gigantesca quantidade de homicídios, latrocínios, roubos e furtos. Relevante notar que as

---

[1] *Governança — conjunto das condições financeiras e administrativas de um governo para transformar em realidade as decisões que toma (BRESSER PEREIRA, 1997).*

[2] *Governabilidade — condições sistêmicas do exercício do poder, e que envolve: características do sistema político, forma de governo, relações entre os poderes, sistema partidário, sistema de intermediação de interesses e outros (DINIZ, 1996).*

estatísticas sofrem sucessivos incrementos há anos. *Educação, economia, saúde e segurança* são ações estruturantes para a nação, bem como *mobilidade, justiça social e trabalho/emprego/renda*. Inflação aumentando, tendência de PIB negativo, grandes empresas assustadas com a inadimplência, desvalorização de empresas estatais, relacionamento diplomático pendular e polêmico etc. O cenário é pouco satisfatório, e cresce a onda de insatisfação.

Todas as vezes em que o povo se pronuncia e exige transparência, justiça e qualidade nos serviços públicos, sempre há alguém de plantão para desvirtuar o foco do problema. A população jamais foi contra a Petrobras, mas algumas pessoas insistem em mostrar que querem denegrir a estatal. Nada disso, o que as pessoas querem é ver que tudo está sendo apurado e que os ladrões, corruptos e nefastos dirigentes sejam penalizados pelos atos que cometeram. Quase todos são a favor da empresa, mas contra todo tipo de má gestão e de desvios de recursos do tesouro e da administração direta ou indireta.

O que se está presenciando é um caminho de árduos confrontos que se seguirão a essa maneira de governar (ou desgovernar). Pense um pouco e questione-se: por que o povo tem que pagar mais tributos para suprir desvios cometidos por gestores, dirigentes e políticos inescrupulosos? O governo enxerga seus cidadãos por meio de lente míope e disléxica.

Míope em virtude da dificuldade, de boa ou má fé, em perceber a real conjuntura em que vive e por trabalhar sempre visando a alcançar metas ideológicas que não vestem o tecido social, que, por enquanto, ainda não demonstrou, com força, a sua insatisfação com os devaneios e desvios causados por agentes públicos e privados em atos mancomunados.

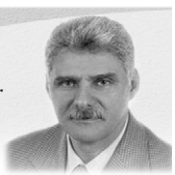
Disléxica em relação à capacidade de ler o ambiente e interpretar suas demandas em mundo real. Por um lado, isso acontece em função da incapacidade de qualificação de talentos para exercer cargos, por outro lado, há também uma continuada má fé ou cegueira nas inteligências que guiam e coordenam as pessoas desqualificadas exercendo cargos públicos.

Quando se fragiliza a governabilidade, e a autoridade de um governo passa a ser vista mais pelas suas inconsequências do que por suas

virtudes, estabelece-se a cisão entre povo e governo. Quando a governança é abalada, rasga-se a legitimidade de operação de um governo, e ele passa a atuar com foco nos efeitos dos equívocos realizados. O desgaste floresce com rapidez e, muitas vezes, com grande intensidade, uma vez que não há nem governabilidade nem governança. Assim, instala-se a entropia sistêmica, e os fatores de agregação passam a funcionar como pontos de resistência e rejeição. O empreendimento perde energia, substância e, finalmente, o sentido de ser. Quebram-se conectividades e fragilizam-se capilaridades. Dá-se a inanição, o sistema não responde.

Por fim, as pernas nada comandam, mas parece que o País está, em detrimento do cérebro, sendo conduzido apenas por elas.

*Afonso Farias de Souza Júnior é Coronel-Intendente da Aeronáutica, Mestre em Administração Pública e Doutor em Desenvolvimento Sustentável.*



# Prevendo incertezas: a produção de estimativas pela atividade de inteligência[1]

***Márcio Bonifácio Moraes***

*É perdoável ser derrotado, mas nunca ser surpreendido.*

Frederico II, Rei da Prússia

## Introdução

Imaginemos que estamos vivendo na Europa, em 1900. A Inglaterra era a "capital do mundo" e governava a maior parte do hemisfério oriental. Era um império global, conhecido como: *O Império onde o sol nunca se punha*. A Europa vivia tempos de paz e prosperidade, controlando todos os negócios.

Agora estamos em 1920. A Europa está em frangalhos, saindo de uma guerra que custou milhões de vidas. Os impérios austro-húngaro, russo, otomano e alemão estavam dissolvidos. O comunismo havia dominado a Rússia. Os Estados Unidos e o Japão haviam emergido no cenário internacional, como grandes potências.

Cerca de vinte anos após, em 1940, a Alemanha havia ressurgido e dominava grande parte do continente europeu. Uma nova guerra mundial eclodiu e, ao seu término, os Estados Unidos da América e a União Soviética emergiram como protagonistas de um novo confronto. Era o início da chamada "Guerra Fria". A China também havia se tornado comunista, e mais uma guerra começou: a da Coréia. Em 1960, o comunismo e o mundo ocidental se defrontam buscando uma hegemonia ideológica. Os poderosos impérios do início do século haviam desaparecido.

Em 1980, os Estados Unidos saíam de uma humilhante derrota, após uma desgastante guerra de cerca de sete anos, não contra a sua

[1] *No Brasil, desde 1991, o termo Informações foi substituído por Inteligência.*

maior rival, a União Soviética, mas com um pequeno país asiático: o Vietnã do Norte.

No ano de 2000, a União Soviética havia se desintegrado. Novos Estados se formaram na Europa, promovendo uma nova reconfiguração geopolítica na região, muito semelhante à que havia no início do século XX. A China permaneceu comunista, mas passou a se utilizar de práticas capitalistas. A União Europeia e a OTAN estenderam as suas fronteiras para a Europa Oriental encurralando uma atemorizada Rússia que buscava, a todo custo, recuperar sua antiga área de influência e a sua "fronteira estratégica". Entretanto, entraram, em cena, novos atores, os países do Oriente Médio e da Ásia, difundindo o islamismo na sua forma mais radical.

Assim, nessa breve retrospectiva, mostramos que, em um espaço temporal de cem anos, a conjuntura mundial sofreu diversas transformações. Cabe, agora, a seguinte pergunta: teria sido possível prever todos esses acontecimentos? A resposta mais plausível seria não. Entretanto, se analisarmos mais detidamente todos esses fatos à luz de sólidos conhecimentos de política, de relações internacionais, de história, de economia, de geopolítica e com o auxílio de técnicas prospectivas, poderíamos, de certa forma, prever ou estimar alguns deles. Essa é uma das tarefas mais nobres da Atividade de Inteligência.

## A atividade de inteligência como instrumento de assessoria do Estado

*O Serviço de Inteligência é o escudo invisível da pátria.*

Professor Raimundo Teixeira de Araújo – Historiador

Um princípio básico de alta gerência do Estado recomenda que todo ato decisório necessita estar lastreado em conhecimentos[2] oportunos e, quanto possível, amplos e seguros. Assim, a Atividade de Inteligência desempenha importante papel na assessoria do processo decisório. Entretanto, não é só com base no assessoramento de Inteligência que as

[2] *Na terminologia da Atividade de Inteligência, conhecimento são os dados já processados. Dado é todo material que ainda não foi processado pelos analistas de Inteligência. Na língua inglesa, o dado é traduzido como* raw information *ou* raw data*, e conhecimento é traduzido como* finished Intelligence *ou, simplesmente,* Intelligence.

autoridades governamentais planejam, executam e acompanham suas políticas e estratégias. Outros organismos também realizam estudos, elaboram relatórios, todos convergindo para o mesmo propósito. Entretanto, a Atividade de Inteligência age de forma especial, pois é a única que atua em um cenário peculiar que é o denominado Universo Antagônico, cenário caracterizado, essencialmente, pela existência, real ou potencial, de ameaças que, deliberadamente, se contraponham ao atingimento dos objetivos maiores de uma nação. Em outras palavras, trabalha em uma área sensível e de risco onde os dados procurados encontram-se protegidos ou são negados.

Uma máxima nos diz que "Conhecimento é Poder"[3]. Sem dúvida, um Estado bem informado é um Estado poderoso e capaz de prover, por si só, a sua própria segurança e determinar, com precisão, os caminhos para alcançar seus objetivos maiores. Assim, a assessoria de Inteligência produz vários documentos, dentre os quais, a Estimativa.

## A produção de estimativas pela atividade de inteligência

*Se queres prever o futuro, estuda o passado.*

Confúcio

A Estimativa, doutrinariamente, pode ser definida como o conhecimento resultante de raciocínios elaborados pelo profissional de Inteligência e que expressa o seu estado de opinião em relação à verdade sobre a evolução futura de um fato ou situação. Sua elaboração é uma das tarefas mais complexas e instigantes da Atividade de Inteligência, exigindo um trabalho coordenado entre os vários órgãos envolvidos. A produção de Estimativas é, sem dúvida, um dos trabalhos mais importantes da Atividade, pois é de natureza proativa – antecipa-se aos fatos.

A produção de Estimativas é uma ferramenta de grande utilidade para o usuário da Atividade de Inteligência, pois, somente por seu intermédio, é que pode ser evitada a Surpresa Estratégica. Ela pode ser definida como: a possibilidade de se conseguir resultados decisivos em ações lançadas contra o inimigo, em curto espaço de tempo ou sem

[3] *Sir Francis Bacon.*

aviso prévio. Ela surgiu, em grande parte, devido aos avanços tecnológicos. A Surpresa Estratégica pode ser obtida quanto à oportunidade (ou o momento oportuno) e ao método e local do evento. Entretanto, a Surpresa Estratégica não ocorre apenas nas guerras e batalhas. Ela poderá existir nos campos político, diplomático, econômico e tecnológico.

Dentre os casos clássicos de Surpresa Estratégica, no campo militar, poderiam ser citados os seguintes:

– a invasão da URSS pela Alemanha, ocorrida em 22 de junho de 1941 – "Operação Barbarossa";

– o ataque aeronaval a Pearl Harbor, desencadeado em 7 de dezembro de 1941 pelos japoneses;

– a Batalha de Midway, ocorrida no período de 4 a 6 de junho de 1942, entre norte-americanos e japoneses;

– a contraofensiva alemã nas Ardenas, também conhecida como a Batalha do Bulge, ocorrida no período de 16 de dezembro de 1944 a 25 de janeiro de 1945;

– o ataque da Coréia do Norte à Coréia do Sul, ocorrido em 25 de junho de 1950;

– a Guerra dos *Seis Dias,* travada entre Israel, Egito, Síria, Jordânia e Iraque, no período de 5 a 10 de junho de 1967; e

– a Guerra do *Yom Kippur,* travada no período de 6 a 26 de outubro de 1973, entre Israel, Egito, Síria e Iraque sobre a qual iremos nos referir posteriormente, em um Estudo de Caso.

Historicamente, a produção de Estimativas teve o seu início nos EUA, logo após a invasão da Coreia do Sul por tropas da Coreia do Norte. Nessa ocasião, foi sentida a necessidade de se criar um organismo ligado à recém-formada Comunidade de Inteligência norte-americana[4] para conduzir estudos prospectivos visando à evolução futura de acontecimentos. Assim,

[4] *A Comunidade de Inteligência dos EUA foi criada em 1947 pelo National Security Act. Ele organizou, de forma sistêmica, as diversas agências de Inteligência que haviam atuado durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente o Office of Strategic Services (OSS), organismo precursor da CIA.*

surgiu o Escritório Nacional para Produção de Estimativas[5], que passou a produzir as Estimativas Nacionais de Inteligência[6].

Essa tarefa é atualmente coordenada pelo Conselho Nacional de Inteligência[7], organismo pertencente à cúpula da Comunidade de Inteligência dos EUA e que se subordina diretamente ao Diretor Nacional de Inteligência (DNI).

No Reino Unido, o organismo responsável pela produção das Estimativas é o Comitê Conjunto de Inteligência[8], organismo centralizador da Atividade de Inteligência e ligado ao *Cabinet Office*[9], e que tem como membros: Secret Intelligence Service (MI 6), voltado para o Campo Externo, o Security Service (MI 5), voltado para o Campo Interno, a Contrainteligência e o contraterrorismo, o Government Communications Headquarters (GCHQ) que trata da Inteligência de Sinais e o Serviço de Inteligência de Defesa que congrega os serviços de Inteligência das três forças singulares.

Em Israel, a comunidade de Inteligência é formada pelo MOSSAD[10], o SHIN BET[11] e o AMAN[12]. A esse último, cabe apenas a coordenação

---

[5] *Office of National Estimates (NIE)*

[6] *National Intelligence Estimates (NIE).*

[7] *O National Intelligence Council (NIC) é um centro voltado para estudos prospectivos. Possui 13 áreas de estudos que são chefiados por pessoas de notório saber, oriundas de órgãos da comunidade de Inteligência e de outros organismos governamentais. Essas áreas de estudo são: África, Ásia Oriental, Sudeste Asiático, Oriente Médio, Rússia e Eurásia, Europa, Hemisfério Ocidental, Assuntos Econômicos, Assuntos Militares, Ameaças Transnacionais, Alertas, Proliferação de Armas de Destruição Massiva e Ameaças Transnacionais.*

[8] *Joint Intelligence Committee (JIC).*

[9] *O Cabinet Office é o departamento do governo do Reino Unido responsável por assessorar o primeiro-ministro.*

[10] *MOSSAD é o acrônimo de Ha Mossad leModi'in uleTafkidim Meyuchadim ou Instituto para Inteligência e Operações Especiais. Esse serviço atua no Campo Externo, em ações de espionagem.*

[11] *SHIN BET ou SHABAK é o acrônimo de Sherut haBitachon haKlali ou Agência de Segurança Interna de Israel. Ele atua no Campo Interno abrangendo a contraespionagem e o contraterrorismo.*

[12] *AMAN é o acrônimo de Agaf HaModiin – lit. O AMAN é o serviço que coordena a Atividade de Inteligência nas Forças de Defesa de Israel (IDF).*

da produção das Estimativas nacionais. Sobre o AMAN, vamos, oportunamente, analisar o seu trabalho em um estudo de caso.

## Como são produzidas as estimativas

*O método é necessário para a procura da verdade.*

René Descartes

Como já mencionado anteriormente, a metodologia para a produção de Estimativas é um trabalho complexo e normalmente realizado por uma equipe de analistas, muitas vezes de diferentes órgãos de Inteligência, assessorados por especialistas ou peritos de áreas específicas, dependendo do tipo de assunto em questão. O estudo mais detalhado da metodologia aplicada à elaboração de Estimativas é um assunto iminentemente técnico e, assim, foge ao escopo do presente trabalho. Entretanto, poderíamos dizer, de forma simplificada, que a produção de uma Estimativa se estrutura basicamente em três tipos de fatores:

### a) Pré-condições

Normalmente, são conhecimentos ou fatores de longo prazo. São estáticos ou se modificam vagarosamente. Como exemplo, poderíamos citar: a composição da estrutura de defesa de um país, o efetivo de suas forças armadas, o posicionamento de uma instalação militar, sua infraestrura, crescimento econômico, estratificação social, demografia, fronteiras e outros.

### b) Elementos catalisadores

São conhecimentos ou fatores dinâmicos, cuja validade é restrita a médio ou a curto prazo (período de alguns meses até cinco anos). Normalmente, são difíceis de serem detetados, identificados e obtidos. Muitas vezes, torna-se necessária uma operação de Inteligência. Exemplificando: o grau de aprestamento de uma força armada, a aquisição de novos armamentos ou obtenção de novas tecnologias, a criação de um grupo político, as coalisões e outros.

## c) Gatilho

Este é o terceiro e último fator. Talvez o mais complexo, pois é difícil de se prever, mas é necessário para ativar uma situação. Um único evento pode ser o causador. Como exemplo, poderíamos mencionar: a morte de um líder político  eleições, o cancelamento de acordos ou tratados e outros.

Essa é certamente a etapa mais complexa de todo o processo. Os profissionais de Inteligência envolvidos na produção de Estimativas, de posse de todos os conhecimentos obtidos nas etapas anteriores, vão interpretá-los e buscar um significado final para o trabalho. Muitas vezes, ele não aparece de forma clara e necessita ser deduzido. É o que os alemães chamam de *Geistiger Krieg* ou a Guerra dos Cérebros  na qual o intelecto comanda as ações.

Os três casos mais recentes que poderiam bem exemplificar esse fator foram: a denominada *Primavera Árabe,* ocorrida em 2011, e cujo *gatilho* foi a morte de um estudante tunisiano. A guerra civil na Ucrânia, em 2013/2014, com a anexação da Criméia pela Rússia, cujo *gatilho* foi o cancelamento de um acordo bilateral entre a Ucrânia e a União Européia. O mais recente foi a decaptação de cidadãos ocidentais pelo grupo terrorista ISIS[13] que desencadeou os ataques aéreos das forças de coalizão, liderados pelos EUA, contra o autodenominado Estado Islâmico.

## Um estudo de caso

*Para mim, o período de 1 a 6 de outubro de 1973, no Comando Sul, foi uma semana normal.*

General David Elazar – Chefe do Estado-Maior do Exército de Israel.(Em depoimento na Comissão de Inquérito Agranat)

A História Militar nos oferece um dos mais clássicos exemplos de falha na produção de Estimativas e de Surpresa Estratégica que foi o

[13] *Islamic State in Iraq and Syria (ISIS).*

da Guerra do **Yom Kippur**[14]. Ela ocorreu em outubro de 1973 e teve como protagonistas: Israel, Egito, Síria e Iraque. Os principais líderes israelenses, por ocasião do confllito, eram:

– Primeira-Ministra: Golda Meir;

– Ministro da Defesa: Moshe Dayan;

– Chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa: General David Elazar;

– Diretor do Serviço de Inteligência Militar (AMAN): Eliyahu Zeira; e

– Diretor Chefe do MOSSAD: Zvi Zamir.

Após o término da Guerra dos Seis Dias, ocorrida em 1967, Israel teve o seu território aumentado consideravelmente e, pela primeira vez na sua história, passou a contar com uma fronteira estratégica ou de segurança. Todos os seus centros populacionais estavam, agora, separados das tropas egípcias por uma barreira desértica de 240 km de largura (o Deserto do Sinai) e o Canal de Suez, formando uma barreira natural. Se Israel fosse envolvido em outro conflito, as cidades afetadas seriam egípcias[15], e não israelenses. Ademais, próximo à região do Canal de Suez, foi construído um complexo de fortificações que ficou sendo conhecido como Linha Bar-Lev[16].

Uma situação igualmente favorável fora alcançada por Israel ao longo da frente com a Jordânia. Jerusalém encontrava-se unificada, e o exército jordaniano teria que montar uma operação de contra-ataque de maior envergadura através do Rio Jordão e ao longo dos 65 km do Deserto da Judéia. Na frente síria, as forças israelenses dispunham, também, de certo grau de profundidade, além das colinas de Golan.

---

[14] *Yom Kipur ou Kippur é um dos dias mais importantes do judaísmo. No calendário hebreu, começa no crepúsculo que inicia o décimo dia do mês hebreu de Tishrei (que coincide com os meses de setembro ou outubro). Os judeus, tradicionalmente, observam esse feriado com um período de jejum de 25 horas e reza intensa.*

[15] *Port Said, Ismália e Suez, que contavam com cerca de 750.000 habitantes.*

[16] *Nome dado em homenagem ao General Haim "Kidoni" Bar-Lev, herói da Guerra dos Seis Dias e que teve papel destacado na Guerra do Yom Kippur.*

A figura abaixo permite melhor visualizar a situação após a guerra.

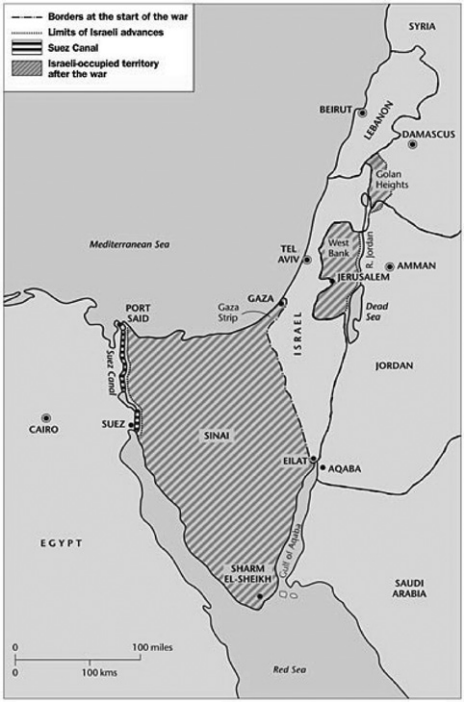



*Figura 1 — Situação de Israel após A Guerra Dos Seis Dias — 1967*

Assim sendo, os israelenses podiam optar pelo lançamento de uma ofensiva antecipada se uma guerra parecesse iminente. Caso sofresse um ataque, teria espaço para poder desdobrar as suas forças e contra-atacar.

Dentro desse contexto, as Estimativas elaboradas pelo Serviço de Inteligência Militar de Israel, o AMAN, fizeram com que o Estado-Maior israelense desenvolvesse uma **Concepção Estratégica**[17] cujas premissas repousavam nas seguintes presunções:

– O Egito não desencadearia uma guerra sem que fosse capaz de lançar ataques em profundidade contra o território de Israel,

[17] *Concepção Estratégica é o estudo, definição e indicação de estratégias a serem seguidas pelo Estado.*

particularmente, contra os seus aeroportos militares, a fim de neutralizar a força aérea israelense;

– A Síria não deflagraria uma guerra em grande escala contra o Estado judeu, a menos que o Egito também participasse da luta; e

– O Egito e a Síria só teriam condições de se engajar em uma nova guerra, a partir de 1976, pois encontravam-se debilitados em material e pessoal.

Essa concepção pode ter sido correta no tempo em que foi formulada, entretanto a sua parte principal e decisiva não foi objeto de reavaliações à luz das transformações políticas, militares e tecnológicas que iriam se verificar posteriormente, na região.

Alguns historiadores argumentam que, de fato, os preparativos para a Guerra do Yom Kippur teriam começado logo após o fim do conflito de 1967, com a reorganização do Exército Egípcio, auxiliado por assessores militares soviéticos. Uma atenção especial foi dada à qualidade do potencial humano e à sua motivação. Em termos materiais, a URSS também forneceu carros de combate, baterias de foguetes e aviões.

O fato é que, já em 1968, os egípcios haviam iniciado as operações de fustigamento que, mais tarde, culminariam com uma Guerra de Atrito (1968-1970). Essas operações já faziam parte de uma estratégia de dissimulação[18], que seria praticada pelos egípcios e sírios no período que antecedeu a guerra do Yom Kippur. Ela produziu ótimos resultados e iria contribuir para confundir as futuras análises da Inteligência Israelense.

A morte do presidente Nasser, em 28 de setembro de 1970 deixou o Egito sem uma liderança efetiva e carismática que conseguira manter unido o mundo árabe na luta contra Israel. Em seu lugar, assumiu Anwar El Sadat, que embora tenha realizado uma grande modificação

---

[18] *Pela Doutrina Militar Soviética, os confrontos de atrito e os constantes exercícios militares junto a uma região de fronteira ou uma Linha de Frente estabilizada faziam parte de uma estratégia de dissimulação, cujo principal propósito era o de iludir e confundir o inimigo. Ela foi transmitida aos egípcios pelos assessores militares soviéticos.*

na estrutura política do país, que, ainda era dominada por seguidores de Nasser. Embora Sadat não tivesse o carisma e o prestígio do antigo presidente, prosseguiu na intenção de recuperar o território perdido para Israel em 1967. Entretanto, em 1971, declarou, pela primeira vez, em uma entrevista, que o Egito estava preparado para reconhecer o Estado de Israel e conviver pacificamente com ele. No período de 1971–1973, Sadat praticou uma política "pendular" tentando obter suporte dos EUA e da URSS, para solucionar a questão dos seus territórios ocupados. Ao mesmo tempo, iniciou a formulação dos planos de guerra para atacar Israel e reaver os territórios perdidos.

No ano de 1973, foram iniciadas pelo Egito e pela Síria uma série de ações visando a criar condições para o início da guerra. Dentre essas, resumidamente, destacamos as mais significativas e que, certamente, chegaram ao conhecimento da Inteligência israelense. Agora elas delineiam uma clara trajetória facilmente identificável para um Analista de Inteligência. Entretanto, na ocasião, elas não foram corretamente interpretadas. Senão vejamos:

– Em janeiro, os egípcios realizaram vários exercícios de mobilização (cerca de vinte, segundo as fontes consultadas).

– Em fevereiro, os estados-maiores dos exércitos egípcios e sírios realizaram uma série de contatos secretos para o início das hostilidades. Ainda nesse mês, Sadat ordenou ao estado-maior egípcio que apresentasse planos para transposição do Canal de Suez e as datas mais apropriadas para o início das hostilidades (maio, setembro ou outubro). A Inteligência israelense tomou conhecimento do fato, mas avaliou erroneamente tratando-o como se fosse apenas uma manobra de desinformação[19].

– Em março, a URSS iniciou o envio de mísseis táticos terra-ar SCUD para o Exército Egípcio.

– Em abril, a Inteligência israelense recebeu um informe de que haviam chegado ao Egito 18 caças *Mirage* cedidos pela Líbia e 16 caças *Hawker Hunter* cedidos pelo Iraque, e outros tantos da Arábia Saudita e do Kuwait estavam com previsão de chegada. A Inteligência israelense avaliou o dado e concluiu que isso não modificava o balanço militar estratégico entre o Egito e Israel.

– Em maio, o ministro da guerra do Egito visitou a Síria e, no decorrer do período, ocorreram vários encontros entre autoridades sírias e egípcias.

– Em agosto, Anwar Sadat teve um encontro com o líder palestino Yasser Arafat e outros membros da Organização para Libertação para a Palestina (OLP). O objetivo era de informar a intenção do Egito de iniciar uma guerra contra Israel. O encontro foi noticiado no principal jornal de Beirute, o *Al Nahar*, e divulgado, também, para o mundo pela *Associated Press*.

– Em 12 de setembro, teve lugar no Cairo/Egito um encontro dos líderes dos países fronteiriços com Israel (Síria, Egito e Jordânia). Ainda nesse mesmo mês, um jornal libanês publicou um artigo que falava sobre a deterioração de material bélico soviético cedido aos egípcios. Essa foi, certamente, uma medida de desinformação praticada pelos egípcios contra a Inteligência israelense.

– Em 25 de setembro, dois terroristas palestinos detiveram, na fronteira tcheco-austríaca, um trem que conduzia judeus russos de Moscou para Viena. O chanceler da Áustria Bruno Kreisky[20] mediou a questão liberando os judeus e os terroristas. O fato causou contrariedade à primeira-ministra Golda Meir que se encontrava em visita à Europa. Ela viajou até Viena para protestar contra o fato, tentar rever a situação dos terroristas e reabrir o Centro de Imigração e Trânsito de Schonau[21]. O governo israelense viu-se totalmente envolvido com essas questões. Embora até hoje nada tenha sido provado, acredita-se que a operação tinha o objetivo diversionário.

---

[19] *Desinformação consiste na manipulação planejada de conhecimentos ou dados com a finalidade de confundir ou iludir o inimigo.*

[20] *Bruno Kreisky, embora filho de um judeu, era antissionista. Possuía muito boas relações com líderes árabes, dentre os quais, Anwar Sadat e Muamar Gaddafi. Em 1980, a Áustria estabeleceu relações diplomáticas com o Exército de Libertação da Palestina (OLP).*

[21] *O Centro de Imigração e Trânsito de Schonau destinava-se a receber judeus russos que estavam imigrando para Israel. Lá permaneciam por alguns dias, enquanto eram entrevistados sobre sua capacitação. Havia sido fechado por Bruno Kreisky, atendendo a pressões árabes.*

– No dia 29 de setembro (um domingo), o embaixador de Israel nos EUA[22] recebeu de seu Adido Militar um informe proveniente de uma fonte classificada como confiável de que uma grande concentração de tropas sírias havia sido observada na fronteira norte com Israel e que um ataque era iminente. Após comunicar o fato a Israel, de imediato, ele dirigiu-se ao Departamento de Estado dos EUA onde teve uma entrevista com o Secretário de Estado Henry Kissinger. Este ficou de confirmar o assunto junto à Inteligência norte-americana. Horas depois, o embaixador recebeu uma resposta de Israel de que essa movimentação de tropas havia sido considerada como: Um exercício de rotina das forças sírias. O mesmo aconteceu com a resposta vinda da Inteligência dos EUA. Assim, acredita-se que, nesse episódio, possa haver ocorrido um exemplo de Falsa Confirmação[23].

– Em 1 de outubro, Anwar Sadat assinou o plano de operações para o dia D, do ataque – primeiro dia do *Ramadan*, 6 de outubro de 1973.

Ainda nesse dia, um oficial de Inteligência do Comando Sul, capitão Benjamin Simam-Tov, apresentou ao seu chefe, Tenente-Coronel David Gedaliah, um documento de Inteligência cujo título era: *Movimento no Exército Egípcio – a possibilidade de reinício das hostilidades*. Esse documento resumia e analisava informes sobre os preparativos para a travessia do Canal de Suez. No dia 3 de outubro, Siman-Tov enviou um segundo e mais detalhado relatório. Nesses dois documentos, ele apresentou fatos importantes que poderiam estar em desacordo com a qualificação de um mero exercício atribuído ao movimento das forças egípcias. Segundo ele, a finalidade do exercício era a de camuflar as últimas fases de preparação para a guerra.

---

[22] *Era embaixador de Israel nos EUA o diplomata Simcha Dinitz, homem de grande experiência em sua profissão e amigo pessoal do então Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, também descendente de judeus.*

[23] *Na terminologia da Atividade de Inteligência, denominam-se Falsa Confirmação informes provenientes de destinatários diferentes, entretanto oriundos de uma mesma fonte.*

– Entre os dias 4 e 5 de outubro, ocorreu a evacuação das famílias dos militares soviéticos, que atuavam como assessores, e sete dos doze navios de guerra soviéticos, que estavam em portos egípcios, também deixaram o país.

Os fatos foram interpretados pela Inteligência israelense como uma crise nas relações entre a URSS e o Egito.

– Ainda nas horas finais que antecederiam a guerra, a Inteligência de Israel iria receber uma série de outros informes sobre a iminência do conflito. Entretanto, o fato é que a mobilização geral das Forças de Defesa de Israel (IDF) só seria ordenada em uma reunião, no gabinete de Golda Meir, às 8h do dia 6 de outubro (sábado), depois de consultado o Diretor do AMAN, General Eliyahu Zeira[24], oficialmente, o responsável pela mobilização das reservas[25].

Às 14h do mesmo dia, forças egípcias e sírias iniciaram o ataque, havendo obtido a Surpresa Estratégica e, em consequência, uma vantagem inicial no teatro de operações. Mais tarde, Israel conseguiu reverter a situação, e, no dia 26 de outubro, a guerra havia terminado, e um acordo de armistício foi assinado entre os beligerantes. Apesar de Israel haver saído vitorioso e até com um maior ganho territorial, foram elevadas as perdas humanas e materiais. [26]

---

[24] *O General Eliyahu Zeira havia assumido o AMAN há apenas um ano antes da guerra e já encontrou as diretrizes de trabalho previamente estabelecidas. Assim, decidiu aceitar a Concepção Estratégica existente, sem se preocupar com o cotejo do fluxo de informes recebidos pelo Serviço que dirigia.*

[25] *O núcleo base do exército de Israel já se encontrava em estado de alerta.*

[26] *Israel teve 2.800 militares mortos, 8.800 feridos, 400 carros de combate destruídos e 102 aviões abatidos.*

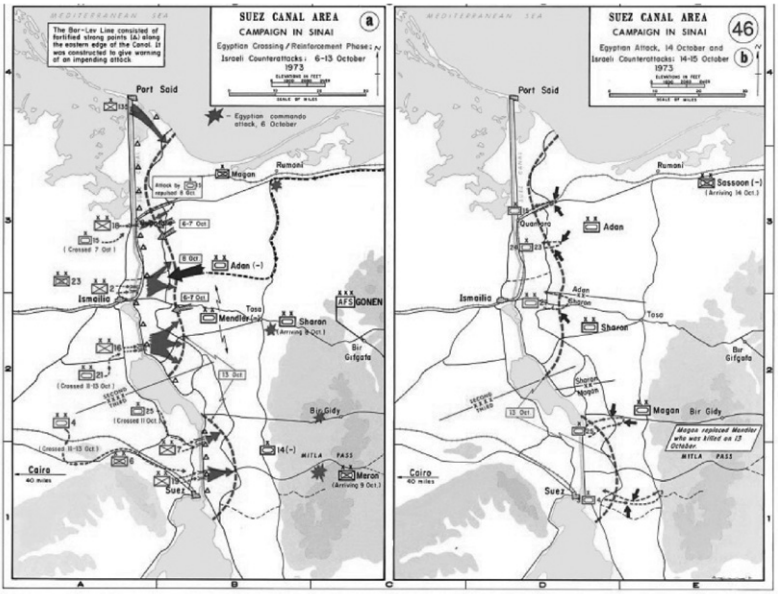



*Figura 2 – Operações Militares no Sinai – primeira fase*

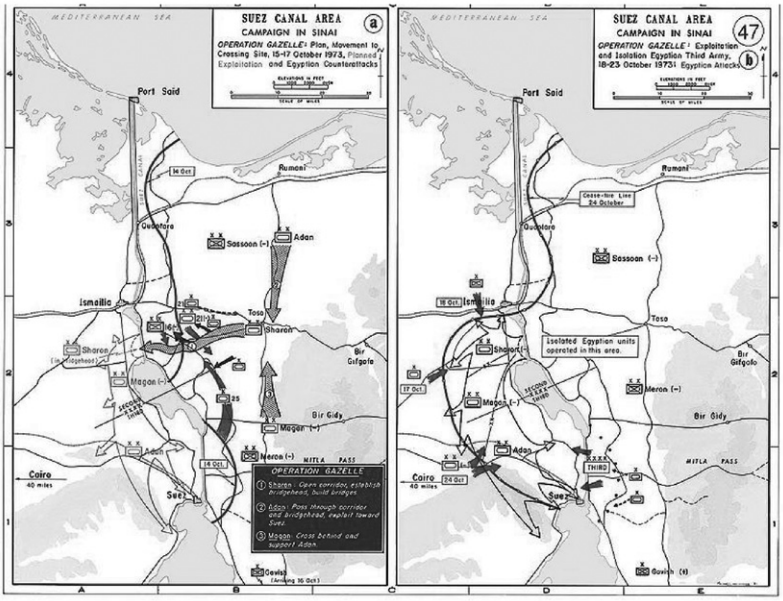



*Figura 3 – Operações Militares no Sinai – segunda fase*

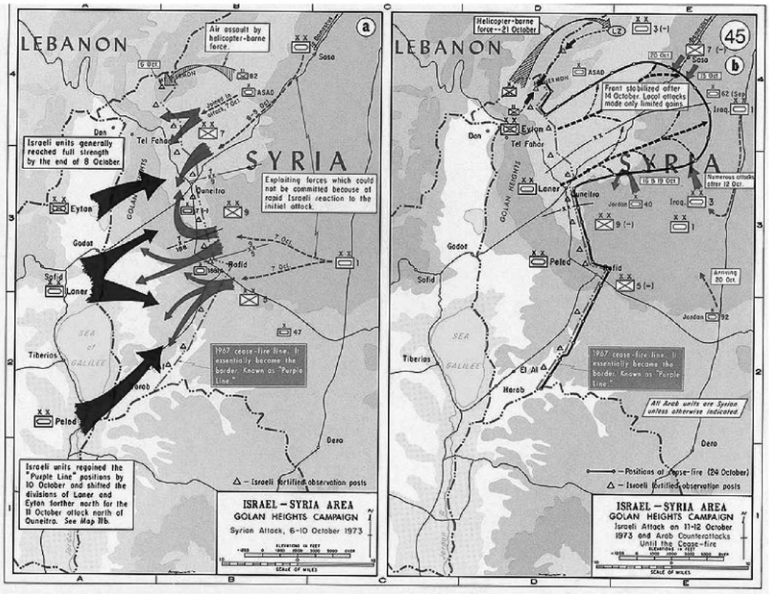



*Figura 4 – Operações Militares em Golan*

Em 21 de novembro de 1973, foi instituída uma comissão de inquérito presidida pelo jurista Shimon Agranat e destinada a apurar responsabilidades pelas falhas ocorridas na previsão da Guerra do Yom Kippur.

Após reunir-se por 140 sessões e ouvir 58 testemunhas, a Comissão Agranat expediu um relatório parcial em abril de 1974 e um final, em 30 de janeiro de 1975[27]. Nesses relatórios, foram pessoalmente responsabilizados os seguintes militares da área de Inteligência e membros do governo de Israel:

– Diretor da Inteligência Militar (AMAN) – General Eliyahu Zeira;

– Vice-Diretor da Inteligência Militar – General David Shalev;

[27] *O texto completo do Relatório Agranat (cerca de 1.500 páginas) só foi tornado público em 01 de janeiro de 1995, exceto 48 páginas que permanecem, até hoje, classificadas.*

– Chefe da Divisão de Assuntos do Egito do AMAN – Tenente-Coronel Yonah Bendman; e

– Chefe do Departamento de Inteligência do Comando Sul – Tenente-Coronel David Gedaliah.

Após a divulgação do relatório parcial, a Primeira-Ministra Golda Meir pediu demissão do cargo, sendo seguida pelo Ministro da Defesa Moshe Dayan, pelo Chefe de Estado Maior David Elazar e pelo chefe do MOSSAD General Zvi Zamir.

Concluímos, detalhando sinteticamente as falhas ocorridas na Inteligência israelense:

– A organização vigente no sistema de Inteligência de Israel impediu que o MOSSAD e o SHIN BET participassem do processo de análise da situação que antecedeu a Guerra do Yom Kippur. Eles atuaram apenas como coadjuvantes. A tarefa de produzir as Estimativas Nacionais ficou apenas sob a responsabilidade do AMAN e sem uma significativa participação dos demais serviços de Inteligência de Israel.

– O AMAN não soube interpretar corretamente os dados e conhecimentos recebidos, mantendo sua Estimativa desatualizada.

– Embora a quantidade de dados e conhecimentos recebidos, especialmente no ano de 1973, tenha sido significativa, eles não foram devidamente analisados e interpretados.

– O apego demasiadamente rígido à Concepção Estratégica vigente, criou obstáculos à percepção da iminente ameaça, uma vez que as intenções do inimigo eram claras. Concepções rígidas, muitas vezes, levam a percepções errôneas.

– A síndrome do falso alarme, que consiste na repetição de alertas que não se materializam em ação, criou um efeito de desgaste na vigilância, iludindo e confundindo as análises da Inteligência israelense.

– O diretor do AMAN tinha como responsabilidade dar a ordem para o início da mobilização. Isso contraria um dos preceitos básicos da Atividade de Inteligência: Quem assessora não deve participar do processo decisório. Essa tarefa deveria ter ser atribuída a uma autoridade do poder executivo.

A Guerra do Yom Kippur nos dá um belo exemplo de patriotismo e respeito às instituições. As Forças de Defesa de Israel (IDF) e o Serviço de Inteligência são duas instituições de maior prestígio, pois a perenidade do Estado de Israel depende unicamente deles. Entretanto, suas falhas não são perdoadas. Israel só pode escolher entre a aniquilação ou a vitória, não existe outra opção.

No presente caso, todos os militares, a maioria deles heróis da Guerra dos Seis Dias, e que ocupavam cargos no IDF ou na Inteligência foram afastados ou pediram demissão. A própria Primeira-Ministra Golda Meir, uma das fundadoras do Estado de Israel, envergonhada, afastou-se do seu cargo. Ao final, mesmo vitoriosos e com o seu território aumentado, não foram eximidos de culpa por haverem sido surpreendidos.

## Conclusão

Ao concluir o presente artigo, esperamos haver mostrado a importância da produção de Estimativas como instrumento de assessoria ao Estado. As Estimativas não são produzidas de forma intuitiva, mas, sim, baseadas em uma metodologia própria e embasadas em técnicas assessórias. Sem dúvida, elas são documentos de complexa elaboração, pois exigem muita experiência por parte dos analistas e uma perfeita integração e harmonia entre todos os profissionais envolvidos no trabalho. As Estimativas são, certamente, o produto mais nobre e importante, produzido pela Atividade de Inteligência, pois levam ao usuário ou decisor uma análise prospectiva voltada para eventos futuros.

## Referências bibliográficas

BETTS, Richard K. e Thomas G. Mahnken. *Paradoxes of Strategic Intelligence*. New York: Rooutledge, 2008.

BLACK, Ian e Benny Morris. *Israel Secret Wars. A History of Israel's Intelligence Service*. New York: Grove Press, 1991.

DEACON, Richard. *The British Secret Service.* New Work: Taplinger Publishing Co. INC, 1970.

FRIEDMAN, George. *The next 100 years.* New York: The Doubleday Publishing Group, 2009.

GAUB, Florence. *Predicting the Arab Spring: what we got wrong*. Jane's Defense Weekly, 08 de fevereiro de 2012.

GODSON, Roy. *Intelligence Requirements for the 1980's: Analysis and Estimates.* Washington, D.C.: National Strategy Information Center, 1980.

HERZOG, Chaim. *A Guerra do Yom Kippur*. Biblioteca do Exército – editora, 1977.

KUMARASWAMY, P.R. *Revisiting the Yom Kippur War*. London: Frank Cass Publishers, 2005.

SHULSKY, Abram N. *Silent Warfare. Understanding the World of Intelligence.* Washington: Brassey's, 1993.

*Márcio Bonifácio Moraes é Capitão de Mar e Guerra, Membro Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), Conferencista Emérito da Escola Superior de Guerra (ESG) e conferencista convidado do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER).*

# Considerações sobre a genealogia

***Pedro Wilson Carrano Albuquerque***

O vocábulo genealogia é composto pelas raízes gregas *gen* (geração) e *logos* (estudo), que, por si só, já indicam o significado da palavra: o estudo das gerações, ou melhor, o estudo das famílias.

O primeiro livro do Velho Testamento, o Gênesis, com cinquenta capítulos, é um grande quadro genealógico. Também nos Números e nos Paralipônemos são encontradas muitas genealogias. Os Livros de Esdras revelam como era grande a diligência e escrúpulo na elaboração da árvore genealógica do judeu, uma vez que, pela Lei de Moisés, só podia ascender ao sacerdócio quem pertencesse à descendência de Aarão. O Novo Testamento, por sua vez, inicia-se, segundo o Evangelho de Mateus, com o registro dos ancestrais de Jesus Cristo, cujos nomes estão gravados nas paredes da maravilhosa Capela Sistina, no Vaticano. A Primeira Epístola de Paulo a Timóteo, no Cap 1, Versículo 4, recomenda aos cristãos que não se ocupem em fábulas e genealogias intermináveis, que ocasionam questões, mas na edificação de Deus, que se funda na fé.

Os mórmons[1] levantam suas árvores genealógicas por entenderem ser de sua responsabilidade a realização de ordenanças de salvação dos que morreram, com vistas à redenção de suas almas. Para isso, eles criaram, com sede na cidade de Salt Lake, Estado de Utah, a Sociedade Genealógica da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, reconhecida como a maior e mais ativa organização genealógica do mundo.

A Igreja Católica exigia prova de limpeza do sangue dos candidatos ao sacramento da Ordem. Eram os processos *De Genere et De Moribus*, onde, além da comprovação de que seus antepassados eram cristãos, os futuros sacerdotes tinham de mostrar que eles e os ascendentes não tinham sido condenados a pena vil ou infame, não haviam praticado crimes de lesa

[1] *Os mórmons são os membros de religião cristã fundada em 1830, nos Estados Unidos da América, por John Smith, conhecida pelo nome de Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.*

majestade divina ou humana e nunca tinham sido hereges ou apóstatas da fé católica. Para isto, era necessária a elaboração da árvore genealógica do interessado, providenciada mediante consultas às paróquias onde tinha residido o futuro padre, seus pais, avós e demais ancestrais.

Vale lembrar, ainda, que a Genealogia trata da Família, tão defendida pela maioria dos credos religiosos. Para os que professam o espiritismo, os desencarnados são responsáveis pela recepção e orientação de seus parentes, principalmente os seus descendentes, quando eles ingressam na vida após a morte. Assim, o estudo da Genealogia poderia ser interessante, também, para os que seguem o espiritismo, porquanto poderão encontrar, no além-túmulo, parentes com quem já estariam familiarizados por intermédio dos dados levantados a seu respeito.

É grande a impressão de que nos aproximamos de nossos ancestrais quando vamos obtendo informações sobre cada um deles. E a sensação que fica é de que eles gostam disso, como qualquer ser humano gostaria que seus filhos, netos, bisnetos e trinetos não o esquecessem. Seria esta uma forma de trazê-los de volta ao convívio de sua família. Na verdade, o nosso elo com os antepassados representa a perpetuidade desses parentes.

A pesquisa genealógica permite-nos, também, conhecer o que se passou no mundo antes de nós e melhor entender o que ocorre nos dias de hoje, uma vez que a História costuma repetir-se. Há muitas obras já publicadas no campo da Genealogia, propiciando-nos a sua leitura não só o encontro de parentes e informações preciosas, como também o aumento de nossos conhecimentos sobre os costumes da época de nossos antepassados e sobre os lugares em que viveram. Passamos a entender os motivos por que mudavam de um local para outro, por que razão muitas mulheres morriam com pouca idade, o que levou alguns à perda de grandes fortunas e outros, à conquista de expressivo patrimônio, e assim por diante. O sociólogo que desejar aprofundar-se no exame da mobilidade social no País terá, certamente, de recorrer à Genealogia. É bom lembrar, aqui, o adágio: *Pai rico, filho nobre, neto pobre*.

A Genealogia é, por outro lado, de grande importância para o estudo dos movimentos migratórios no Brasil. Veja o exemplo do autor: dois netos brasilienses e um cearense, filhos cariocas, pais mineiros, um

avô fluminense (de Piraí) e cinco bisavós estrangeiros (dois italianos e três portugueses).

Os primeiros versos da letra de Chico Buarque (Francisco Buarque de Holanda) para a música *Paratodos* também são um exemplo da movimentação das famílias brasileiras em nosso território:

"O meu pai era paulista / Meu avô, pernambucano / O meu bisavô, mineiro / Meu tataravô, baiano." Refere-se o compositor a seus antepassados: o professor e escritor Sérgio Buarque de Holanda (o pai paulista), Cristóvão Buarque de Holanda (o avô pernambucano), José Cesário de Faria Alvim (o bisavô mineiro, que foi Presidente da Província do Rio de Janeiro e Governador do Estado de Minas Gerais) e Eulálio da Costa Carvalho (o tataravô baiano).

Não se pode esquecer, também, da importância da Genealogia para o fortalecimento da unidade nacional, à medida que revela a ligação entre brasileiros oriundos dos diversos Estados brasileiros. Assim, os netos do autor têm antepassados cearenses, fluminenses, mineiros, alagoanos, goianos, paulistas, pernambucanos, baianos, etc. O exame da árvore genealógica deles mostra o entrelaçamento de famílias distribuídas por várias regiões do País, embora não apresentem, à primeira vista, qualquer vinculação entre si.

Inegável, também, a ligação da Genealogia com a Ciência do Direito, principalmente com o ramo dedicado às sucessões, uma vez que é necessária, para a divisão dos bens de um espólio, a identificação de todos os herdeiros. O Código Civil Brasileiro, ao tratar da sucessão legítima, coloca, em primeiro lugar, os descendentes, excluindo-se o grau mais remoto a favor do mais próximo, sem distinção de linhas. Não havendo herdeiros da classe dos descendentes, são chamados à sucessão, pela ordem, os ascendentes, o cônjuge sobrevivente, os colaterais e, por fim, o Estado, o Distrito Federal ou a União.

E há um estreito relacionamento da Genealogia com o Direito Internacional, notadamente no que toca à obtenção por alguém da nacionalidade de um país. As diversas legislações contemporâneas adotam critérios diferentes para a distinção de seus nacionais. Esses critérios são o do *jus soli* e o do *jus sanguinis*. No primeiro sistema, todo aquele que

nasce no território de um Estado adquire a nacionalidade desse Estado; no segundo, adquire o filho, necessariamente, a nacionalidade daqueles de que descende, pouco importando o lugar do nascimento. O descendente de pessoa natural de país que adota o sistema *jus sanguinis*, como a Itália, Portugal, o Japão, a Alemanha e a Espanha, torna-se um pesquisador no campo da Genealogia para provar o parentesco com o ascendente, a partir do momento em que surge seu interesse em assumir a nacionalidade daquele antepassado.

A Monarquia sempre valorizou a Genealogia, principalmente, ao conceder à autoridade soberana o poder de reconhecer direitos e privilégios dos nobres e sua transmissão por hereditariedade. Albano da Silveira Pinto[2], ao escrever a sua *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, publicada em Lisboa, em 1883, assim se manifestou sobre a ciência:

*A genealogia tem sido considerada como guia e regra para qualificar a origem e sucessão das famílias; as regalias e privilégios que estas tiveram no antigo regime; as mercês régias perpétuas ou temporárias que desfrutaram; os altos cargos e distinções honoríficas que seus ascendentes tiveram; o direito para regular, transmitir e provar o grau de parentesco para entrar na posse de uma determinada propriedade senhorial ou vincular; e não poucas vezes de causa para nobilitação individual, ou motivo para previr algumas vantagens sociais, e por isso conceituada manifestação de nobreza, e, com sobeja razão, apreciada como curiosidade familiar.*

Ao nobre cabia, como ainda ocorre em alguns países da Europa, revelar a sua linhagem, para manter um título honorífico de seus ancestrais. Antes do plebiscito realizado em 1993, para saber se o povo brasileiro desejava a Monarquia, algumas pessoas procuraram ascendentes nobres em sua árvore genealógica, pensando, com isso, em colher alguns frutos caso a República fosse derrotada...

---

[2] *Albano da Silveira Pinto foi Guarda Roupa da Câmara de Luís I, Rei de Portugal (a quem dedicou a sua referida obra), Moço Fidalgo com exercício na Casa Real, Cavaleiro das Ordens de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, de S. Gregório Magno de Roma e de Leopoldo da Bélgica, bem como Comendador de Carlos III da Espanha e da Ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém. Foi, ainda, Cavaleiro da Ordem dos Guelfos de Hanover e da Legião de Honra da França.*

A Genealogia não foi utilizada corretamente pelos nazistas, que a usavam para provar a ascendência ariana dos membros de seu Partido e com o deplorável objetivo de identificar e perseguir os judeus. A Inquisição Portuguesa, que perseguiu, sequestrou, prendeu, torturou, degredou e levou à fogueira milhares de pessoas, inclusive no Brasil, foi outro exemplo de mau uso da Genealogia, conforme o seguinte texto do livro *Trópico dos Pecados*, de Ronaldo Vainfas:

*Passados alguns dias, os inquisidores requisitavam o réu para a sessão de genealogia. Deixavam de lado as acusações e arguiam sobre o lugar de nascimento, a idade, o ofício e demais informações sobre os pais, avós e todos os parentes de que se lembrava o acusado, especialmente se haviam sido outrora penitenciados pela Inquisição. Arguição possivelmente montada para a devassa dos cristãos-novos e de seus antecedentes, o inquérito genealógico acabaria vulgarizado para todos os réus, recompondo-se a história do indivíduo em linhas gerais, sempre à cata de algum fato que lhe pudesse incriminar no passado ou na vida dos parentes.*

Acima de tudo, a Genealogia é importante instrumento de estudo de nossa História, motivo por que o tradicional Colégio Pedro II[3] sempre deu atenção à matéria. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (entidade de utilidade pública, fundada no Rio de Janeiro em 1838, sob a proteção do Imperador D. Pedro II), reconhecendo tal importância, chegou a ceder espaço de suas instalações ao Colégio Brasileiro de Genealogia para as atividades desta entidade.

Além do relacionamento com a História, Geografia, Genética, Sociologia, Religião, Antropologia e Direito, não se pode deixar de reconhecer a importância da Genealogia para o estudo da Estatística. Também a Política está intimamente ligada com oligarquias de base familiar, assunto muito bem tratado nos livros *Política e Parentela na Paraíba*, de Linda Lewin, e *Família & Poder*, de Cláudio de Albuquerque Bastos.

---

[3] *Fundado em 1837, já no ano seguinte, entrava a funcionar o Imperial Colégio de Pedro II. O primeiro professor nomeado para a cátedra de História foi o mineiro Justiniano José da Rocha. Em 1843, foi indicado para lecionar a disciplina Geografia Descritiva e História o Barão Carlos Roberto Edler von der Planitz, natural da Saxônia, cujas atividades genealógicas e de desenhista marcaram época, sendo D. Pedro II seu admirador.*

Deve ser registrado, ainda, que a Economia encontra, no estudo das famílias, subsídios para o estudo da terra como fator de produção, dos empreendimentos familiares, com sua transferência de pai para filho, bem como da poupança de grupos domésticos e sua contribuição para o desenvolvimento de uma comunidade. A propósito, o livro *De Geração para Geração*, resultado de cuidadosa pesquisa de seus autores (Kelin E. Gersick, John A. Davis, Marion McCollom Hampton e Ivan Lansberg), informa que mais de 80% das empresas do mundo são familiares.

A Genealogia tem inspirado alguns escritores na construção de importantes obras de nossa literatura, como *Os Buddenbrook*, de Thomas Mann, que deu ao autor o Prêmio Nobel de Literatura em 1929, e *Raízes*, de Alex Haley, que, transportada para a televisão americana, obteve um índice de audiência nunca visto anteriormente. Na poesia, não se pode negar a sua influência na formação de alguns versos de *Os Lusíadas*, de Camões, e da letra da música *Paratodos*, de Chico Buarque, devendo ser lembrado, ainda, o nosso poeta Gerardo Melo Mourão, que revelou a saga de uma família em seu livro *O País dos Mourões*.

Quase todos já colecionaram figurinhas, quando crianças. Alguns guardam revistas, tampas de garrafas, figuras de artistas, moedas, etc. O autor deste trabalho, por exemplo, coleciona selos desde seus nove anos de idade (o primeiro foi-lhe dado por sua tia-avó Antonieta Carrano). Do mesmo jeito, há pessoas que gostam da Genealogia pela satisfação de, com o conhecimento do assunto, aumentar seu círculo de relacionamento e ter mais um tema para as conversas com parentes e amigos.

Muitas portas são abertas em função do vínculo de parentesco, podendo ser citados vários fatos que fundamentam tal afirmação. A Dra. Ellen Fensterseifer Woortmann, por exemplo, narra em seu livro *Herdeiros, Parentes e Compadres* que, ao iniciar trabalho de campo para a defesa de tese de doutoramento na Fundação Universidade Nacional de Brasília, encontrou dificuldade na obtenção de dados junto aos membros da comunidade de Dois Irmãos (RS), só tendo conseguido a colaboração da população local quando um antigo morador identificou um dos avós da ilustre antropóloga como representante comercial que esteve na cidade, muitos anos atrás. Como o avô era um homem de bem, a neta passou a merecer confiança.

A propósito, Cláudio de Albuquerque Bastos cita, em seu *Família & Poder,* uma passagem interessante sobre certos grupos australianos, contida no livro *O Homem – Uma Introdução à Antropologia*, do antropólogo Ralph Linton:

*Diz-se que quando um estrangeiro visita uma dessas tribos, os velhos investigam sua genealogia até encontrar algum ponto comum com as genealogias existentes no interior do grupo. O encontro da ligação procurada, acrescenta Linton, implica em bom tratamento ao visitante, que poderá ser morto se não for achado qualquer elo com a tribo.*

Além do prazer de colecionar dados, ainda há a satisfação de ligar descobertas a fatos históricos. Maria José Reiff Guimarães, a segunda esposa de José Carrano, por exemplo, tinha, entre seus antepassados, Josefa Maria de Rezende, irmã do inconfidente mineiro José de Rezende Costa[4], e Maria Clara de Rezende, em cuja residência se hospedou D. Pedro I quando de sua jornada a Minas Gerais, em 1822, além de bandeirantes e outras figuras de nossa História. O compositor Chico Buarque descende de Caramuru (Diogo Álvares Correia), da irmã do Pe. Antônio Vieira, de Jerônimo de Albuquerque e de José Cesário de Faria Alvim, o 1º Governador do Estado de Minas Gerais, entre outras figuras da nossa história.

Tome-se o autor. Seu pentavô Manoel José Monteiro de Barros é citado nos autos da Inconfidência Mineira como o Guarda-Mor de Congonhas, dois irmãos de sua tetravó Maria do Carmo Monteiro de Barros eram nobres (o Barão de Paraopeba e o Visconde de Congonhas de Campo) e o seu trisavô Vicente Ferreira Monteiro de Castro era irmão do 1º Barão de Leopoldina (Manoel José Monteiro de Castro). O Barão de Dourado (José Antônio da Silva Freire) era, provavelmente,

---

[4] *O Capitão José de Rezende Costa foi batizado na Capela de Santo Antônio da Lagoa Dourada, Freguesia de Prados (MG) em 13/06/1730; casou-se com Ana Alves Preto e faleceu aos 72 anos de idade. Foi Capitão de Auxiliares e agricultor. Tomando parte saliente na Inconfidência Mineira, foi condenado, juntamente com o filho com o mesmo nome, a que com baraço e pregão fosse conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca, e nela morresse morte natural para sempre. A Rainha D. Maria I comutou a pena de morte na de degredo por dez anos, em Guiné-Bissau, na África.*

sobrinho de seu tetravô e sua esposa descende do irmão do Barão da Conceição (José Rodrigues da Costa) e de uma tia de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Sua neta, por seu lado, é descendente de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, de Amador Bueno de Ribeira, o Aclamado, e de João Ramalho, destacadas figuras de nossa História.

Por outro lado, cada um de nós deve ter desejado saber de onde tirou uma ou outra característica, suas qualidades e defeitos. Como somos a soma de pedaços de nossos antepassados, conhecer tais ancestrais permite-nos melhor avaliar nossas atitudes e suas consequências, evitando erros ocorridos no passado.

A Genealogia, além de permitir-nos conhecer caracteres hereditários importantes para o conhecimento de nós próprios, dá-nos conhecimento das doenças que levaram, ao túmulo, os nossos ascendentes, alertando-nos sobre eventual predisposição a certos problemas com a saúde. *O Jornal do Brasil*, em 9 de janeiro de 1994, e a revista *Veja*, em sua edição de 21 de junho de 1995, publicaram artigos sobre o interesse dos norte-americanos na reconstrução da história das doenças de seus pais e avós, visando à avaliação dos riscos de desenvolvimento de males genéticos.

Genealogistas preocupam-se com a divulgação dos resultados de seus trabalhos, uma vez que todo o seu esforço pode ser prejudicado por um simples expurgo de papéis, após seu falecimento. A publicação de tal material poderá ser de valor incalculável para o estudo da formação, divisões, colateralidades, ascendentes, descendentes, parentescos naturais, filiações, consanguinidades e afinidades de uma grande família.

Há ainda os que procuram alguém importante entre seus ascendentes, por vaidade. Assim, poderão dizer: sou trineto de um barão, tetraneto do maior proprietário de terras de tal lugar e assim por diante. A propósito, é difícil haver famílias que não venham, a um só tempo, do trono e da plebe. Basta um simples cálculo matemático para vermos que uma pessoa tem: dois pais, quatro avós, oito bisavós, dezesseis trisavós, 32 tetravós, 64 quintos avós, 2.048 décimos avós, 65.536 décimos quintos avós, 2.097.152 vigésimos avós, 67.108.864 vigésimos quintos avós e assim por diante.

Osvaldo Rezende, em seu livro *Genealogia de Tradicionais Famílias de Minas*, apresenta o seguinte quadro para mostrar o número de avós até a quadragésima geração:

Até a 5ª geração..... 124
Da 6ª à 10ª geração..... 3.968
Da 11ª à 20ª geração..... 4.190.208
Da 21ª à 30ª geração..... 4.290.772.992
Da 31ª à 40ª geração..... 4.393.751.543.808
Total..... 4.398.046.511.100

Se considerado o cálculo genealógico que estabelece ser cada avô mais longínquo três, cinco ou dez vezes ascendente de uma mesma pessoa, estes números podem ser reduzidos, mas não deixam de ser expressivos.

É bem provável, portanto, que aí encontremos alguns reis e vilões e, quanto às raças, europeus, índios, negros, judeus etc. Mesmo os que vieram da Europa podem ter origem asiática ou africana, diante das constantes invasões dos mouros e de bárbaros oriundos das mais diversas e distantes regiões e do intenso movimento migratório na região do Mediterrâneo.

Grande dificuldade encontramos na elaboração de nossa árvore de costado quando nos deparamos com um ascendente indígena ou escravo africano, uma vez que eles, geralmente, não possuíam quaisquer registros de seus antepassados e, na maioria das vezes, não utilizavam sobrenomes que os identificassem com clareza. No caso dos escravos nascidos no Brasil, havia possibilidade de alguma informação a respeito, uma vez que a Genealogia era utilizada para esclarecer a sua situação. Caso não fosse conhecida a filiação, havia a presunção do direito à liberdade. A propósito, a Relação da Corte, em acórdão de 16 de outubro de 1852, ensinava que, na dúvida, a sentença só poderia ser contra a escravidão.

Vale lembrar, contudo, que Resolução do Ministro da Fazenda, Dr. Rui Barbosa, de 14 de dezembro de 1890, recomendou a requisição, para queima e destruição imediata na casa de máquina da Alfândega do Rio de Janeiro, de todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil,

matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava, e libertos sexagenários. Com isto, passamos a ter maior dificuldade no levantamento de informações sobre os nossos antepassados escravos, apesar da boa intenção do grande brasileiro de apagar, de nossa história, sinais da nódoa social que era a escravidão.

Há não muito tempo, os Tribunais de Justiça dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo resolveram permitir que os fóruns das comarcas façam a destruição física de processos judiciais findos há mais de cinco anos, o que deverá provocar a eliminação de muitos documentos importantes para o estudo de nossa história e da vida de nossos antepassados. O autor, no entanto, acredita que, a exemplo do que já ocorreu em muitos países europeus e nos Estados Unidos da América, providências serão adotadas visando à criação de arquivos para a guarda de tais papéis, principalmente, os que contêm subsídios para o estudo do passado do povo brasileiro.

As buscas de dados para os apontamentos genealógicos obrigam o pesquisador a conhecer a legislação da época e os nomes das localidades de então, uma vez que, principalmente no Brasil, grande parte dos topônimos que conhecemos passaram a ser adotados há menos de cem anos. E as fontes de pesquisa mais utilizadas na busca genealógica são :

– os livros de História, Geografia e Sociologia e aqueles sobre famílias, pessoas (inclusive, as memórias e biografias) e localidades;

– publicações da época: jornais, revistas e almanaques;

– os assentamentos feitos nas igrejas e cartórios (o Registro Civil é instituição que se deve à Igreja Católica Apostólica Romana, que, desde a Idade Média, teve a ideia de anotar nascimentos, casamentos e óbitos por meio de inscrições nos livros paroquiais).

Entre nós, durante o Império, diante das relações entre a Igreja e o Estado, os registros eclesiásticos eram dotados de fidedignidade. Ainda recentemente, pessoas nascidas anteriormente à secularização do Registro Civil faziam prova de idade mediante apresentação de batistério, cujo valor probante era reconhecido sem contestação. A secularização do Registro Civil começou com o Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888, que inspirou toda a legislação pátria nessa matéria.

No tocante ao matrimônio, a regulamentação, pela Igreja Católica Apostólica Romana, se efetuou no Concílio de Trento (1545–1563). No Brasil, prevaleceu, por longo tempo, o casamento religioso. Em 11 de setembro de 1861, surgiu uma lei regulamentando o enlace matrimonial dos acatólicos, celebrado segundo o rito religioso dos próprios nubentes. A secularização do enlace matrimonial veio com a proclamação da República, que estabeleceu a separação entre o poder temporal e o espiritual. Assim, o casamento civil foi criado com o Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890.

Alguns países só admitem o casamento civil, havendo casos, como no Brasil, em que é reconhecido o matrimônio religioso, desde que registrado em cartório de registro civil. Há outros que dão aos nubentes a opção entre o casamento civil e o religioso, dando-lhes o mesmo valor legal. Existem, também, os que mantêm a preeminência do casamento religioso – sendo o civil acessível apenas às pessoas de outra religião que não a oficial – ou em que subsiste apenas o casamento religioso.

Na pesquisa, além do registro civil de pessoas naturais, o pesquisador não pode prescindir dos antigos tabeliães do judicial e notas, dos escrivães da paz, dos de órfãos, dos da Fazenda Pública, além dos modernos tabeliães de notas e contratos marítimos, dos registros de imóveis, de títulos e documentos, do civil das pessoas jurídicas, do de interdições e tutelas, do de protesto de títulos, dos tabeliães da Fazenda Pública, de Órfãos e Sucessões, dos das Varas Cíveis, etc., onde se encontravam e se encontram milhares de documentos valiosos para a História e a Genealogia. Nas minutas, escrituras, testamentos, inventários, contratos e outros documentos, o pesquisador obtém uma extraordinária fonte de natureza social, econômica, jurídica e biográfica.

Os mapas populacionais de municípios, elaborados nos séculos XVIII e XIX, oriundos de levantamentos feitos de casa em casa, também contêm informações valiosas, notadamente os que fornecem dados sobre cada um dos residentes. Da mesma forma, os livros com os registros dos sepultamentos, geralmente guardados nas prefeituras municipais, em alguns lugares, ficam nas igrejas, principalmente quando os cemitérios foram ou são administrados pelas paróquias ou ordens religiosas. E as inscrições contidas nos túmulos podem fornecer informações não encontradas em outros lugares.

Documentos mantidos em arquivos públicos (federais, estaduais e municipais) e privados, bibliotecas, institutos históricos e geográficos e organizações dedicadas à Genealogia também devem ser olhados com atenção. E além dessas fontes de consulta já mencionadas, quem quiser pesquisar suas origens deve procurar, quando for o caso:

– listas de eleitores;

– documentos com dados sobre os contribuintes do Erário (Tesouro Nacional, Estadual ou Municipal);

– registros escolares, principalmente os constantes dos arquivos das universidades;

– banhos ou proclamas de casamentos, justificações de solteiro, de batismo e de casamento e processos de desquite, geralmente arquivados nas Cúrias Diocesanas.

– processos de naturalização ou de comprovação de nacionalidade;

– listas de passageiros de embarcações (o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro guarda grande quantidade de documentos da espécie);

– processos de habilitação para títulos de nobreza;

– arquivos militares;

– registros de solicitações ou concessões de passaportes;

– relações de emigrantes e imigrantes;

– registros dos hospitais e hotéis (em alguns países, existiam hotéis para os imigrantes, sendo de se citar, no Brasil, o da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro);

– atos publicados na imprensa oficial, cuja leitura nos fornece dados importantes sobre alguns parentes, principalmente os que exerceram cargos públicos;

– registros policiais;

– processos de inquisição;

– registros de grupos familiares (na Itália, eles existem oficialmente desde 1869, fornecendo os cartórios aos interessados por tais dados o Certificato dello Stato di Famiglia);

– cadastros clericais, com informações sobre os membros do clero (há, ainda, os processos De Genere et De Moribus, já referidos, com dados sobre os antepassados dos sacerdotes católicos).

Quanto a sobrenomes de família, as Ordenações Filipinas, publicadas no Reinado de Felipe II [5], estabeleciam severas penas para quem tomasse apelido de solar conhecido, preceito, no entanto, que nunca passou das páginas do Código, pois cada um usava o apelido de que mais gostava, sem sofrer, por causa disso, qualquer incômodo. Diante disso, era comum encontrarmos um homem do povo com o mesmo sobrenome de um membro da fidalguia. Não raramente, pessoas pertencentes à nobreza davam os seus apelidos de família aos filhos de criados e de escravos que apadrinhavam.

Assim, há necessidade, nas buscas, de um cuidado muito grande com os antropônimos. Muitos deles eram alterados de acordo com a vontade do dono, e isso pode criar dificuldades aos pesquisadores. Conta Lutero Vargas, em seu livro *Getúlio Vargas – A Revolução Inacabada*, que, por ter Francisco de Paula Bueno, bisavô paterno de Getúlio, abandonado a esposa Ana Joaquina de Vargas para viver com uma professora, seus filhos resolveram não mais usar o sobrenome paterno, motivo por que o Brasil não teve um Presidente chamado Getúlio Bueno.

Com a facilidade para a mudança dos antropônimos, muitos cristãos-novos – judeus que se converteram ao Cristianismo – trocaram seus sobrenomes para se protegerem da Inquisição.

A partícula "de", anteposta a alguns dos nossos apelidos, também não significa, como na França, origem nobre das pessoas que os usam. O "de" francês exprime o domínio de uma família sobre uma parcela mais ou menos extensa de terra, enquanto o "de" português, quando anteposto a um apelido de origem toponímica, pode estar traduzindo apenas a proveniência ou o domicílio da pessoa que primeiro usou o apelido.

---

[5] *Felipe II (ou Felipe III da Espanha), o Pio, foi o 34º Rei da Espanha e o 19º Rei de Portugal.Nasceu em 14/04/1578 e faleceu em 11/03/1621.*

Vale registrar, também, um costume que existia em várias regiões do Brasil, principalmente em Minas Gerais: as mulheres ficavam com os sobrenomes das mães, não usando os dos pais, ou utilizavam, após o prenome, as formas: da Conceição, de Jesus, da Assunção, dos Anjos ou outras assemelhadas.

Foram mencionadas neste trabalho muitas fontes de dados necessários à elaboração de uma árvore genealógica. Faltou, contudo, o registro da importância das informações orais provenientes dos parentes ou, até mesmo, de pessoas estranhas ao círculo familiar. Nesse caso, cabe ao pesquisador verificar a correção dos dados recebidos, em face dos erros, muitas vezes de boa fé, que podem ocorrer na sua transmissão de um indivíduo para outro.

Os depoimentos sobre a Genealogia a seguir apresentados complementam o que foi transmitido neste artigo:

> *Reconstruir o passado familiar do indivíduo é tarefa que necessita conhecimento de fontes diversas que possibilitam pesquisar temas variados do comportamento familiar. Para realizar o estudo social do indivíduo faz-se necessário o conhecimento da Genealogia Clássica e a utilização de seus dados informativos. À medida que as genealogias passaram a utilizar métodos científicos que procuram justificar as listas de gerações utilizando as atas de batismos, contratos de casamentos e outros documentos, tornaram-se importantes fontes históricas. Por esse motivo, pode-se classificá-los, não mais como uma Ciência Auxiliar da História, mas sim uma parte da História Social, que é a Genealogia Social. Através da Genealogia Social o campo de dados amplia-se, possibilitando acompanhar através de métodos sistemáticos a organização familiar de indivíduos de diferentes classes sociais.* (Vera Lúcia Bottrel Tostes, em artigo publicado na *Carta Mensal* do Colégio Brasileiro de Genealogia nº 7)

*Pensar que o homem nasceu sem uma história dentro de si próprio é uma doença. É absolutamente anormal, porque o homem não nasceu da noite para o dia. Nasceu num contexto histórico específico, com qualidades históricas específicas e, portanto, só é completo quando tem relações com essas coisas. Se um indivíduo cresce sem ligação com o passado, é como se tivesse nascido sem olhos nem ouvidos e tentasse perceber o mundo exterior com exatidão. É o mesmo que mutilá-lo.* (Carl Jung, citado por Renato Otávio Carrazedo, em *Carrazedo – Uma Família do Rio de Janeiro*)

*Suprimindo a vaidade, o que procuro na Genealogia, como biologista, são minhas razões de ser animais, reflexas, instintivas, genéticas, inevitáveis. Gosto de saber – na minha hora de bom ou mau, na de digno ou indigno, nobre ou ignóbil, bravo ou covarde, veraz ou mentiroso, audaz ou fugitivo, circunspecto ou leviano, puro ou imundo, arrogante ou humilde, saudável ou doente – quem sou eu. Quem é que está na minha mão, na minha cara, no meu coração, no meu gesto, na minha palavra; quem é que me envulta e grita: "estou aqui de novo, meu filho, meu neto! Você não me conheceu logo porque eu estive escondido cem, duzentos, trezentos anos". (*Pedro Nava, em *Baú de Ossos)*

*Portanto, é de toda uma província que herdamos, de todo um mundo. O ângulo, na ponta do qual nos encontramos, se alarga através de nós ao infinito. Encarada sob este aspecto, a Genealogia, essa ciência tão frequentemente posta a serviço da vaidade humana, conduz primeiro à humildade, e ao sentimento do pouco que somos nessas multidões, depois à vertigem. (*Marguerite Yourcemar, em *Arquivos do Norte)*

*Quem não gosta de saber de onde veio ? Quem não quer conhecer os seus e o que eles fizeram? De resto, pareceu-nos um dever, uma obrigação contraída com aqueles que já partiram e nos legaram um nome, fazê-los perpetuar no seio de nossa família, torná-los conhecidos para, a seu exemplo, os respeitar e prosseguir na sua esteira luminosa. (*Barão de Mearim, José Teodoro Correia de Azevedo Coutinho, em *Genealogia do Barão de Mearim)*

*Feliz aquele que se recorda com prazer dos seus antepassados; que conversa com estranhos sobre eles, suas ações e sua grandeza e que sente uma satisfação secreta por se ver como o último elo de uma bela corrente.* (Johann Wolfgang von Goethe, conforme citação de Henri Bordeaux em *Le pays natal*)

*Pedro Wilson Carrano Albuquerque é advogado, foi Procurador da Fazenda Nacional da Categoria Especial, com diversos cargos junto ao Tesouro Nacional e instituições financeiras nacionais, tendo representado o Brasil em várias negociações no exterior. É Comendador na Ordem do Mérito Aeronáutico e autor dos livros* Encontro com Ancestrais *e* Palavras Cruzadas e Descruzadas.

# A certeza do dever cumprido

*Sérgio Pinto Monteiro*

Manhã de 30 de março de 1964. Há exatamente cinquenta e um anos, um jovem universitário, Tenente R/2 do Exército brasileiro, apresentava-se como voluntário para a defesa do Palácio Guanabara, sede do governo estadual.

Em tempos da Guerra Fria, o presidente **João** Belchior Marques **Goulart**, insuflado por setores expressivos da esquerda brasileira, deixava-se seduzir pela ideia de implantar, no Brasil, uma república sindicalista totalitária e, em seguida, evoluir para o modelo cubano-soviético. Hoje, a farta documentação existente, não somente confirma como, praticamente, esgota o assunto. Além do que, vários líderes do próprio movimento já admitiram, explicitamente, tal objetivo.

O recém-criado Estado da Guanabara, governado por Carlos Frederico Werneck de **Lacerda**, opositor ferrenho do governo do Presidente Jango, era uma constante preocupação para a esquerda revolucionária. Orador inflamado, grande administrador, Lacerda era um dos mais importantes líderes da resistência democrática brasileira contra o avanço do totalitarismo que ameaçava levar o nosso país para o bloco soviético.

O plano de defesa do Palácio Guanabara começou a se delinear ainda no segundo semestre de 1963. O cenário político de então já mostrava, claramente, a disposição do governo federal em retaliar o Estado da Guanabara por sua oposição radical ao sistema dominante. O governador Lacerda, ao lado de importantes lideranças civis e militares, defendia, ostensivamente, a queda do presidente João Goulart. Odiado pela esquerda brasileira, principalmente pelos comunistas, Lacerda – que na sua juventude renegara o marxismo-leninismo – sabia dos riscos a que o seu governo estava exposto numa situação de confronto com o presidente Jango, especialmente, se houvesse o envolvimento das Forças Armadas. Valendo-se da antiga amizade desenvolvida com um grupo de oficiais da Força Aérea Brasileira quando

do episódio do atentado que, em 1954, vitimou o Major Aviador Rubens Florentino **Vaz**, no qual ele próprio foi também atingido, o governador Lacerda nomeou, para Secretário de Segurança do Estado, o Coronel Aviador *Gustavo* Eugênio de Oliveira **Borges**. Incumbiu-o de elaborar um plano de segurança e defesa para a sede do governo estadual, no Palácio Guanabara.

No documento, de 1963, foram priorizados investimentos em três setores dos organismos policiais do Estado: comunicações (em especial, via rádio), transportes (inclusive, viaturas do tipo "choque") e armamento (especialmente, metralhadoras).

Com o agravamento da situação nacional, onde greves intermináveis, orquestradas pelo movimento sindical, infernizavam a vida da população, o presidente Jango, apoiado pelos políticos esquerdistas, pregava, ostensivamente, as chamadas "reformas de base" que nada mais significavam do que o rompimento com as estruturas jurídico-institucionais do país.

As forças armadas, por sua vez, eram atingidas em cheio por ações que visavam a enfraquecê-las nos seus pilares fundamentais: hierarquia e disciplina. Praças incentivados a se rebelarem contra as ordens dos oficiais. Na Marinha, onde a situação era mais grave, um grupo de marinheiros, apoiados por fuzileiros navais comandados pelo Almirante Cândido da Costa **Aragão**, foram protagonistas de um triste episódio de desordem e quebra de hierarquia, somente controlado por forças do Exército. Na ocasião, o governador Lacerda fez violentos pronunciamentos em defesa da honra da Marinha e contra as atitudes daqueles militares. Temia-se uma ação violenta do Alte Aragão contra a sede do governo do Estado.

Na tarde do dia 30 de março, o dispositivo de defesa da sede do governo estadual estava acionado. Em cinco linhas de defesa, a partir do hotel Glória, a polícia militar (com vários batalhões) e as polícias civil e de vigilância, reforçadas por centenas de voluntários armados (comandados pelos Coronéis **Burnier** – FAB – e **Martinelli** – Exército), se preparavam para enfrentar um ataque dos fuzileiros navais do Alte Aragão, cujas tropas avançadas, acompanhadas discretamente por patrulhinhas da Polícia Militar, começavam, nos primeiros minutos da

madrugada de 31 de março, o deslocamento da Ilha do Governador, em direção ao Palácio Guanabara.

Ao mesmo tempo, chegavam as primeiras notícias de que o comandante da 4ª Região Militar, General Olímpio **Mourão** Filho e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, se declaravam rebelados, não mais obedecendo ao poder central. Era o desencadeamento da Operação **Popeye**, planejada de há muito pelo Gen Mourão. Em consequência, estava formado o "Destacamento Tiradentes", com tropas do Exército e da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que marchavam para o Rio de Janeiro, sob o comando do General Antonio Carlos da Silva *Murici*.

A partir daí, todos conhecemos o desfecho e as consequências do Movimento Civil-Militar de 1964. Os fuzileiros navais do Alte Aragão retornaram aos quartéis e, para felicidade dos cariocas – e dos brasileiros – não houve o confronto que mancharia a nossa história militar.

Como partícipe daquele dispositivo militar montado para rechaçar um eventual – mas esperado – ataque à sede do governo estadual, descrevi, sumariamente, uma pequena parte do que a minha memória reteve, tanto tempo já decorrido. O objetivo maior deste texto é a preservação da história de um importante episódio daqueles dias, onde se misturaram emoções, patriotismo, desprendimento, coragem, solidariedade, lealdade e companheirismo. E cada vez maior, a minha inabalável convicção de cumprimento do dever.

Há 51 anos, a nação esteve muito próxima de ser lançada numa aventura socialista, decadente e totalitária. O Movimento Revolucionário de 1964, deflagrado com o apoio da esmagadora maioria da população brasileira – é inegável, basta consultar o noticiário da época – proporcionou ao país um período de comprovado desenvolvimento econômico e nos conduziu à normalidade democrática dos dias atuais, onde não deveria haver mais espaço para sectários, revanchistas ou revolucionários de plantão. Tentar reescrever a História daqueles dias ao arrepio da verdade, além de impatriótico, é missão impossível. O passado é inexorável e sua história é definitiva. Ao reverso do amanhã,

que depende fundamentalmente das nossas ações. A nação espera que seus líderes e governantes, de todos os matizes, inspirados nas lições do passado, mantenham os olhos voltados para um futuro de progresso, democracia e paz.

*Sérgio Pinto Monteiro é professor e oficial da reserva não remunerada do Exército Brasileiro. É presidente do Conselho Nacional de Oficiais da Reserva e vice-presidente do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Veteranos da FEB. É Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia Brasileira de Defesa.*

O artigo é pessoal e não reflete, necessariamente, as posições das instituições mencionadas.

# O descobrimento de Portugal

***Paulo Cesar de Castro***

Após o embarque na praia do Restelo, Lisboa, a frota de treze navios zarpou, a 9 de março de 1500, sob as ordens do Capitão-Mor Pedro Álvares Cabral. "Pela manhã de 22 – de abril –, quarta-feira, oitavário da Páscoa, a horas de véspera, houvemos vista de terra, a saber: primeiramente dum monte mui alto e redondo, e doutras terras mais baixas, ao sul dele, e de terra chã com muitos arvoredos, ao qual monte alto o capitão pôs o nome de monte Pascoal...[1]".

Transcorridos mais de quinhentos anos do descobrimento do Brasil, memorável façanha portuguesa, no aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, decolou a aeronave da TAP Portugal às 22h35min de 8 de agosto de 2014. No dia seguinte, passada a hora do Angelus, a aeronave aterrissou às 12h15min, em Portela, aeroporto de Lisboa.

Iniciava-se meu particular e emocionante feito histórico, o descobrimento de Portugal. A exemplo de Cabral, que fundeara em um porto seguro, na Cabrália de hoje, hospedei-me com minha esposa, em confortável hotel na Avenida da Liberdade, seguro porto do qual me pus a desbravar *o jardim da Europa à beira-mar plantado*.

Foi deveras encantador estar naquela terra recém-descoberta.

## Lisboa, cidade velha, cheia de encanto e beleza[2]

A rica história portuguesa está imortalizada em belos monumentos, tais como os que homenageiam: o Marquês de Pombal, os combatentes da Grande Guerra (1914–1918), a Restauração de Portugal (1640) e D. Pedro IV (nosso D. Pedro I), este último no Rocio. A estátua equestre de D. José I, o Reformador, rei de 1750 a 1777, e o famoso Arco da

[1] *CALMON, Pedro.* História do Brasil, Século VI, As Origens, *Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1959. vol. I, pag. 55 e 56.*

[2] *RODRIGUES, Amália.* Lisboa Antiga. *Disponível em: www://letras.mus.br/amalia-rodrigues/564691/. Acesso em 10 de dezembro de 2014.*

Rua Augusta atraem os turistas na Praça do Comércio, o velho Terreiro do Paço, à margem direita do Tejo.

A metrópole atraiu este descobridor, também, pelas obras de arte em que repousam os que forjaram a grandeza de Portugal. Assim, foi emocionante admirar os túmulos de Luís Vaz de Camões, Vasco da Gama, e Fernando Pessoa, no Mosteiro dos Jerónimos. Emoções que se repetiram no Panteão Nacional no qual visitei os túmulos de Guerra Junqueiro e Amália Rodrigues. Ainda no Panteão, são reverenciados, através de cenotáfios, Camões, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Infante Dom Henrique, Afonso de Albuquerque e Nuno Álvares Pereira. Eis uma nação que cultua seus heróis.

Lisboa faz-se cheia de encanto e beleza, também, ao brindar o turista com cordialidade e simpatia, acentuadas virtudes de seus filhos natais, os alfacinhas da gema. Acrescente-se a irresistível gastronomia lusitana na qual sobressaem os tão famosos e saborosos pastéis de Belém. E o bacalhau? Ah, os pratos de bacalhau são imperdíveis, regados a vinho de uvas regionais, origem e denominação controladas. Bom apetite, leitor amigo!

Quem se dispuser a descobrir a cidade encontrará sítios reconhecidos como patrimônio mundial pela UNESCO, modernas atrações turístico-culturais e atraentes museus de rico acervo.

Minha descoberta do patrimônio mundial lisboeta começou pelo Mosteiro dos Jerónimos, majestosamente erguido em Belém, próximo ao estuário do Tejo e no lugar de antiga ermida da Ordem de Cristo. Sua construção em pedra lioz teve início em 1502, por iniciativa de D. Manuel, O Venturoso. O admirado estilo manuelino atingiu sua máxima expressão nessa soberba obra-prima. Encantei-me com a fachada, os portais, a igreja, o coro alto e os claustros decorados com a esfera armilar e a cruz da Ordem de Cristo[3].

A Torre de Belém completou o passeio pelo patrimônio mundial de Lisboa. Sua construção, igualmente em estilo manuelino, teve início

[3] *PLANET, Lonely:* Portugal / *SKOLNICK, Adam [et al]. São Paulo: 2011. Globo Livros. pag. 74 E: http://wikipidia.org/wiki/Mosteiro_dos_Jeronimos. Acesso em 12 de dezembro de 2012.*

em 1514 e conclusão em 1520. A decoração exterior do conjunto empresta-lhe particular beleza, não faltando as esferas armilares e a cruz da Ordem de Cristo. Destacam-se a torre e o baluarte, no qual dezesseis canhoneiras, associadas às da bateria de baixo, integravam as fortificações de defesa do Tejo.

A aventura do descobrimento conduziu-me também à metrópole de modernos centros comerciais. Conduziu-me, ainda, a mergulhar no Oceanário de Lisboa, um dos maiores aquários públicos da Europa, com mais de oito mil organismos de, aproximadamente, quinhentas espécies diferentes dos quatro oceanos. Inaugurado em 1998, o Oceanário leva o visitante a conviver, por exemplo, com tubarões, arraias, cardumes, pinguins e, até mesmo, com o *gadus morthua,* nome científico do bacalhau-do-atlântico. Desde a visita, não tenho mais dúvida: bacalhau tem cabeça!

No átrio da Sé, singela placa assinala que: "Aos VI de fevereiro de MDCVIII, nasceu nesta Freguesia da Sé, o grande orador sagrado, Padre Antônio Viera, da Companhia de Jesus. Faleceu na Cidade da Bahia, aos XVIII de julho de MDCXCVII". Aquela placa é mais um exemplo da presença brasileira na história portuguesa, fenômeno que observei, também, na ala ocidental dos Jerónimos, o Museu de Marinha, "um mundo de descobertas, que reúne em grandiosa coleção testemunhos da atividade dos portugueses no mar"[4]. À entrada, o Infante Dom Henrique e lendários navegadores – Cabral entre eles – recebem o visitante. Próximo à saída, o hidroavião *Santa Cruz* com o qual Sacadura Cabral e Gago Coutinho concluíram, em 1922, o voo Lisboa – Rio de Janeiro, primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

Este descobridor, tendo admirado o Museu Nacional dos Coches, galgou as ladeiras da Alfama rumo ao Castelo de São Jorge. Fui recebido pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, O Conquistador, que retomou Lisboa aos mouros em 1147. O Castelo fora construído pelos muçulmanos no Século XI, integrado à zona nobre da antiga cidade medieval, a Alcáçova.

---

[4] *MARINHA.* Museu de Marinha. Guia do visitante. *LISBOA: 2014, Colecções Philae.*

A visita permite reviver diferentes momentos da história do sítio, como a fundação e a conquista já citadas; sua utilização como residência real (séculos XIII, XIV e XVI); de residência real a quartel (século XVII e XVIII); os abalos sofridos no devastador terremoto de 1755 (século XVIII); de seu emprego como praça militar (século XIX); e o atual e relevante papel, de monumento nacional (séculos XX e XXI). Dentre as torres da construção, merece citação especial a famosíssima Torre do Tombo, na qual se tombavam os documentos mais importantes do reino e cujo nome designa, até nossos dias, o principal arquivo de Portugal.

Cativou-me Lisboa, cidade velha, de fato cheia de encanto e beleza. Quantas descobertas e quanto por desvendar!

## A primeira expedição: o coração de Portugal

Em 10 de maio de 1501, tão logo recebida a notícia do descobrimento da Ilha de Vera Cruz, D. Manuel enviou uma expedição, ao que parece, a comando de Gaspar de Lemos[5], para reconhecer seus novos domínios. Aos primeiros expedicionários deve-se a denominação de inúmeros acidentes geográficos da costa brasileira, desde o Cabo de Santo Agostinho até São Vicente. Deve-se-lhes, também, a constatação de que Cabral descobrira mais que uma ilha, mas vasta extensão territorial batizada Terra de Santa Cruz.

À semelhança, descoberto Portugal, em 2014, cumpria reconhecer a terra, o que impeliu o descobridor a expedições exploradoras a partir de Lisboa. Para a primeira, nada melhor que um piloto experiente e conhecedor das rotas lusitanas, o adido do Exército em Portugal[6]. Sob sua direção, este descobridor e esposa partiram rumo a Tomar, Fátima, Batalha e Óbidos.

### a. Tomar: o tesouro dos templários

Epicentro da geografia sagrada dos templários, Tomar é um dos lugares de memória mais importantes na história de Portugal.

---

[5] *Torre do Haver ou Torre de Ulisses. Idem, xiv.*

[6] *CALMON, Pedro.* História do Brasil, Século VI, As Origens*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1959. vol. I, pag. 86 e seguintes.*

Explorá-la significa reviver a magia dos cavaleiros da Ordem do Templo de Jerusalém, criada em 1118. Em 1160, o então Grão-Mestre Gualdim Pais fundou o Convento de Cristo, em Tomar. O castelo templário constituía, à época, a mais moderna, maior e avançada fortificação militar do reino.

Extinta em 1312, a Ordem sobreviveu em Portugal, graças ao rei Dom Dinis, O Lavrador, quem, em 1319, fundou a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo como sucessora dos templários e para a qual se transferiram todos os cavaleiros e bens da primitiva Ordem. A nova Ordem teve sua primeira sede na igreja de Santa Maria do Castelo, em Castro Marim. Em 1357, transferiu-se para o Convento de Cristo, antiga sede da Ordem do Templo. Os dignitários da Casa Real passaram a desempenhar o cargo de Grão-Mestre a partir de 1417, tendo sido o lendário Infante Dom Henrique, o primeiro dentre eles.

Explorei capelas, claustros, casas capitulares e a belíssima Charola, recém-restaurada. Admirei a arquitetura do Convento, na qual os estilos gótico, manuelino e renascentista testemunham intervenções e acréscimos sofridos pelo monumento templário ao longo de séculos.

Patrimônio mundial, à entrada, o monumento exibe a Cruz da Ordem de Cristo. Ostentavam-na as caravelas do Descobridor e, ainda hoje, exibe-se-a na primeira das bandeiras históricas da Terra de Santa Cruz. Uma emoção reservada exclusivamente a brasileiros que se dispõem a explorar o Convento de Cristo, na Colina do Castelo, em Tomar.

## b. 13 de maio, na cova da Iria, no Céu, aparece a Virgem Maria

A expedição exploradora ao coração de Portugal foi recebida, na Cova da Iria, pelos três pastorinhos. Em Aljustrel, Fátima, visitou-se o lar de Lúcia e o dos irmãos Francisco e Jacinta Marto.

Em Valinhos, no Caminho dos Pastorinhos, a fé transformou expedicionários em peregrinos, especialmente, no local da quarta aparição de Nossa Senhora, a 19 de agosto de 1917. Lá, gravadas em pedra, as palavras ditas pela Virgem Maria aos pequenos jovens tocam fundo: “Quero que continueis a rezar o terço todos os dias. Rezai,

rezai muito e fazei sacrifícios pelos pecadores! Vão muitas almas para o inferno por não haver quem se sacrifique e peça por elas". Estou convicto de sua atualidade.

Posteriormente, já no Santuário de Fátima, a expedição juntou-se a centenas de peregrinos na Capelinha das Aparições, em cujo alpendre, pequena coluna assinala o local da azinheira sobre a qual a Senhora apareceu. Peregrinou-se, por último, à Basílica de N. Srª do Rosário onde repousam a Irmã Lúcia e os beatos Francisco e Jacinta. Que N. Srª. de Fátima abençoe-nos, e os pastorinhos intercedam pelo Brasil e pela civilização cristã-ocidental!

## c. Batalha

A vitória na batalha de Aljubarrota permitiu a Portugal afirmar-se como reino independente, em 14 de agosto de 1345. Os castelhanos, numericamente superiores, foram derrotados, no Campo Militar de São Jorge, pelas forças sob o comando de Nuno Álvares Pereira e do rei D. João I, O de Boa Memória. D. João evocou a proteção da Virgem Maria e prometeu-lhe construir soberbo templo em troca da vitória. Cumpriu a promessa e, assim, surgiu o Mosteiro da Batalha, joia da arquitetura gótica lusitana e patrimônio da humanidade[7], no qual este explorador foi recebido pelo próprio Condestável Nuno Álvares, em imponente monumento equestre.

O mosteiro, dedicado a Santa Maria da Vitória, combina harmoniosamente os estilos gótico, gótico flamejante (ou tardio) e manuelino. Nele estão sepultados D. João I e sua esposa Felipa de Lencastre, cujo casamento (1387) selou sólida aliança entre Portugal e Inglaterra que perdura até hoje. Seus quatro filhos também estão sepultados no Mosteiro, entre os quais o tão famoso Infante Dom Henrique, o Navegador (1394 – 1460). Lembrei-me que, no Rio de Janeiro, seu nome está perpetuado em uma das mais belas avenidas da cidade, no Aterro do Flamengo.

---

[7] *TAPAJÓS, Vicente.* Manual de História do Brasil. *Rio de Janeiro: "Organizações Simões" Editora. 1957. Pag. 57 e 58.*

À entrada da Sala do Capítulo, lê-se "Túmulo do Soldado Desconhecido. Silêncio, por favor,". Sob a guarda do Exército Português, repousam um soldado tombado na Primeira Guerra Mundial e outro, na Guerra de Moçambique. Prestei merecida continência àqueles irmãos de armas. Os turistas presentes assistiram à última troca da guarda daquele dia e, espontaneamente, aplaudiram a tropa que se retirou com garbo, cadência firme e o sentimento da nobre missão cumprida.

## d. Óbidos

A seguir, a nau exploradora rumou para o sudoeste e aportou em Óbidos, próxima à muralha legada pelos mouros ao patrimônio arquitetônico português.

A vila foi retomada aos sarracenos em 1148 e recebeu sua carta foral em 1195, sob o reinado de D. Sancho I, O Povoador. Totalmente cercada pela muralha medieval, Óbidos atrai por suas casas brancas, ruas de pedra e detalhes em azulejos amarelos e azuis.

Os exploradores percorreram a Rua Direita onde foram apresentados à famosa "Ginja de Óbidos". "Acredita-se que a origem deste licor remonta ao Século XVII, de receita conventual... o licor passou a ser confeccionado a nível familiar por obidenses, orgulhosos de presentear... com a melhor das ginjas... um ex-libris da vila[8]". Visitaram a Igreja de São Tiago e, da muralha, avistaram, no Atlântico, parte da ocidental praia lusitana.

De volta a Lisboa, aquela expedição de 1501 levou grande carregamento de ibirapitanga, o valioso pau-brasil. De volta a Lisboa, minha primeira expedição levou imagens e emoções do Coração de Portugal.

## A segunda expedição: ao Distrito de Lisboa

Às margens do Tejo, remontei a maio de 1503 e visualizei seis navios zarparem a comando de Gonçalo Coelho. Um famoso florentino,

[8] *ALJUBARROTA, Fundação Batalha de.* Batalha de Aljubarrota. *Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota. Folheto, 2014.*

Américo Vespúcio, fez-se ao mar como imediato. Na região de Fernando de Noronha, naufragou a capitânea e a esquadra se dividiu. O comandante decidiu que ele e o imediato tomariam cursos diferentes. Foi então que os brasileiros passaram a dever a Vespúcio o batismo de alguns acidentes litorâneos, entre eles a Baía de Todos os Santos. O comandante e seu imediato regressaram a Lisboa em datas distintas. Vespúcio, em junho de 1504, carregado de pau-brasil.

Às margens do Tejo, também zarpou minha segunda expedição para explorar atrações do distrito de Lisboa, a começar pelas terras do Concelho de Sintra.

## e. O Palácio de Queluz: emoção especial para brasileiros

Queluz é uma cidade do Concelho de Sintra. É, também, uma das quatro freguesias dessa cidade. A Quinta de Queluz passou à posse real em 1654, sob D. João IV, O Restaurador. A construção do palácio teve início em 1747, a pedido de D. Pedro, irmão do Rei D. José, O Reformador. Os jardins e o próprio palácio ilustram a evolução do gosto da Corte nos séculos XVIII e XIX, período marcado pelo barroco, o rococó e o neoclassicismo.

Os exploradores percorreram suas salas, capela, quartos, corredor de azulejos e jardins tendo sempre presente que ali residiram até 1807: D.ª Maria I, A Piedosa; seu filho, o príncipe regente D. João; e sua esposa, D.ª Carlota Joaquina. Essa família da dinastia de Bragança transferiu a Corte para o Rio de Janeiro, onde aportou em 1808. Tornaram-se os únicos soberanos europeus a visitar suas terras no Novo Mundo.

No quarto D. Quixote, nasceu, em 12 de outubro de 1798, e faleceu, em 24 de setembro de 1834, um predestinado filho de D. João, O Clemente. Ao nascer, era o príncipe D. Pedro e, ao morrer, Dom Pedro IV, O Rei Soldado. Em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, bradou "Independência ou Morte" e elevou o Brasil ao concerto das nações independentes. Demorei-me, emocionado, fitando a cama na qual morreu nosso D. Pedro I, herói de duas pátrias.

Os exploradores desfrutaram dos jardins de Queluz e partiram rumo a Sintra, na certeza de encontrar outras atrações da Pátria-Mãe.

## f. Sintra: patrimônio da humanidade

"A paisagem cultural de Sintra, – o centro histórico, inclusive – com sua serra, é um extraordinário e singular complexo de parques, jardins, quintas, mosteiros e castelos que criam uma arquitetura popular e culta harmonizada com a abundante e exótica vegetação, criando micro-paisagens de beleza exótica e luxuriante[9]". Um painel de azulejos portugueses, com o brasão da Vila de Sintra, atrai os olhares do visitante à entrada do preservado centro histórico.

O primeiro sítio explorado foi o Palácio Nacional de Sintra, cuja origem remonta ao século XV. De origem moura, apresenta harmoniosa combinação da arquitetura medieval, gótica, manuelina, renascentista e romântica. Percorreram-se diferentes salas e quartos: dos Cisnes, das Pegas e de D. Sebastião, O Desejado, por exemplo. Detive-me na sala dos brasões, cuja cúpula ostenta as armas de D. Manuel I, de seus filhos e de setenta e duas das mais importantes famílias da nobreza. As armas da família Castro foram objeto de especial atenção e de múltiplas fotos. Afinal de contas, eis-nos lá, os Castro do século XXI, minha mulher e eu próprio. Antes de partir, parada obrigatória na vastíssima cozinha com suas duas famosas chaminés gêmeas.

E, por falar em guloseimas, rápido à Casa Periquita, onde saboreamos os tão aguardados travesseiros, especialidades dulcíssimas de massa muito leve, enrolada, dobrada sete vezes, recheada de creme de gema e amêndoas e levemente polvilhada de açúcar. Fantásticas! Dá vontade de voltar!

A subida da montanha permitiu aos exploradores admirar o Castelo dos Mouros, "fortificação militar erigida cerca do século X pelos muçulmanos que ocuparam a Península Ibérica. É possível que tenha servido de atalaia de controle da costa atlântica e dos territórios ao Norte, desempenhando a função de posto avançado da cidade de Lisboa". Permitiu, também, percorrer o Parque da Pena, produto de um projeto paisagístico de transformação da serra em vasta área arborizada integradora de diversos jardins históricos.

---

[9] *SINTRA, Parques de.* Palácio Nacional de Queluz. *Folheto recebido pelo autor em agosto de 2014. Ver também: http://pt.wikipedia.org/wiki/. Acesso em: 26 de janeiro de 2015.*

O Palácio da Pena sobressai no interior do Parque e, juntos, constituem o expoente máximo, em Portugal, do romantismo do século XIX[10]. No sítio do atual palácio, havia, à época medieval, uma capela dedicada a N. Srª. da Pena à qual sucedeu um mosteiro de frades Jerônimos. De 1842 a 1854, o mosteiro foi recuperado e construído o Palácio Novo, quando reinava D.ª Maria II, A Educadora. As obras foram conduzidas pelo rei-consorte, D. Fernando II de Saxe Coburgo-Gotha. Em seu interior, admiram-se inúmeras salas e rico acervo de móveis e porcelanas. Destaco: o claustro manuelino, o terraço da rainha e o estúdio com telas pintadas pelo Rei D. Carlos I, O Martirizado.

## g. Cabo da Roca: a terra se acaba e o mar começa

As andanças por Sintra levaram os exploradores a ler *Os Lusíadas*, Canto III, XX: "Eis aqui, quase cume da cabeça... De Europa toda, o Reino lusitano... Onde a terra se acaba e o mar começa... E onde Febo repousa no Oceano[11]". Eles haviam alcançado o Cabo da Roca, ponto extremo oeste da Europa continental, onde versos do belo poema estão gravados em um monumento encimado pela cruz, símbolo da fé portuguesa.

## h. Cascais e Estoril

Sob fortíssimas rajadas de vento, avistamos o farol do Cabo da Roca, mandado edificar pelo Marquês de Pombal e em funcionamento desde 1772. Era chegada a hora de partir para explorar o Concelho de Cascais.

A Vila de Cascais, sede do Concelho, constitui um misto de belezas naturais, sítios históricos e arquitetura contemporânea. Percorremos parte de sua orla, e descobrimos atraente marina na qual estavam fundeados não menos atraentes iates. Da orla, foi dado observar as íngremes e elevadas falésias e, nelas, a Boca do Inferno, impressionante

---

[10] *SINTRA, Parques de.* Castelo dos Mouros. *Folheto recebido pelo autor em agosto de 2014.*

[11] *TAPAJÓS, Vicente.* Manual de História do Brasil. *Rio de Janeiro: "Organizações Simões" Editora. 1957. Pag. 60 e 61.*

cratera rochosa criada pelo impacto vigoroso, constante e assustador das vagas sobre as pedras daquela parede natural à beira-mar.

Estoril foi uma freguesia do Conselho e, hoje, é parte de outra freguesia denominada União das Freguesias de Cascais e Estoril. Lá foi-nos possível, apenas, admirar brevemente seu famoso Cassino, de onde regressamos à base, em Lisboa.

À diferença da expedição de 1503, todos os integrantes da segunda expedição exploradora de 2015 regressaram juntos a Lisboa. Sem pau-brasil, mas com muitas fotos e lembranças de momentos inesquecíveis.

## A terceira expedição: ao Ribatejo e ao Centro

D. João III, O Piedoso, após as expedições guarda-costas, decidiu confiar a Martim Afonso de Souza uma esquadra para perseguir franceses contrabandistas de pau-brasil, explorar o litoral até o Rio da Prata e criar núcleos de povoamento. Aquele fidalgo de alta linhagem suspendeu de Lisboa em 1530 e cumpriu, com inegável êxito, sua missão[12].

Em 2014, suspendeu de Lisboa confortável veículo rumo a Santarém e Coimbra. Transportava os descobridores de Portugal em aventura àquelas cidades.

### i. Santarém: honra ao descobridor do Brasil

Na antiga província do Ribatejo, Santarém foi importante cidade da Lusitânia, no tempo dos romanos. Muito prezada pelos mouros, é hoje capital do Distrito de Santarém. Sua riquíssima história está resumida no pórtico de entrada: "Santarém, uma história de liberdade".

Após admirar os painéis azulejados que decoram o mercado municipal, os viajantes dirigiram-se à Igreja de Santa Maria da Graça, monumento nacional. Lê-se que:

---

[12] *PLANET, Lonely:* Portugal / *SKOLNICK, Adam [et al] São Paulo: Globo Livros. 2011. pag. 299 e seguintes. Ver também: http://pt.wikipedia.org/wiki/Coimbra. Acesso em 31 de janeiro de 2015.*

"A Igreja da Graça teve início em 1380, devido ao patrocínio de D. João Afonso Telo de Meneses e de Guiomar de Vilalobos, primeiros condes de Ourém. O claustro actual data dos finais do séc.XVI. A família Meneses assumiu-se como a principal protectora do cenóbio dos agostinhos, transformando a igreja num verdadeiro panteão de família. O Monumento é reconhecido como uma joia do gótico português e símbolo de Cabral (+ 1520), o descobridor do Brasil. A sua sepultura encontra-se na Capela de S. João Evangelista e confere-lhe renome internacional, face à grandeza da descoberta de 1500".

As bandeiras de Portugal e do Brasil, ao lado do altar, homenageiam aqueles que repousam à sua frente, em campa rasa: Pedro Álvares Cabral e D.ª Isabel de Castro. Junto à sepultura, os tripulantes do *Navio Escola Brasil* têm honrado, anualmente, a memória do herói das duas pátrias. Assim procedi e, em oração, roguei pelo casal e agradeci a Deus pelo feito de 22 de abril de 1500.

À frente da Igreja, os visitantes d'além-mar posaram junto ao monumento ao Descobridor do Brasil, imortalizado com a cruz e a espada. Completa o conjunto a Casa do Brasil, na qual está instalado o Consulado Honorário de nossa terra. O conjunto harmonioso eterniza o feito relatado por Pero Vaz de Caminha.

Após breve estada em Santarém, lancei-me a navegar à região Centro e, por lá, encontrar outro porto e descobrir sua capital.

## j. Coimbra do choupal ainda és capital do amor em Portugal

Ao cruzar o Mondego pela Ponte de Santa Clara, os viajantes foram brindados com a visão do choupal, às margens do rio. Os romanos e os mouros estiveram na localidade, esses últimos expulsos em 1064. De 1139 até 1255, Coimbra foi capital de Portugal[13].

A cidade é sede de famosíssimo patrimônio mundial da UNESCO, a Universidade de Coimbra. A data mais consensual de sua fundação é 1º de março de 1290. Os chamados "Estudos Gerais" funcionaram,

[13] *COIMBRA, Universidade.* Universidade de Coimbra. *Folhetos recebidos pelo autor em agosto de 2014.*

alternadamente, em Lisboa e Coimbra, até 1537, quando D. João III instalou-os definitivamente, em Coimbra.

Os descobridores foram simpaticamente acolhidos por alunos com suas tradicionais capas pretas e puderam envergar traje tão característico dos estudantes da Cidade do Conhecimento. Transpostas a Porta Férrea (sec. XVII) e a Via Latina, chegaram à Sala dos Capelos, à Sala de Exame Privado e admiraram a torre, cujos sinos regulam o funcionamento ritual da Universidade.

O monumento a D. João III destaca-se no amplo Paço das Escolas, de onde os descobridores acederam à Capela de São Miguel, às escadas de Minerva e à Biblioteca Joanina, suntuosa obra-prima do barroco europeu, edificada de 1717 a 1728, por iniciativa de D. João V, O Magnânimo.

Seguiu-se o descobrimento do Mosteiro de Santa Cruz, onde estão sepultados D. Afonso Henrique e D. Sancho I, primeiros reis de Portugal, ambos nascidos em Coimbra. E, no núcleo da cidade amuralhada, cruzou-se a Porta de Barbacã em uma segunda cintura de muralhas que protegia a cidade na época medieval.

Na margem oeste do Mondego, continuou a história do descobrimento. No Convento de Santa Clara-a-Nova e em Portugal dos Pequenitos. Em especial, no convento, o casal de descobridores viveu momento de contemplação e fé. Naquele templo, em urna de prata e cristal, está sepultada Santa Isabel, esposa de D. Dinis I, O Lavrador.

A expedição foi concluída junto à imagem que homenageia a Rainha Santa no páteo do Convento, de onde se tem bela vista de Coimbra. Lá e, assim, nos despedimos da Cidade dos Estudantes, aquela que ainda é capital.

## O descobrimento de Portugal

Mais de cinco séculos separam o descobrimento do Brasil e o descobrimento de Portugal, aventura deste autor em companhia de sua esposa, sob o inesquecível apoio do Adido do Exército e Aeronáutico e de seu auxiliar. Assim como para Cabral muito restou por descobrir na Terra de Santa Cruz, em Portugal muito faltou por ser descoberto.

É certo que "*As armas e os barões assinalados / Que da Ocidental praia Lusitana / Por mares nunca dantes navegados / Passaram muito além da Taprobana*". É certo também que: das orientais praias douradas brasileiras, após viajar por terras nunca dantes visitadas, pode-se afirmar que a história, o idioma, a fé cristã e o Atlântico unem Brasil e Portugal, nações irmãs.

*Paulo Cesar de Castro é General-de-Exército R1, ex-Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército, Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Membro Correspondente do INCAER.*

# Da antiga à nova Globalização

*Manuel Cambeses Júnior*

O fenômeno da globalização econômica evidentemente não é novo no mundo. De fato, poder-se-ia dizer que este remonta há cinco séculos. Desde que a Europa lançou-se à conquista das rotas de aprovisionamento da Ásia e da África, as quais levaram o grande navegador português Vasco da Gama a dobrar o Cabo da Boa Esperança e o genovês Cristóvão Colombo a descobrir acidentalmente a América, já existia uma vocação globalizadora.

Os espanhóis e portugueses, pioneiros deste processo, viram-se prontamente alcançados e ultrapassados pelos ingleses, franceses e holandeses. As Companhias das Índias transportavam as matérias-primas que vieram a dar sustento à maquinaria do capitalismo. Com o objetivo de dinamizar o intercâmbio de mercadorias e o comércio de capitais, criou-se, em 1694, a Bolsa de Londres, transformando essa cidade na capital das finanças mundiais. Com a chegada do século XIX, a circulação de capitais e mercadorias de um lado a outro do planeta alcançou um desenvolvimento exponencial.

Ao amparo da revolução da produção, dos transportes e das comunicações, passou-se a fabricar e comerciar tendo em mente atingir escala planetária.

Na Europa, a França e a Alemanha disputam a hegemonia com a Grã-Bretanha, enquanto que os Estados Unidos, o Japão e a Rússia fazem sua aparição como potências econômicas emergentes. A própria competição econômica foi uma das razões que acendeu o estopim da I Guerra Mundial em 1914. A partir desse momento, tudo se modificou. O cenário econômico mundial evidenciou uma acentuada fragmentação que prolongou-se até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, projetando os seus efeitos até o final da década de 1960.

A denominada revolução Ronald Reagan – Margaret Thatcher inicia um processo de desregulamentações, que irá complementar-se com o desaparecimento da Guerra Fria e a inusitada aceleração da tecnologia.

Desta maneira, o mundo volta a integrar-se em escala planetária, reencontrando uma velha vocação que entrou em crise a partir de 1914.

Não obstante, o mundo globalizado de hoje não é o mesmo que conheceu o renomado economista Adam Smith. Nos dias atuais, os países não praticam o escambo, trocando, por exemplo, lã por carne, mas imbricam-se em redes produtoras planetárias, dentro das quais, um mesmo produto final leva incorporado componentes elaborados nas mais diversas latitudes.

Atualmente, é difícil falar, por exemplo, da nacionalidade de um veículo, quando suas diversificadas peças são fabricadas em dezenas de países. Hoje, a informação transmite-se à velocidade da luz. Textos, imagens e sons são transmitidos de forma instantânea. Autopistas virtuais integram computadores miniaturizados em escala mundial. Verifica-se, ainda, que os fretes e transportes diminuíram, radicalmente, os seus custos. O resultado de tudo isso é uma economia mundial homogeneizada e unificada em seus mínimos detalhes.

Este fenômeno é próprio da evolução do sistema capitalista pós-industrial, devido às incríveis transformações tecnológicas e, também, às mudanças na tecnologia de transferência de dados e da informação. As comunicações têm ocorrido de forma instantânea. Surgem novos e atraentes temas na arena internacional**:** ambiente, comércio de serviços, propriedade intelectual etc.

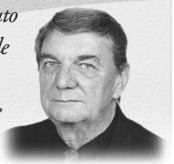
Este processo é tão complexo que conceitos como soberania, nação, Estado, empresas multinacionais, organizações não governamentais, ecologia, estão sofrendo crises de conceituação em seus alicerces, porque, na realidade, estamos assistindo a uma etapa completamente diferente do processo evolutivo da humanidade.

Na economia globalizada dos dias atuais, apresentam-se dois fenômenos bastante frequentes que os contemporâneos de Adam Smith jamais poderiam imaginar**:** a possibilidade de crises súbitas e devastadoras em algum país ou determinada região e a amplificação destas em escala planetária, por via de um inexorável "efeito dominó". Estes cataclismos de epicentro localizado soem irradiar suas ondas expansivas, com relativa frequência, aos quatro cantos do planeta, em virtude da interpenetração da economia, em nível mundial.

A globalização poderá tender a criar um sistema mais estável e simétrico no relacionamento entre os países. Isto dependerá, fundamentalmente, do papel que os diplomatas e políticos desempenharão num desafio histórico e intelectual de imaginação e construção, neste alvorecer de século.

Por esta razão, finalmente, saber aproveitar as oportunidades e os riscos da globalização em nosso país, deve ser nosso objetivo, e implica num grande sentido do realismo. Isto necessitará lucidez intelectual em captar os novos tempos para poder edificar, em torno deste processo globalizador, um mundo mais estável e com Justiça Social.

*Manuel Cambeses Júnior é Coronel-Aviador, membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Pesquisador Associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército e Conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.*



# Contestado: transição de uma era

*Márcio Tadeu Bettega Bergo*

## Introdução

Vivemos hoje o centenário de um episódio marcante, o sangrento conflito, entre 1912 e 1916, no Sul do Brasil, que passou à História como Guerra do Contestado.

Ao abordá-lo sob o prisma do planejador estratégico, focaremos, além das operações militares, as motivações que conduziram àquela ocorrência, objetivando: descrever sucintamente a campanha empreendida pelo Exército Brasileiro e pelas forças policiais dos Estados; destacar causas e consequências; avaliar conhecimentos adquiridos; e comparar aqueles tempos com os atuais, verificando semelhanças e possibilidades de novas ocorrências – e como evitá-las.

Este evento pode ser considerado como "transição de uma era", pois se, até então, surgiam insurreições movidas pela insatisfação e pela miséria, com aparições de lideranças messiânicas, nos conflitos posteriores, existiram influências de componentes ideológicos, uma diferença significativa. Além disso, das convulsões sociais subsequentes advieram outras consequências.

## Generalidades sobre a guerra

A História Militar é o segmento da História voltado aos assuntos militares. É ligada à política e estuda as guerras, as batalhas, a evolução da tática, da estratégia, dos armamentos e dos materiais.

As atividades militares fazem parte da evolução dos diversos povos. As intercorrências se fazem presentes nos aspectos humanos, sociais, econômicos, tecnológicos e outros. As crises e os conflitos integram a natureza humana e, não resolvidos, podem resultar em guerras, que são o uso da força, por pelo menos um dos oponentes, com a finalidade de impor ao adversário suas decisões. A guerra é um fenômeno social

e político. É um ato de violência, uma dialética de vontades. É um "jogo" e envolve toda a nação. A razão maior pela qual se estuda uma guerra deve ser, exatamente, a prevenção de novas ocorrências. Mas se ela acontecer, devemos estar aptos a enfrentá-la.

Classificam-se as guerras de diversas maneiras, sendo mais usual separá-las conforme o tipo: regular (convencional ou nuclear) e irregular (insurrecional, revolucionária, guerrilha ou resistência nacional). O Contestado pode ser considerado uma insurreição ou sublevação.

Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780/1831, militar prussiano, estrategista militar e teórico da guerra), em seu livro *Vom Kriege* (*Da Guerra*), aborda as relações entre a guerra e a política. A Política envolve os atos que levam à guerra que, por sua vez, determinam seu propósito, influenciam sua conduta e preparam sua terminação.

Ainda segundo Clausewitz, a guerra envolve uma tríade: o Governo (que estabelece os objetivos políticos), as Forças Armadas (que se constituem nos meios para se alcançarem os objetivos) e o Povo (que gera a vontade, é o motor da guerra). A síntese de seu pensamento se encontra na célebre frase: *guerra é a continuação da política por outros meios.*

Assim, ao estudarmos qualquer guerra, temos que aceitar que é impossível entendê-la sem falar em política, analisar as operações táticas sem verificar a logística, avaliar a logística sem saber da capacidade econômica dos contendores e calcular poder econômico sem conhecer o nível científico-tecnológico nacional. São, todos, sistemas interligados em alta sinergia. Portanto, vamos examinar a nossa conjuntura nos anos em que ocorreram os fatos ora focados.

## Brasil – década de 1910

Nosso País, naquela época, era uma sociedade agrária atrasada. Existiam ilhas de comércio e de minguada indústria ao longo da costa Atlântica. Suas únicas riquezas reais eram uns poucos produtos de exportação (os mesmos do período colonial, à exceção da borracha).

Em teoria, éramos um Estado democrático. Na prática, uma República Oligárquica. Uma aristocracia latifundiária dominava o sistema político, o Presidente era eleito com cerca de 3% dos votos dos

cidadãos, com um corpo eleitoral exclusivamente masculino. A representação política era privativa das camadas superiores da sociedade.

A população perfazia aproximadamente 23 milhões de habitantes, 80% vivendo no campo e com 75% de analfabetismo. A expectativa de vida média era de 34,1 anos e existiam aproximadamente 10% de imigrantes. Era visível um processo de "branqueamento" dos brasileiros por intermédio da chegada de agricultores europeus. As causas das mortes eram, em primeiro lugar, a tuberculose, seguida de gripe, diarréias/enterites/difteria e doenças do aparelho circulatório. O quadro se completava com sarampo/coqueluche/malária (impaludismo)/câncer.

As maiores cidades eram o Rio de Janeiro, então a Capital Federal, com cerca de 690 milhares de habitantes, São Paulo, com 240.000, Salvador, com 205.000, Belém, com 166.000 e Recife, com 113.000.

O PIB nacional atingia aproximadamente R$ 13,8 bilhões, com renda *per capita* de cerca de US$ 300. O País consumia anualmente 1.200 ton de carvão mineral, todo importado. Também importava querosene (usado principalmente para iluminação) e gasolina. A geração de energia elétrica somava 160 MW/ano.

Quanto à produção agrícola, se constituía em café, açúcar, cacau, algodão, fumo e couros/peles. A pecuária compreendia rebanhos bovinos, suínos, caprinos e ovinos e aves. Além da destinação alimentar, também se criavam bovinos e muares/equinos para uso como meios de tração e transporte. O extrativismo ocorria com vegetais (erva-mate, borracha e madeira) e minerais (carvão e sal).

O Brasil possuía uma limitada capacidade industrial, com cerca de 3.200 estabelecimentos e 150 mil operários, gerando uma produção avaliada em 740.000 contos de réis (1912). As atividades compreendiam usinas de açúcar, serrarias/carpintarias, cerveja/bebidas, cerâmicas, fundição de metais, tecelagem de algodão, laticínios, calçados e curtumes. Como curiosidade, lista-se a existência das seguintes fábricas:

| | | | |
|---|---|---|---|
| tamancos: 18 | espartilhos: 11 | luvas: 9 | barricas: 4 |
| pentes de chifre: 3 | formicida: 2 | lamparinas: 3 | |

O comércio exterior era modesto. As exportações atingiam US$ 307 milhões, onde o café respondia por 51,3%, seguido de borracha, 28,2%,

couros e peles, 4,3%, erva-mate, 2,9%, cacau, 2,8%, fumo, 2,4%, algodão, 2,1%, açúcar, 1,2% e outros itens, 7,6%. As importações totalizavam US$ 201 milhões, basicamente produtos industrializados, ferramentas, máquinas e combustíveis. Na década, o Brasil importou 2,154 milhões de toneladas de trigo em grão. Nossos principais parceiros comerciais eram EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Holanda e Bélgica.

A estrutura viária nacional era bastante limitada. As ferrovias, em 1912, atingiam 23.500 km, transportando 1,2 milhões de passageiros/1000 km e 25,7 milhões de toneladas de cargas/1000 km. Estradas de rodagem eram praticamente inexistentes, perfazendo menos de 3.000 km de caminhos carroçáveis. Os percursos eram feitos basicamente por veículos de tração animal, existindo pouquíssimos motorizados. A navegação se constituía nos modos cabotagem e fluvial, sendo contabilizados 213 navios e 202 mil TPB em 1912.

Existiam no Brasil cerca de 15.000 telefones (76% deles, em SP/RJ/RS). As comunicações de longa distância se davam por meio dos telégrafos, com 34.000 km de linhas e 3,7 milhões de telegramas/ano.

No período considerado da Campanha do Contestado, foram Presidentes da República: entre 1910 e 1914, Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e, entre 1914 e 1918, Venceslau Brás Pereira Gomes. Os Ministros da Guerra (Exército) foram:

1911/1912: Gen Antônio Adolfo F. Menna Barreto
1912/1914: Gen Vespasiano G. de Albuquerque Silva
1914/1918: Gen José Caetano de Faria

## O Exército Brasileiro nos anos 1910

O Exército, na época, enfrentava sérios problemas, fruto de injunções políticas. Pequeno, seu efetivo era de cerca de 19.000 homens. Entre os oficiais, ainda ecoava o grande dilema ideológico entre "bacharéis" e "tarimbeiros" – o pensamento daqueles, formados nas escolas com teorias científicas, se contrapondo ao destes, moldados nas lidas das campanhas e das rotinas castrenses, que, por dormirem menos em casa e mais nos quartéis, em camas chamadas "tarimbas",

ganharam tal apelido. Muitos haviam recebido influência de veteranos tanto da Guerra do Paraguai como de diversas revoltas na virada dos Séculos XIX/XX. A Escola Militar havia sido fechada em 1905, funcionando, em substituição, a Escola de Guerra de Porto Alegre entre 1906 e 1911.

O efetivo era basicamente permanente, inexistindo reservas – estas se constituíam nas polícias estaduais, geralmente comandadas por oficiais do Exército. Paraná e Santa Catarina contavam, cada um, com tropas policiais que atingiam o valor total de cerca de um regimento (menos de 1.000 homens). A Guarda Nacional, embora de importância diminuída após a Guerra da Tríplice Aliança, ainda cumpria algumas atribuições sob influências políticas e se discutia sua subordinação, tencionando-se mudá-la do Ministério da Justiça e Interior para o da Guerra, onde seria a 2ª Linha do Exército. Foi extinta em 1918.

Em 1908, o Marechal Hermes, então Ministro da Guerra, efetuou uma reorganização no Exército, logo alterada, em 1915, após sua saída da Presidência da República. O alistamento era compulsório, quando necessário, acometendo as camadas mais baixas da sociedade. Na época, se iniciavam os *Tiros Nacionais* (depois *Tiros-de-Guerra*) e, posteriormente, seria introduzido o Serviço Militar Obrigatório, com a incorporação à tropa ocorrendo mediante sorteio.

Naquele período, oficiais foram enviados para cursos na Alemanha, onde travaram contato com militares da Turquia, que haviam empreendido, sob orientação germânica, várias modernizações em seu País. Ao regressarem com novas ideias e imbuídos de admiração pelos feitos dos otomanos, foram apelidados de "jovens turcos". Eles teriam, algum tempo depois, influência marcante na condução do nosso Exército. O material de emprego militar era quase totalmente importado, tendo ocorrido uma considerável aquisição, naquela década, principalmente, da Alemanha. Em meio à década, verificou-se, na Europa, a eclosão da "Grande Guerra", posteriormente conhecida como 1ª Guerra Mundial (1914–1918).

O emprego do Exército na Campanha do Contestado se deu sob a égide da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, que assim definia:

*"Art 14 – As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior.*

*A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais."*

Basicamente o Exército era formado por cinco Brigadas Estratégicas, três Brigadas de Cavalaria e uma Brigada Mista, além de corpos independentes e isolados. Tal organização foi alterada em 1915, para cinco Divisões de Infantaria, uma Brigada de Artilharia, um Regimento de Cavalaria, um Corpo de Trem e um Batalhão de Engenharia, Arma recém- criada. Os Serviços eram Estado-Maior/Ordens, Material Bélico, Engenharia/Transmissões (futuramente, Comunicações), Fundos, Saúde/Veterinária, Subsistência, Fardamento, Alojamento/Aquartelamento, Transportes/Remonta e Polícia/Justiça.

A troca de organização, acontecida em plena campanha, não alterou o rumo dos acontecimentos. Os recursos eram limitados, porém não tão insignificantes em termos de percentual da riqueza nacional da época. O orçamento do Exército (Ministério da Guerra) foi, em 1912, de 79.569 contos de réis e, em 1916, de 66.304 contos. Se compararmos com a produção industrial, que era de 740 mil contos, tal valor era algo em torno de 10%. Em termos de uma empreitada militar em áreas remotas, a capacidade logística era bem modesta. A Mobilização, próxima de zero.

## A área das operações

O Sul do Brasil se modificou após 1853, com o estabelecimento da Província do Paraná, desmembrada de São Paulo. Um antigo litígio, existente desde o Império, subsistiu, na República, entre o novo Estado e o de Santa Catarina.

A região, chamada de *Contestado* perfazia uma área de 48.000 km$^2$, assim delimitada (aproximadamente): Norte – Rios Iguaçu e Negro; Sul – Rios Pelotas e Canoas; Leste – Linha de cabeceiras dos rios Marombas e Preto, mais ou menos às encostas da Serra do Mar; e Oeste – Rios Periguaçu, Santo Antônio e dos Peixes. Era uma terra desconhecida e

inexplorada, abandonada pelos dois Estados, sem estradas, escolas nem hospitais. As propriedades se constituíam em latifúndios produtores de madeira e mate. Havia enorme insatisfação popular, mesmo em população tão escassa, cerca de 58.000 habitantes.

## Cronologia dos fatos

Na virada do Século XIX para o XX, cresceu de importância a exploração da erva-mate. Aconteceram conflitos entre o Paraná e Santa Catarina, devido à arrecadação de impostos.

Em 1906, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company se estabeleceu em Três Barras. Era uma subsidiária da Brazil Railway Company, de propriedade do milionário norte-americano Percival Farquar (o mesmo da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré, no Território do Guaporé, atual Rondônia), concessionária da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande. Ela recebeu direitos sobre 15 km de cada lado da linha, numa titulação feita pelo Paraná (as terras devolutas ficavam a cargo dos Estados, pela Constituição de 1891). Em adição, cerca de 8 mil trabalhadores, dispensados após o término das obras de construção da via férrea, se juntam àquela população desgostosa e revoltada. Não havia trabalho para todos nem condições adequadas de apoio.

Em 1911, surge, na região, a figura de Miguel Lucena de Boaventura, o "monge" José Maria. Tratava-se de um gaúcho, ex-participante da Revolução Federalista e andarilho, misto de curandeiro e mago. As crendices da população, à época, eram grandes e tal tipo de liderança influenciava fortemente as ações das pessoas. Com o tempo, apareceram outros "monges", aos quais se juntaram discípulos, "virgens" e seguidores que, além de gente comum, incluíam jagunços, marginais, desocupados e insatisfeitos. Pistoleiros de aluguel (inclusive, estrangeiros) controlavam povoados, fazendas e serrarias. "Coronéis" locais completavam o quadro, fornecendo e retirando apoio conforme seus interesses.

Em setembro de 1912, formou-se, em Taquaruçu, um "Quadro Santo", instrumento da "Monarquia Celeste", idealização dos ditos "monges". As autoridades, temendo tumultos, pediram a presença policial. Uma primeira incursão, por forças de Santa Catarina, levou aquele grupo a uma retirada para o Paraná (localidade de Irani, Palmas).

Alguns insurretos foram presos e tiveram suas cabeças raspadas. Os demais também rasparam as suas e logo foram conhecidos como "pelados". Em oposição, todos os demais que não se juntassem ou concordassem com eles, eram chamados de "peludos".

Agora no Paraná, a agitação cresceu. Em outubro, o Cel João Gualberto de Sá Filho (Capitão do Exército e Coronel comissionado Comandante da Polícia no Paraná) liderou um ataque, onde ocorreu sua morte e também a de José Maria. As escaramuças se sucederam, com idas e vindas. Em novembro, desencadearam-se ações, sob comando do Ten Cel Álvaro Pereira Franco, depois substituído pelo Cel Antônio Sebastião Pyrrho. Ocorreu insucesso, com recuo das tropas e estacionamento em Palmas e União da Vitória.

Em 1913, se verificou aparente calmaria. Mas logo surgiu um "Menino Deus", de nome Joaquim, 11 anos, neto de Euzébio, um discípulo de José Maria. E um novo "Quadro Santo" se ergueu em Taquaruçu. Foi instituída a bandeira da "Monarquia Celestial", uma cruz verde sobre fundo branco. Outros "Quadros" se seguiram em variados locais na região. Naqueles povoados, existiam peões, lavradores, aventureiros, jagunços e facínoras, em geral, todos insatisfeitos e de ânimos acirrados.

Em dezembro daquele mesmo ano, houve um pedido de intervenção federal pelo governo de Santa Catarina. No dia 29, se travou o combate de Taquaruçu, com 200 homens divididos em três colunas, sob comando dos Cap Esperidião de Almeida e Adalberto de Menezes. Novo insucesso e retraimento da tropa.

Chega 1914. A 8 de fevereiro, há outra investida sobre Taquaruçu, agora pelo Ten Cel Dinarte Aleluia Pires, com 750 homens. Ocorre a fuga dos rebeldes para Caragoatá. O comandante da tropa tenta a dissolução pacífica do levante, convocando para rendição e cessação das pelejas. Sem resultados práticos. Em março, é designado um novo comandante, Ten Cel Freire Gameiro. Sob pressão dos rebeldes, a tropa retrai. Os insurretos se mudam para Pedra Branca e Tamanduá/Santo Antônio.

Em abril, chegam reforços de tropas, provenientes do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. O efetivo empenhado atinge 1.500

combatentes, sob comando do Gen Frederico de Mesquita. Nesta ocasião, dá-se a dispensa das forças policiais, ficando as operações a cargo exclusivamente do Exército. Em maio, novos ataques acontecem, agora em três colunas marchando sobre Caragoatá/Tamanduá e Santo Antônio. Outro insucesso e os rebeldes se expandem.

Em 14 de setembro de 1914, o Gen Fernando Setembrino de Carvalho assume o controle total, como Comandante da Região Militar e das operações. Reorganiza a tropa, verifica aspectos de apoio e planeja a manobra em duas fases: cercar os insurretos e, posteriormente, apertar o cerco. Também determinava que se procurassem evitar as emboscadas. Era a *Grande Expedição*, cerca de 7.000 homens, quase 40% do efetivo total do Exército.

Nesta época, se deu o início do uso de aviões em atividades militares, as primeiras da América do Sul. Aeronaves não adequadas, adaptadas precariamente, eram previstas para serem empregadas em reconhecimentos e bombardeios incipientes.

Quanto aos rebeldes, se calculava seu efetivo em cerca de 20.000 homens, distribuídos nas localidades de Tamanduá, Santa Maria, Colônia Vieira e Salseiro.

Em outubro, o cerco estava completado e, em dezembro, se deu início aos ataques pelo Norte, com o Cap Tertuliano de Albuquerque Potiguara. No ano de 1915, em janeiro/fevereiro, foi-se apertando o cerco, basicamente delimitado (sentido Norte-Sul-Leste-Oeste) pelas localidades de Santo Antônio, Gramado, Timbozinho, Pinheiros, Tomazinho, Colônia Vieira, Marcelo, Josefino e Aleixo. Quanto aos aviões, não ocorreram resultados práticos, a atividade foi considerada de alto risco e cancelada. Aí se verificou, em 1º de março, a morte do piloto Cap Ricardo João Kirk, hoje reverenciado como Patrono da Aviação Militar do Exército. Em março, se iniciaram os ataques pelo Sul, sob comando do Cel Estillac Leal.

Em janeiro de 1916, dá-se o término dos combates com a prisão de Adeodato, o último chefe rebelde. As tropas permanecem em pontos-chaves e em estações da ferrovia. É um ano de tensões políticas entre os dois Estados, com o Exército se interpondo em meio às respectivas forças policiais para evitar confrontos.

A 20 de outubro, acontece, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, a assinatura do tratado entre o Governo Federal e os Governos do Paraná e de Santa Catarina, delimitando as fronteiras estaduais.

## Ensinamentos

François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694/1778, escritor, ensaísta, deísta e filósofo iluminista francês), disse que *A História nunca se repete. O homem, sempre.*

No site http://www.history.army.mil/books/Vietnam/90-23/90-23f.htm, no prefácio de um estudo sobre a Guerra do Vietnã, escrito pelo Major General Verne L. Bowers em setembro de 1972, pode-se ler um texto, assim adaptado para o português por este autor:

*Embora ciente de que a história nunca se repete exatamente e que nenhuma força armada jamais teve êxito ao enfrentar novos desafios sem se modernizar, o Exército se beneficia muito mais com o estudo das suas falhas do que com o das suas vitórias.*

Ressalte-se que tal afirmativa foi escrita por aquele chefe militar ainda com a guerra no Sudeste Asiático em andamento. Assim, o presente trabalho, ao estudar o Contestado, busca analisar os fatos e deles retirar ensinamentos.

Naquele triste episódio, as estimativas de perdas em vidas são variáveis. Dependendo das fontes, as baixas civis oscilam de 10 a 20 mil e as militares (incluindo policiais), de 800 a 1.000. No entanto, mais impactante do que a quantidade de mortes foi a forma sob a qual elas se deram. Apenas como exemplo, cita-se trecho das anotações de Antonio Alves Cerqueira, médico das tropas, em *A Jornada de Taquaruçu*, de 1919:

*O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era pavoroso. (...) pernas, braços, cabeças (...). Fazia pavor e pena ver o espetáculo... pavor motivado pelos destroços humanos; pena das mulheres e das crianças que jaziam inertes.*

Erros táticos, manobras inadequadas, material impróprio e, principalmente, muita inabilidade e inação política prévia. Um acumulado

de fatores nefastos! Quanto aos prejuízos materiais, não existem cálculos precisos, mas foram consideráveis.

Aí, evocamos os ditos sobre a História. Os fatos se repetem: em 1912, no incidente da morte do comandante da tropa, os rebelados se apossaram da única metralhadora existente e considerável munição; em 2012, cem anos depois, os jornais estão plenos de notícias sobre bandidos atacando e subtraindo armas de policiais em vários pontos do País.

Soren Kierkegaard (1813/1855, filósofo e teólogo dinamarquês) afirmou que *a vida só pode ser entendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para a frente.*

Forças Armadas e Policiais devem existir, são garantia de paz e segurança, instrumentos de dissuasão e prevenção. No entanto, se usadas reativamente, não representam a melhor solução – a sabedoria reza que o melhor remédio é se antecipar, ser proativo, evitar que o mal aconteça. A ferramenta para isso é o Planejamento Estratégico, metodologia onde o estudo dos fatos passados auxilia no diagnóstico do presente e fornece subsídios para embasar ações no futuro.

Nos aspectos militares, o Exército Brasileiro se modernizou. O preparo da tropa em operações GLO (Garantia da Lei e da Ordem) é nítido. Adquiriram-se equipamentos e materiais adequados a ações desse tipo. Igualmente se aperfeiçoaram os marcos legais (Constituição Federal e Leis Complementares), incluindo ações com Poder de Polícia na Faixa de Fronteira ou, por acionamento do Presidente da República, sob circunstâncias específicas, em qualquer ponto do território nacional.

Nos últimos anos, se acumulam inúmeras experiências, como atuação durante greves de polícias estaduais, segurança em grandes eventos (Conferências Rio-92/Rio+20, visitas de Chefes de Estado etc), Missões de Paz (Moçambique, Angola, Timor Leste e Haiti) e atuação na pacificação de comunidades carentes no RJ. E tudo ocorrendo com recursos financeiros minguantes e escassos.

E quanto às polícias, o que se pode afirmar em termos de atualização e modernização? Em geral, elas atuam de forma não padronizada, em cada Estado da Federação, com diferentes situações de preparo, dotação

de material e motivação. Existem interferências políticas, sendo comum a ocorrência de greves e demonstrações de insatisfação. Há experiências bem sucedidas, como os BOPE (Batalhões de Operações Especiais), as UPP (Unidades de Polícia Pacificadora), Unidades de Choque e algumas forças consideradas de elite. Estas, infelizmente, constituem a exceção, não, a regra, e, mesmo nelas, se verificam excessos. Pairam inúmeras "sombras" sobre nossas forças policiais, como as ocorrências de Carandiru (SP), Eldorado dos Carajás (PA) e outros acontecimentos críticos. Ainda sobrevivem "milícias" e "esquadrões da morte ou de extermínio", ambos com suspeitas de envolvimento de policiais. Sem mencionar inúmeras empresas privadas de segurança, organizadas e/ou dirigidas por policiais. Não se discute aqui aptidão ou competência gerencial mas, sim, se apresenta a hipótese de o atual panorama de segurança pública fomentar tal mercado.

No tocante aos aspectos econômicos, o Brasil certamente contabiliza enormes avanços, conforme os indicadores PIB, PIB *per capita* e IDH, além de possuir muito maior inserção mundial. Entretanto, nossa distribuição de renda se encontra entre as piores do mundo, e são inúmeros os problemas existentes, como: baixo nível educacional, alto índice de corrupção, infraestrutura muito aquém da necessária, degradação ambiental, insatisfações/disputas fundiárias, vazios de poder/ausência do estado, falta de planejamento, medidas populistas, incremento de proselitismos religiosos e de ânsias consumistas. Sobre nossa distribuição de renda, o indicador (coeficiente Gini), além de desfavorável, tem alteração muito lenta, seguimos "patinando" por décadas. São grandes as taxas de criminalidade e de violência, com extensas áreas sob domínio do Crime Organizado. Interesses estrangeiros (governos, empresas, ONG) se fazem presentes e, por fim, nosso sistema político não prima pela representatividade, e há grave descomprometimento pela maioria dos políticos eleitos. O Sistema Judicial está sobrecarregado, com Justiça lenta e considerável sensação de impunidade.

No campo econômico, nossa pauta de exportações segue, em imensa maioria, composta por produtos de baixo valor agregado. Se, em 1912, o café representava 51% em valor, em 2012, as "commodities" perfazem os mesmos 51%.

Assim, um "Raio X" do Brasil, em pleno século XXI, mostra grandes indagações em aspectos, tais como, aplicação de recursos e investimentos em educação, infraestrutura e saúde, além de falta de coordenação entre as esferas de governo. Temos cultura de planejamento estratégico? O Brasil está preparado? Fazemos (nós, os estudiosos) a nossa parte?

Por tais razões, estamos estudando o que chamo de "transição de uma era". No período da consolidação da República, as revoltas e insurreições (Federalista, Canudos, Vacina, Armada, Contestado e outras) ocorridas tiveram como principal motivação o descontentamento, a ignorância, a miséria e o aparecimento de lideranças messiânicas. Mas, como consequências práticas, quase nenhuma melhoria: nada ou muito pouco mudou. Já nos movimentos seguintes (o ciclo do Tenentismo, 1922, 1924, 1930, 1932, 1946 e 1964), apareciam, além daquelas causas anteriores, componentes ideológicos. E, nestes, aconteceram mudanças: após os movimentos, houve trocas de governo/sistema e implantação de reformas.

Estamos em 2014, prelúdio de uma nova era. Há coisas erradas no Brasil? Sim, certamente. São necessárias mudanças? Sim. Mas, como podemos mudar? Somente pela atuação Política, pois o uso da força, em princípio, deve ser descartado. Porém, e se ela (a força) insistir em se fazer presente, de origem interna ou mesmo externa, estamos preparados para lhe fazer face? A opção é única: devemos estar preparados!

## Conclusão

A História é feita por seres humanos, portanto ela se repete. Em outras épocas, no mesmo ou em outro local, sob outras circunstâncias e com outros atores. E, no Brasil do Século XXI, se podem verificar eventos recorrentes, situações bastante semelhantes àquelas existentes no Contestado dos anos 1910.

Dentre inúmeras, apenas para citar um exemplo, selecionamos a região de Parauapebas no Pará. Lá, nestes anos da década de 2010, há falta de infraestrutura, existem pessoas vivendo em condições extremas de carências, ocorrem conflitos de toda ordem, pistoleiros campeiam por áreas griladas, nota-se a ausência do Estado, o povo não

acredita nas autoridades e desconfia das instituições, são grandes a informalidade econômica e a corrupção. Além disso, é notável a presença de interesses estrangeiros.

É teoricamente possível a ocorrência, naquele local, de fatos desagradáveis similares aos de um século atrás. Há enorme distância temporal e geográfica, porém os ingredientes na "cozinha" são os mesmos e, com eles, se pode fazer um "bolo" idêntico: basta misturá-los, colocar na fôrma e acender o forno. Poderão variar alguns "temperos" ou "enfeites", mas o "sabor" será o mesmo, marcantemente de sangue!

Não é incoerente, então, se imaginar um novo "Contestado" no Pará. Se surgir por lá um moderno "José Maria", hoje com meios muito eficientes de comunicação? Ou, talvez, quem sabe, um "Mr Joseph" ou um "Father Joe"? Quiçá um "Frère François"? E se, por hipótese, alguém, uma nação estrangeira ou grupo de interesses decretasse algo parecido à "Monarquia Celestial" na Amazônia? Terra afortunada, dotada de inúmeras jazidas e, também, demarcada com imensas terras indígenas, exatamente localizadas sobre tais riquezas.

Em 18 de maio de 2008, a página da BBC em português comenta reportagem do jornal americano *The New York Times*, sob o título *"De quem é a Amazônia, afinal?"* (www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080518_nytimes_amazonia_dg.shtml.

No texto, o periódico diz que *um coro de líderes internacionais está declarando mais abertamente a Amazônia como parte de um patrimônio muito maior do que apenas das nações que dividem o seu território*. Cita o ex-vice-presidente americano Al Gore, que, em 1989, afirmou que *ao contrário do que os brasileiros acreditam, a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós*. Também o ex-presidente francês Nicolas Sarkozy, em dezembro de 2008, teria asseverado: *A Amazônia é nossa.*

Outra hipótese: e se uma esquadra poderosa impusesse um "Quadro Santo", no Atlântico Sul, à nossa "Amazônia Azul"? Trata-se de Zona de Exploração Econômica Exclusiva, com incalculável potencial em turismo, recursos vivos, minerais e reservas de energia, um imenso potencial de geração de empregos. Teríamos como impedir?

Mauro Santayana, em seu blog (http://brasileducom.blogspot.com.br/), em 24 de setembro de 2012, comentando discussões acerca da venda de terras a estrangeiros, assim se expressou:

*Enquanto houver nações, a terra, o sangue e a honra continuarão unidos para dar corpo ao que chamávamos pátria, e de que nos esquecemos hoje. (...) Estamos em momento histórico delicado, em que os recursos naturais passam a ser disputados com desespero por todos. As terras férteis e molhadas, de que somos os maiores senhores do mundo, são a garantia da sobrevivência no futuro que está chegando, célere. Nosso território não nos foi doado. Nós o conquistamos, e sobre ele mantivemos a soberania, com muito sangue e sacrifícios imensos.*

*Não podemos cedê-los aos estrangeiros, a menos que estejamos dispostos a viver contidos em nossa própria pátria, desviando-nos das colônias estrangeiras, cada uma delas marcada por bandeira diferente. Do contrário, e em tempo relativamente curto, teremos que expulsá-los, seja de que forma for, e enfrentar, provavelmente, a retaliação bélica de seus países de origem.*

Os dias atuais igualmente se apresentam como transição de outra era. Nós a estamos formalizando agora, cabe-nos tarefa importantíssima, da qual dependerá, em muito, o futuro de nossos descendentes.

Deixamos, como encerramento, a mensagem da milenar sabedoria romana "Si vis pacem, para bellum." *Se queres a paz, estrutura a guerra.*

## Referências Bibliográficas:


1. AHEX (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO). www.ahex.ensino.eb.br

2. BERGO, Marcio T. Bettega. *O Pensamento Estratégico e o Desenvolvimento Nacional: uma proposta de projeto para o Brasil*. 2. ed. São Paulo: MP Editora, 2008.

3. _____. *Explicando a Guerra. Polemologia: o estudo dos conflitos, das crises e das guerras*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2013.

4. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro* – Vol 2. Brasília: 1972.

5. IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). www.ibge.gov.br

6. KOCH, Zig. *Araucária*: *A Floresta do Brasil Meridional*. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2010.

7. MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

8. *Nosso século* – Volume 2 (1910/1930). São Paulo: Abril Cultural, 1981.

9. www.history.army.mil/books/Vietnam/90-23/90-23f.htm

10. www.pralmeida.org/05DocsPRA/2232BrEconMundo1910a2010.pdf

11. www.stravaganzastravaganza.blogspot.com.br/2011/08/como-era--o-brasil-entre-1900-e-1910.html

*Márcio Tadeu Bettega Bergo é General-de-Brigada da Reserva e Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx). É também Sócio Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB). É Segundo Vice-Presidente da ADESG/AN.*

# Um abençoado açude!

***Siudomar Machado de Carvalho*** *(in memoriam)*[1]

Na década de 1950, ao serem classificados no Primeiro Esquadrão do Segundo Grupo de Aviação (1º/2º GAV), em Belém (PA), os oficiais-aviadores iniciavam a fase de treinamento técnico e prático nos aviões Consolidated PBY-5 Catalina (hidroavião) e PBY-5A (anfíbio). O treinamento teórico consistia no estudo dos diversos sistemas do avião: motores, hidráulica, hélices, sistema elétrico, comunicações, chapas e metais, etc.; no prático: os regimes de voo, atitudes, pouso, decolagem, voo por instrumentos e a hidroaviação que exigia uma maior atenção. Após essa fase, começava a instrução tática da Aviação de Patrulha com navegação sobre o mar, navegação astronômica, planos táticos de cobertura aérea de comboios e tática antissubmarino.

Para a coroação do curso e outorga do diploma de Piloto de Patrulha, o curso de tática antissubmarino aeronaval, ministrado pelo Centro de Tática Antissubmarino Aeronaval (CTASAN), no Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro (RJ), encerrava-se com passeios em *destroyers* e submarinos, com seu indefectível mergulho e "batismo" ao Deus Netuno! O curso do CTASAN encerrava-se com uma manobra final, para a qual o 1º/2º GAV deslocava-se de Belém para a Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (RJ).

Em fins de 1953, o 1º/2º GAV preparava-se para a manobra final do CTASAN e aprontava cinco aviões para essa operação, sendo quatro efetivos e um reserva, que transportariam uma equipe de manutenção e suprimentos. Esse avião reserva era o Catalina PA-10 6520 que, modificado para Transporte VIP – no Núcleo do Parque de Aeronáutica de Belém (NuPARAER/BE) – por ordem do então Comandante da Primeira Zona Aérea (1ª ZAe), Brigadeiro do Ar Ary de Albuquerque Lima, estava em fase de finalização dos trabalhos e voos de experiência. Nessa modificação, a aeronave incorporou reformas internas, com colocação de assoalho e instalação de poltronas para

[1]*Inicialmente publicado no site da Associação Brasileira de Catalineiros (www.catalineiros.com.br)*

maior conforto dos passageiros, a fim de realizar as missões de transporte do Comando da 1ª ZAe e de autoridades. Nessa ocasião, uma troca do motor direito e a abertura de drenos no casco da aeronave estavam sendo ultimados.

Foram designados para tripular o PA-10 6520 eu (1º Ten Av Siudomar Machado de Carvalho), 1º Ten Av Fred Dalia Hofmann e 1º Ten Av Hélio Brito Cavalcanti. Na véspera do deslocamento, no NuPARA-ER/BE, realizamos o procedimento da compensação de bússola e o voo de teste para recebimento do avião.

Enfim, o deslocamento! Reabastecidos com 1.000 galões de combustível (500 em cada tanque), escalonados em tempo e altitude (com o 6520, por último), os cinco aviões foram se deslocando com destino ao seu primeiro pouso, em Recife (PE). Subimos para 9.000 pés, voando acima de densa camada de nuvens. Levávamos, a bordo, uma Equipe de Manutenção completa, além da tripulação mista de integrantes do Quartel-General e do 1º/2º GAV, totalizando 20 homens.

Após 5 horas e 10 minutos de voo, os motores começaram a "ratear" e pararam por completo! Surpresa geral! Acionamos os comandos luminosos da cabine dos pilotos, alertando o Mecânico de Voo (na Torre do Mecânico) para a ligação das bombas auxiliares! Houve ligeira e momentânea reativação dos motores, consumindo o combustível existente nas tubulações e, novamente, silêncio total! Pelo interfone, questionamos o Mecânico de Voo sobre os procedimentos de emergência executados, e ele apenas reportou o que havíamos feito sem obter resultado satisfatório. Mantínhamos a reta e descíamos em voo planado, mantendo velocidade mínima de controle da aeronave. Pela navegação estimada, teríamos, à nossa frente, o rio Acaraú que, nas cartas e mapas, aparecia com uma boa largura. Esperávamos poder pousar em suas águas...

Sentia, em minha nuca, o olhar de angústia dos passageiros ansiosos! Passada a camada de nuvens, lá estava, à nossa frente, o rio Acaraú, mas, decepção! Estava seco! Procurávamos onde poder pousar! A distância para o litoral, à esquerda, e o vento soprando do mar para terra não nos favorecia... O Tenente Hofmann falou em mandar equipar e fazer saltar de paraquedas os passageiros. Argumentei que não teríamos

tempo nem como equipar homens não afeitos ao voo e desconhecedores do procedimento correto para o salto. Teríamos gente saltando sem o paraquedas ou com ele na mão, sem saber o que fazer! Decidimos, então, descer todos com o avião!

Eis que, repentinamente, vimos um lampejo à nossa direita, surgido por entre pequenas elevações... Parecia ser um reflexo de água! E era! Giramos imediatamente à direita e, à medida que nos aproximávamos, e já cruzando os 3.000 pés de altitude, vimos tratar-se de um açude! E, cheio d'água! Logo após, uma pequena localidade.

A 2.000 pés, fizemos uma tomada para o eixo maior do açude. Então, já certos da possibilidade de pouso, enviamos mensagem radiotelegráfica ao Controle de Área de Fortaleza: "Ambos os motores parados, tentaremos pouso no açude de Acaraú Mirim" (nome que julgamos ser o da localidade junto ao açude). Nesse momento, baixamos os flutuadores para a amerissagem; e, com ambos os motores parados, só a energia das baterias da aeronave acionava os motores elétricos dos flutuadores acarretando, portanto, o corte nas transmissões de rádio. O Controle Fortaleza recebeu a mensagem entrecortada e deduziu que tivéssemos nos acidentado!

Após a amerissagem no açude, uma euforia e alegria esfuziantes! O açude teria uns 1.000 m no seu comprimento e uns 600 m de largura, assentado entre pequenas elevações, distante uns 10 km da localidade que acreditamos ser Acaraú Mirim. No açude, em meio à euforia dos "sobreviventes", vimos um barqueiro aproximar-se. Ele nos perguntou se éramos as autoridades esperadas para a inauguração do açude! Soubemos, então, que o "nosso" açude ainda não existia oficialmente!

Feita a inspeção do combustível remanescente nos tanques das asas e a medição de quantidade com a régua graduada, uma surpreendente, porém, agradável constatação! Estávamos pousados num açude, em pane seca, mas com o tanque da asa direita cheio, com 500 galões. Foi retirada a carenagem da parte externa da coluna da Torre do Mecânico de Voo e verificado que a válvula de corte do tanque direito para os motores estava fechada, impedindo o fluxo de combustível e o consumo daquele tanque. O imprevisível era que a Equipe de Manutenção que realizara os serviços da troca do motor estava a bordo vivendo as consequências.

E as surpresas continuaram! Um dos tripulantes resolveu pegar a máquina fotográfica em sua bagagem, guardada sob o piso do compartimento das macas, para documentar nossa aventura. Ao retirá-la, verificou que estava completamente molhada e a cavilha, no local, cheia d'água. E, triste conclusão, o avião estava afundando!

Descoberto o alagamento e na emergência de termos de sair dali, imediatamente, religamos a chave geral de energia, testamos a partida dos motores, tivemos sucesso e nos alinhamos no eixo maior do açude, para uma decolagem curta de emergência. Acelerados os motores, subimos no degrau, recolhemos os flutuadores, a margem se aproximando e, a uns 100 m dela, decolamos! Saímos rasante, driblando os morrotes, e subimos em espiral, sobre o "nosso" açude para, se houvesse nova emergência , nele tornarmos a pousar.

Subimos até 9.000 pés, estabilizamos a aeronave e tornamos a chamar o Controle Fortaleza, informando que havíamos decolado do açude de Acaraú Mirim com destino a Fortaleza. Alegria geral e surpresa! O Controle Fortaleza informou ter designado todas as aeronaves disponíveis para busca nos açudes conhecidos da região e o "nosso" açude não constava!

Pousamos em Fortaleza e fomos cercados, todos ansiosos pela estória desse nosso inusitado e ímpar acontecimento. Naquela ocasião, após todo aquele fluxo de perigosos e enervantes momentos que o destino nos reservara e das peripécias mirabolantes de preservação às quais nossos "Anjos da guarda" foram submetidos: "arranjar" um açude cheio e livre de obstáculos e permitir sairmos dele com a sobrecarga da água inundada, tudo retornou à memória, em poucos segundos, e a "tremedeira" baixou! Minhas pernas e mãos tremiam, e a voz custava a sair, em um esforço de agradecimento pela minha sobrevivência!

Enquanto isso, o nosso heroico e ali esquecido Catalina 6520 descarregava, pelos seus drenos, no pátio de estacionamento da Base Aérea de Fortaleza, uma parte do "nosso" açude não identificado.

Ironia do Bom Destino... Em meio à euforia dos "sobreviventes" e à possibilidade de afundamento, não perguntamos ao barqueiro o nome da localidade e do "nosso" açude. Quis também o destino que,

ao reformar o PA-10 6520 e adaptá-lo para transporte "VIP" do Comando da 1ª ZAe, fossem retirados os montantes e as blindagens de metralhadoras dos compartimentos das bolhas e do nariz, as pesadas macas, substituídas por poltronas estofadas, enfim, um alívio de peso que compensou o excesso da água entrada pelos drenos do casco, algo presumível em torno de uns 2.000 kg.

Enfim, não chegara o nosso dia! Agora, convenhamos, em pleno Ceará seco, um açude novo, cheio d'água, desobstruído de obstáculos, dentro do nosso alcance para aproximação e amerissagem... Só porque Deus quis!!![1]

*Siudomar Machado de Carvalho formou-se em dezembro de 1948, na Escola de Aeronáutica e qualificou-se como piloto de caça, de transporte aéreo e de tropas e de patrulha antissubmarino, com pouso a bordo do NAeL Minas Gerais, da Marinha do Brasil.*

[1] *Siudomar comandou o 1º/7º GAV, onde bateu o recorde de permanência no ar com aeronave P-15 Neptune, voando 25 horas e 15 minutos. Foi também chefe de Operações do COMGAR, passando para a reserva, em 1974. Faleceu em 29 de abril de 2015.*

# A aeronave Piper L-4H Cub no Brasil

*Aparecido Camazano Alamino*

## Histórico e desenvolvimento da aeronave

Em 1930, a empresa Taylor Aircraft (Taylorcraft), de C. Gilbert Taylor, sediada em Bradford, Pensilvânia, construiu o avião **E Taylor-2 Cub (E-2)** com o patrocínio de William T. Piper, um industrial de Bradford, que tinha investido na empresa. A ideia do E-2 era para ser uma aeronave acessível, que incentivaria o interesse pela aviação.

No final de 1930, a Taylorcraft faliu, e Piper adquiriu os seus ativos, porém manteve, como presidente, C. Gilbert Taylor. No ano de 1936, o Cub foi modificado e recebeu a designação de J-2 com o incentivo de Piper, acarretando problemas no relacionamento com Taylor, que acabou vendendo a sua parte na empresa para Piper.

As vendas do J-2 foram lentas inicialmente, sendo produzidos cerca de 1.200 aparelhos antes do incêndio na fábrica de Bradford, e terminou a sua produção em 1938. Tal sinistro ocasionou a transferência da empresa de Bradford para Lock Haven, também no Estado da Pensilvânia.

Por solicitação de Piper, o projetista Jamouneau efetuou novas modificações estruturais na aeronave, que foi designada como Piper J-3. Ela poderia ser dotada com diferentes tipos de motores, que influíam na sua designação como modelo J-3C (motor Continental O-170), J-3F (motor Franklin 4AC), J-3L (motor Lycoming O-145) e J-3P com motor radial Lenape "Papoose", de três cilindros, dentre outros.

Com o início da 2ª Guerra Mundial na Europa, em 1º de setembro de 1939, começou a ventilar-se a ideia de que os Estados Unidos acabariam se envolvendo no conflito. Nesse cenário, como uma fase inicial de preparação, foi criado o CPTP (Civilian Pilot Training Program – Programa de Treinamento de Pilotos Civis). Pela sua robustez, economia e características, o Piper J-3 Cub foi escolhido como a aeronave padrão para o treinamento primário dos pilotos do CPTP.

O seu sucesso foi enorme, alcançando a marca de ter formado 75% de todos os novos alunos do CPTP, de um total de 435.165 pilotos. Já durante a guerra, 80% de todos os pilotos militares americanos formados receberam o seu treinamento inicial nos aviões Piper J-3 Cub. Em 1940, ou seja, um ano antes da entrada dos Estados Unidos na guerra, 3.016 Piper Cub tinham sido construídos, todavia as exigências da guerra aumentaram a taxa de produção para um aparelho Cub a cada vinte minutos.

*Piper J-3 "2" com o primeiro padrão de pintura brasileiro, utilizado pela 1ª ELO na Itália. As estrelas nas asas eram as americanas para evitar fogo amigo!*

## Surge o Piper L-4 Cub para uso operacional na 2ª Guerra Mundial

Em novembro de 1942, vários aviões Piper Cub, já ostentando as cores militares, deram apoio à invasão norte-americana na África do Norte, marcando o início de sua operação como aeronave de ligação e observação. Esses aviões foram designados O-59 (1941), L-4 (após abril de 1942) e NE pela aviação da Marinha Americana.

Paralelamente, a 1ª Divisão de Fuzileiros Navais também passou a utilizar o Piper Cub em missões de reconhecimento e patrulha na costa ao norte da Nova Bretanha. Essas missões levaram Piper a realizar modificações no desenho do J-3 para adequá-lo ao novo tipo de missão que iria realizar no campo de batalha, bem diferente das lides da instrução aérea.

Foram introduzidas grandes janelas de clarabóia, em Plexiglas, justamente para propiciar melhor visibilidade para o observador, que ia acomodado na parte traseira da cabina, onde também estava o rádio para a comunicação com as forças em terra. O aparelho era um monoplano de asa alta, com dois assentos em tandem (um atrás do outro), de construção mista em madeira e metal, sendo totalmente entelado.

O Piper L-4 foi amplamente utilizado na 2º Guerra Mundial em missões de reconhecimento, transporte de suprimentos, regulagem de tiros de artilharia e evacuação aeromédica de soldados feridos. Durante a invasão aliada da França, em junho de 1944, os L-4, combinando a sua baixa velocidade com a excelente manobrabilidade, tornaram-se uma respeitável plataforma de observação, mostrando-se ideal para detectar tanques alemães escondidos.

Foram produzidos 5.413 aparelhos L-4 para a Força Aérea do Exército dos Estados Unidos, incluídos os 250 aviões construídos para a aviação da Marinha Americana, que foram designados Piper NE-1 e NE-2. O L-4 era conhecido, no âmbito dos aliados, como "Grasshopper" (Gafanhoto), apesar de ser chamado também de Cub.

Após a guerra, muitos L-4 foram vendidos como excedentes, mas um número considerável ainda permaneceu em serviço. Os L-4 vendidos como excedentes nos EUA foram redesignados como J-3, sendo que muitos mantiveram as janelas originais, bem como a sua pintura militar.

Pela sua versatilidade, os aviões Piper L-4, em suas diferentes versões, foram utilizados pelos seguintes países: **Brasil**, Coreia do Sul, Estados Unidos (Força Aérea, Exército e Marinha), Inglaterra, Paraguai, Tailândia etc.

*Próximo ao final da guerra, os aviões da 1ª ELO receberam as cores verde e amarelo na cauda.*

## Atuação após a 2ª Guerra Mundial

O Piper Cub foi considerado um ícone da aviação geral nos Estados Unidos, nos anos 1930 e 1940, sendo produzidas 19.073 unidades do J-3 entre os anos de 1938 e 1947, incluindo, também, as variantes militares.

No final da década de 1940, o J-3 foi substituído pelo Piper PA-11 Cub Special, com 1.500 unidades produzidas. Já o Piper PA-18 Super Cub, que possuía o motor totalmente coberto (carenado), foi produzido até 1981, alcançando 2.650 unidades. Até os dias atuais, modernizado e com motores mais potentes, o aparelho continua sendo produzido pela Cub Crafters de Washington e pela American Legend Aircraft, sediada no Texas, pois tal tipo de aparelho ainda é muito procurado pelas suas características STOL, para atuar em missões de recreação e utilização no Alasca.

## Utilização na Guerra da Coreia

Durante a Guerra da Coreia (1950 – 1953) o Piper L-4 voltou ao serviço ativo e foi amplamente utilizado pelos Estados Unidos e pela Coreia do Sul, praticamente com as mesmas tarefas realizadas durante a 2ª Guerra Mundial, como ligação, observação, regulagem de tiros de artilharia, controle aéreo avançado e reconhecimento. Alguns aviões foram equipados com dispositivo que lhes propiciava transportar uma maca para evacuação aeromédica de feridos.

*O avião nº 9 recebeu o nome Luly pintado no seu "nariz".*

| Designações militares das variantes do Piper L-4 | |
|---|---|
| **YO-59** | modelo para testes e avaliações pela USAAC. 4 construídos como J3C-65 |
| **O-59** | versão de produção para a USAAC. 140 construídos. Posteriormente, designados como L-4 |

| | |
|---|---|
| **L-4** | redesignação das variantes YO-59 e O-59 |
| **L-4A** | redesignação da variante O-59A |
| **L-4B** | era o L-4A sem equipamento rádio. 980 aparelhos construídos |
| **L-4C** | oito construídos como J3L-65. Os dois primeiros foram designados UC-83A |
| **L-4D** | cinco construídos com motor J3F-65 |
| **L-4H** | era o L-4B, com equipamento melhorado e hélice de passo fixo. 1.801 aviões fabricados |
| **L-4J** | era o L-4H com a hélice de passo variável. 1.680 aparelhos construídos |
| **UC-83A** | dois construídos como J3L-65. Posteriormente, redesignados L-4C |
| **TG-8** | variante de treinamento para planador com três assentos. 250 aviões construídos |
| **LNP** | designação da U. S. Navy dos três aparelhos TG-8 recebidos |
| **NE-1** | designação da U. S. Navy com comando duplo da versão J3C-65. 230 aviões produzidos |
| **NE-2** | idêntico ao NE-1, com alterações nos equipamentos. 20 aviões construídos |

## O Piper L-4 Cub no Brasil

### Utilização pela 1ª ELO na 2ª Guerra Mundial

Para apoiar as ações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na sua atuação no teatro de guerra europeu, a Força Aérea Brasileira (FAB) criou a 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação (1ª ELO) pelo Aviso nº 57, de 20 de julho de 1944, sendo subordinada à 1ª Divisão de Infantaria da FEB. A nova Unidade foi formada no Campo dos Afonsos, antes do embarque para a Europa, e o comandante escolhido foi o Major-Aviador

João Affonso Fabrício Belloc, tendo, como oficial de operações, o Capitão Adhemar Gutierrez Ferreira, da Arma de Artilharia do Exército Brasileiro, que coordenaria a atuação dos oficiais observadores.

Observa-se que a sua estrutura apresentava a singularidade da nova Unidade, que tinha pessoal da FAB e do Exército atuando em conjunto, num total de apenas 51 homens. A FAB tinha um efetivo de 30 homens e forneceu os pilotos e o pessoal de manutenção, sendo que, dos 11 pilotos, apenas dois eram da ativa, os demais eram da reserva da FAB. Já o Exército Brasileiro forneceu os 11 observadores aéreos e 10 militares de apoio.

A Esquadrilha foi instalada no aeroporto de San Rossore, em 4 de novembro de 1944, ocasião em que recebeu os primeiros aviões Piper L-4. A sua sede foi transferida para Pistoia em 14 de novembro e, em 12 de dezembro, foi para Suviana. Já em 19 de março de 1945, passou a operar desde Porreta Terme; em 27 de abril, foi transferida para Montecchio; em 2 de maio, para Piacenza; em 8 de maio, para Portalbera e, em 10 de maio, para Alessandria, sempre acompanhando o Quartel General da Artilharia Divisionária da FEB.

No final do conflito, a 1ª ELO foi desativada na Itália, e os aviões Piper L-4H remanescentes seguiram para Nápoles para serem desmontados e embalados para o transporte, de navio, para o Brasil. Já no Brasil, a 1ª ELO foi extinta pelo Aviso nº 74, de 4 de outubro de 1945, e os aviões ficaram com o Exército.

**Estatísticas da 1ª ELO na Itália**

| Dados | Números |
|---|---|
| Horas voadas em missões de guerra | 1.282h 50min |
| Horas totais voadas na Itália | 2.388h 15 min |
| Missões de guerra | 684 |
| Voos realizados | 1.956 |
| Pousos realizados | 2.399 |
| Regulagens de tiro de artilharia | 400 |
| Dias operacionais de guerra | 184 |

Fontes: INCAER, MUSAL e Arquivos do Autor

## As aeronaves da 1ª ELO na Itália

De acordo com as últimas pesquisas realizadas, a FAB adquiriu, pela Lei de Empréstimos e Arrendamento (Lend Lease Act), 30 aviões Piper J3C-65 Cub L-4 das seguintes variantes: dois aviões L-4, nove L-4A, nove L-4B e 10 L-4H. Esses aparelhos foram entregues, gradativamente, à 1ª ELO na base de Tarquínia, para compensar as perdas operacionais, de instrução e para substituir os modelos mais antigos que retornaram à USAAF (Força Aérea do Exército dos Estados Unidos), sendo todos empregados em missões de guerra, no teatro de operações da Itália.

Não existem registros sobre os seriais dos dois aviões L-4, que foram os primeiros a serem recebidos. Por outro lado, os L-4A possuíam os números de série 42-15209, 42-15211, 42-36433, 42-36452, 42-36484, 42-36547, 42-36564, 42-36632 e 42-36636. Já os L-4B eram os 43-774, 43-807, 43-887, 43-901, 43-969, 43-1007, 43-1098, 43-1111 e 43-1143.

*Primeiro padrão de pintura utilizado pelo Exército no início dos anos 1950*

Os L-4A e os L-4B foram alocados ao Brasil em 13 de setembro de 1944, na Itália, e os L-4H foram entregues em dezembro do mesmo ano, quando a USAAF recolheu os modelos antigos, e somente os L-4H foram trasladados para o Brasil e receberam matrículas da FAB.

Como curiosidade, os nossos L-4 utilizaram as cores e insígnias da USAAF na Itália, justamente para evitar o fogo amigo, tendo em vista que voavam muito próximos do movimento das tropas aliadas na linha de contato, e nossas marcas eram pouco conhecidas. Ostentaram as

cores verde oliva (dark olive drab) nas partes laterais e superiores e, cinza médio (médium grey) nas partes inferiores, com estrelas americanas nas asas e nas laterais da fuselagem. Gradualmente, as estrelas da fuselagem foram substituídas pelas estrelas da FAB e, já no final da guerra, também tiveram o leme pintado de verde e amarelo.

*Segundo padrão de designação utilizado pelo L-4H no Exército*

**Tabela dos aviões Piper L-4H da FAB**

| Matr. Itália | Ex-USAAF | Nº Constr. | Matr. EB | Matr. FAB | DAC |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 44-79943 | 12785 | 001/001EB | L-4 3070 | PP-GZO |
| 2 | 44-79990 | 12833 | 002/002EB | L-4 3071 | |
| 3 | 44-80009 | 12293 | 003/003EB | L-4 3072 | PP-GZP |
| 4 | 44-80007 | 12291 | 004/004EB | L-4 3073 | |
| 5 | 44-79995 | 12838 | 005/005EB | L-4 3074 | PP-GZH |
| 6 | 44-79967 | 12279 | 006/006EB | L-4 3075 | Acidentado |
| 7 | 44-79993 | 12836 | 007/007EB | L-4 3076 | PP-GZT |
| 8 | 44-79987 | 12304 | 008/008EB | L-4 3077 | PP-GZS |
| 9 | 44-80008 | 12292 | 009/009EB | L-4 3078 | |
| 10 | 44-79982 | 12825 | 010/010EB | L-4 3079 | PP-GZR |

Fontes: Arquivos Autor, FAB, 1ª ELO, Carlos Dufriche (*in memoriam*) e Rafael P. Machado

## Uso no Brasil, após a 2ª Guerra Mundial

Com o término da guerra, os 10 aviões da variante L-4H, que foram os últimos utilizados pela 1ª ELO na Itália, foram desmontados e embalados em Nápoles, sendo transportados, por navio, para o Rio de Janeiro, permanecendo estocados no Exército Brasileiro. Todavia, quando, nos anos 1950, a FAB requisitou os aparelhos, para a surpresa de todos, encontrou-os montados e em uso pelo Regimento Escola de Artilharia, onde eram utilizados na formação dos oficiais observadores do Exército. Os aviões foram matriculados no Exército, inicialmente, como 001 a 010 e, posteriormente, como 001EB a 010EB.

Após a entrega para a FAB, em 1954, os aviões foram levados para o Campo dos Afonsos, sendo revisados e preparados no então Parque de Aeronáutica dos Afonsos (PAAF). Eles seriam destinados novamente para a 1ª ELO, tendo em vista que esta foi recriada pelo Decreto nº 38.295, de 12 de dezembro de 1955, com sede no Campo dos Afonsos, e recebendo o apoio da então Escola de Aeronáutica.

*L-4 FAB 3071 com as cores utilizadas de 1956 a 1959*

Os L-4H receberam as matrículas de **FAB 3070** a **3079** e a designação **L-4**, atuando na "nova" 1ª ELO, de 1956 até 1959, quando foram transferidos para o PAAF, para serem preparados para a entrega ao Departamento de Aeronáutica Civil (DAC), em 5 de dezembro de 1960 para serem distribuídos aos aeroclubes. Na 1ª ELO, foram substituídos pelos aviões Cessna L-19A Bird Dog, com características mais avançadas.

Um exemplar "cansado de guerra" também foi entregue à Escola Técnica de Aviação (ETAv) em 7 de dezembro de 1945, para uso na instrução no solo dos seus alunos. O aparelho era um YO-59 com ex--USAAF 42-461, ostentando as cores amarelas e a matrícula 62-I-12. Tal aparelho recebeu a matrícula **FAB 3057** em 1946 e acabou sendo colocado em condições de voo, recebendo um motor Continental C-85-8E e entregue à 1ª ELO em 12 de fevereiro de 1957. Por não ser recomendável a sua recuperação, foi descarregado da FAB em 20 de abril de 1964.

*Emblema da 1ª ELO na Itália*

*Emblema da 1ª ELO no Brasil (aprovado em 3/4/1961)*

*Piper YO-59 da Escola Técnica de Aviação, com as cores de 1946*

## O L-4H preservado no MUSAL

Para os entusiastas e saudosistas do Piper L-4H, o Museu Aeroespacial, sediado no Campo dos Afonsos, inaugurou, em 26 de julho de 2001, um Piper L-4H, matriculado como FAB "1", com

as cores da 1ª ELO na Itália. Este aparelho, com nº de construção 4454, não participou das operações na Itália, sendo adquirido nos Estados Unidos por particulares, após a guerra, quando foi matriculado como PP-TEX.

*O MUSAL preserva o aparelho "1" com as cores da 1ª ELO.*

**Principais características do Piper L-4 Cub**

| | |
|---|---|
| **Emprego** | Ligação e Observação |
| **Características** | Monoplano, asa alta, biplace em tandem, monomotor |
| **Envergadura** | 10,74 m |
| **Comprimento** | 6,70 m |
| **Altura** | 2,03 m |
| **Superfície Alar** | 16,62 m² |
| **Pesos** | Vazio: 331 kg<br>Máximo: 553 kg |
| **Velocidade Máxima** | 136 km/h |
| **Razão de Subida** | 109 m/min |
| **Teto Máximo** | 2.834 m |
| **Autonomia** | 2h45 min |

| | |
|---|---|
| **Alcance** | 305 km |
| **Motor** | Continental O-170-3, de 65HP |
| **Armamento** | Nenhum |
| **Tripulação** | 1 piloto e 1 observador |

Fontes: Piper, 1ª ELO, Arquivos do Autor

Ilustrações: Dênis Mendes de Moraes

*Aparecido Camazano é Coronel-Aviador Reformado, Historiador Aeronáutico e Membro Correspondente do INCAER.*

# Museu Aeroespacial: MUNIZ M-7

*Ana Carolina Nogueira de O. da S. de Carvalho*

No que se refere à História da Aviação, o Brasil ocupa posição de destaque no desenvolvimento das ciências aeronáuticas, apesar de boa parte da população brasileira desconhecer o papel significativo de nossos compatriotas na expansão desta ciência. Afinal, o desejo de voar, almejado há tempos remotos e amplamente referenciado em contos e mitos desde a Antiguidade, começou a tomar forma no Brasil colonial.

Nosso primeiro personagem, o Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, nascido na Vila de Santos, no final do século XVII, foi nada menos que o primeiro cientista brasileiro. À luz do princípio de Arquimedes, Bartolomeu de Gusmão compreendeu que, ao ser aquecido, o ar perde densidade, tornando-se mais leve que o ar ambiente. Fez subir em Lisboa, no dia 8 de agosto de 1709, perante D. João V, o primeiro exemplar ocidental de balão não tripulado propulsionado a ar quente, tornando-se, segundo Reale, "o primeiro filho das terras do Novo Mundo cujo nome é cercado do mais alto realce, e inserido nas tábuas da História das Ciências".

No rol dos inventores pioneiros, é marcante a presença de Alberto Santos-Dumont. Conhecido no Brasil como Pai da Aviação, dedicou sua vida aos estudos aeronáuticos, aprimorando gradativamente a dirigibilidade de balões tripulados, culminando com o desenvolvimento do avião, quando, no dia 23 de outubro de 1906, no Campo de Bagatelle, em Paris, o 14-Bis, primeira aeronave a decolar por meios próprios, voou por uma distância de 60 metros, a três metros de altura.

Atualmente o Brasil continua desempenhando importante papel no desenvolvimento aeronáutico, com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) uma das maiores empresas aeronáuticas do mundo, oferecendo soluções sustentáveis à aviação comercial e executiva, além de soluções integradas para defesa, segurança e sistemas.

Ademais, o Brasil se destaca pela notoriedade de sua atuação na preservação de coleções aeronáuticas, sendo o Museu Aeroespacial

(MUSAL), no Rio de Janeiro, o maior museu de aviação do Hemisfério Sul. Detentora da guarda de 128 aeronaves, a instituição possui exemplares de inestimável valor histórico e cultural. No universo de suas coleções, incluem-se, ainda, objetos museológicos, documentos, fotografias e exemplares bibliográficos.

Dentre o acervo que se encontra em exposição no MUSAL, destaca-se o MUNIZ M-7, um avião biplano, monomotor, biplace, destinado ao treinamento primário de pilotos. Projetado por Antônio Guedes Muniz, foi o primeiro modelo desenvolvido por um brasileiro, fabricado e produzido em série no Brasil.

Guedes Muniz, oficial do Exército Brasileiro, formou-se piloto em 1921, sendo, em 1927, transferido da Arma de Engenharia para a recém-criada Arma da Aviação. Ainda capitão, é enviado à Escola Superior de Aeronáutica em Paris, onde realizou curso de Engenharia Aeronáutica e apresentou cinco projetos de aeronaves, sendo o quinto, M-5, montado na fábrica Caudron, nos anos de 1929 e 1930.

De volta ao Brasil, Guedes Muniz projetou, em 1935, o M-7, um biplano leve, com fuselagem em madeira e tela. O protótipo foi

construído no então Parque Central de Aeronáutica (hoje, Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos), e os aparelhos seguintes, na Fábrica Brasileira de Aviões, na Ilha do Viana (Rio de Janeiro).

A Escola de Aviação Militar, que funcionava no Campo dos Afonsos, utilizou 11 aviões MUNIZ M-7, de um total de 28, produzidos de 1937 a 1941, ficando os outros 17 nos aeroclubes para o treinamento de pilotos, até o final da década de 50. O exemplar em questão possui matrícula de número "13" (fabricado em 1938), voou no Aeroclube de Santa Catarina, com o prefixo "PP-TEN", até 1967, quando foi doado ao Museu de Aeronáutica da Fundação Santos-Dumont, em São Paulo, e, posteriormente, transferido para o MUSAL.

No que se refere aos avanços tecnológicos, o Muniz M-7 não apenas alavancou o desenvolvimento da indústria aeronáutica no Brasil como

possibilitou o treinamento de pilotos civis e militares, visto que, naquela época, o país apresentava uma carência significativa de aviões e pilotos. A aeronave foi também a primeira a ser adaptada para pulverização de lavouras, no Rio Grande do Sul, ainda em 1947, possibilitando o aprimoramento de técnicas de combate a pragas e a expansão agrícola.

O M-7 encontra-se em exposição no "Salão Velhas Garças", juntamente com outras 10 aeronaves fabricadas e utilizadas nas primeiras décadas do século XX. Desta forma, continua inserido no principal sítio histórico da aviação brasileira, o Campo dos Afonsos.

**Referências Bibliográficas:**

ANDRADE, Roberto Pereira de Andrade. *A Construção Aeronáutica no Brasil 1910/1976*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976, cap. 2.

BARROS, M. L., BARROS, F. L. *O Museu Aeroespacial no Campo dos Afonsos***.** Rio de Janeiro: Adler, 2012, v.1, 128 p.

INSTITUTO HISTÓRICO E CULTURAL DA AERONÁUTICA. *Patronos do INCAER***.** Rio de Janeiro: INCAER,2008, v1, 240 p.

REALE, M. B. *Opúsculo Padre Bartolomeu de Gusmão – Precursor da Aeronáutica*. Disponível em: https://www.incaer.aer.mil.br/opusculo_gusmao_2.pdf. Acesso em: 24/08/2014.

**Consulta:**

FICHA DE CATALOGAÇÃO – MUSAL 000.190

GUIA DE REMESSA / Parte nº 049/MUS 02/06/1976 (Transferência de acervo) – *Acervo Museu Aeroespacial*

FICHA DE COLEÇÃO DE AERONAVES – *Museu Aeroespacial*

*Ana Carolina Nogueira de O. da S. de Carvalho é 2° TEN QOCON Museóloga, Chefe da Seção de Reserva Técnica do Museu Aeroespacial, Especialista e Mestranda em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.*

# Biblioteca Ten Brig Moreira Lima

*Nair de Laia*

Em nossa Força Aérea, existe a tradição das Turmas editarem uma revista ao final do Curso de formação (como exemplo, citamos a *Revista Esquadrilha,* editada pela Sociedade de Alunos da AFA) e, a partir daí, se confraternizarem periodicamente, mantendo, assim, a união e amizade iniciadas nos tempos que juntos passaram nas escolas. É tradição também que, quando completam jubileu de prata ou ouro, editam uma revista comemorativa contando e relembrando a trajetória da Turma. Em nossa Biblioteca, reservamos um espaço especial para essas revistas.

*Esquadrilha 1945*

Esquadrilha

"...Missão cumprida"

Engalanou-se a Escola de Aeronáutica e com seus portões abertos começou, desde cedo, a encher-se de convidados. Uma linda manhã, em que o próprio sol parecia querer emoldurar em ouro o ambiente festivo dos Afonsos, trazia ao coração dos presentes uma vontade imensa de festejar, de celebrar em espumantes e de alma aberta, o acontecimento que os reunia: chegaria, dali ha pouco, de sua vitoriosa campanha no "front", o 1.º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira.

* * *

E depois, quando o 1.º G. C. já estava alinhado, quando seus heróis defrontavam aquela multidão que êles tinham ido cobrir de tantas glórias e que, agora, os aclamava entusiasticamente, viu-se claramente que aquela alegria se cristalizava em todos os corações, marcada pelas palavras que sonhávamos ouvir desde o dia em que êles haviam partido. Foi quando o comandante, coronel Nero Moura, apresentando-se ao Presidente da República disse, com voz firme, a frase que passará á história: "Sr. Presidente: missão cumprida".

Estava consagrado o valor de seus rapazes. As palavras do comandante resumiam o heroismo de quem vencera.

*Rev. Comemorativa 50 anos*

*Esquadrilha 1955*

*Rev. Comemorativa 50 anos*

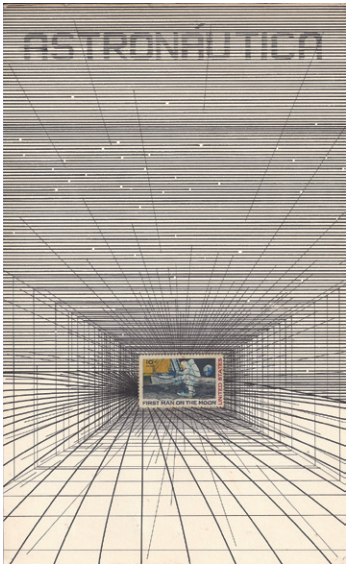
Desta forma, solicitamos aos responsáveis pelas Turmas que, ao publicarem suas revistas comemorativas, nos remetam um exemplar para perpetuarem essas memórias em nossa Instituição.

## DOAÇÕES RECEBIDAS PELO INCAER

Continuamos a receber diversas doações de amigos da Força Aérea, que nos ajudam a completar e enriquecer nosso acervo.

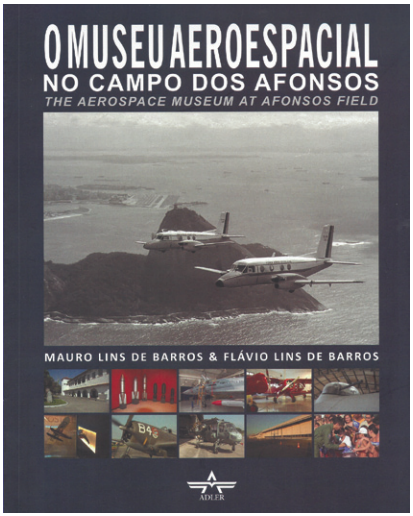
**De: Sr Mário Newton Galiazzi Vasques**

*Álbum Filatélico sobre Astronáutica*



**De: Brig Ar Márcio Bhering Cardoso,** Diretor do Museu Aeroespacial

*O Museu Aeroespacial no Campo dos Afonsos.* Mauro Lins de Barros, Flávio Lins de Barros; 2015.




**De: Turma É P'RA LEÃO**

*Revista dos 50 anos da Turma: Jubileu de ouro EPCAR 1964; 2014.*

**De: Carlos Eduardo Valle Rosa**

*Poder Aéreo. Carlos Eduardo Valle Rosa;* 2014.

**De: Sr Jober Rocha**

*Turma Sai da Reta: A Saga de uma Turma que fez História.* Jober Rocha; 2015.

# CLUBE DO LIVRO

O Clube do Livro é responsável por vender e distribuir obras de autores civis e militares, publicadas pelo INCAER, ou com a sua chancela, sob o título de *Coleção Aeronáutica*.

A Coleção Aeronáutica nasceu para registrar os fatos e personagens mais significativos no meio aeronáutico, ampliar o conhecimento sobre o Poder Aeroespacial, pela leitura de autores clássicos e especializados, e estimular o surgimento de escritores civis e militares especializados em História da Aviação.

A venda de livros é feita por preço de custo, na sede do INCAER:

Praça Marechal Âncora, 15-A – Centro

Rio de Janeiro – RJ – CEP 20021-200

Pelos telefones: (21) 2101-4967 / 2101-4966

Ou pelo correio eletrônico: clubedolivro@incaer.aer.mil.br

*Nair de Laia é Bibliotecária, Chefe da Biblioteca Ten Brig Moreira Lima do INCAER.*

# Coleção Aeronáutica

SÉRIE

**HISTÓRIA GERAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA**

VOL. 1 – Dos Primórdios até 1920.
VOL. 2 – De 1921 às Vésperas da Criação do Ministério da Aeronáutica.
VOL. 3 – Da Criação do Ministério da Aeronáutica ao Final da Segunda Guerra Mundial.
VOL. 4 – Janeiro de 1946 a Janeiro de 1956 – Após o Término da Segunda Guerra Mundial até a Posse do Dr. Juscelino Kubitschek como Presidente da República.

SÉRIE

**HISTÓRIA SETORIAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA**

1 – Santos-Dumont e a Conquista do Ar – Aluízio Napoleão
2 – Santos-Dumont and the Conquest of the Air – Aluízio Napoleão
3 – Senta a Pua! – Rui Moreira Lima
4 – Santos-Dumont – História e Iconografia – Fernando Hippólyto da Costa
5 – Com a 1ª ELO na Itália – Fausto Vasques Villanova
6 – Força Aérea Brasileira 1941-1961 – Como eu a vi – J. E. Magalhães Motta
7 – A Última Guerra Romântica – Memórias de um Piloto de Patrulha – Ivo Gastaldoni
8 – Asas ao Vento – Newton Braga
9 – Os Bombardeiros A-20 no Brasil – Gustavo Wetsch
10 – História do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – Flávio José Martins
11 – Ministros da Aeronáutica 1941-1985 – João Vieira de Sousa
12 – P-47 B4 – O Avião do Dorneles – J. E. Magalhães Motta
13 – Os Primeiros Anos do 1º/14º GAv – Marion de Oliveira Peixoto
14 – Alberto Santos-Dumont – Oscar Fernández Brital
15 – Translado de Aeronaves Militares – J. E. Magalhães Motta
16 – Lockheed PV-1 "Ventura" – J. E. Magalhães Motta
17 – O Esquadrão Pelicano em Cumbica – 2º/10º GAv – Adéele Migon
18 – Base Aérea do Recife – Primórdios e Envolvimento na 2ª Guerra Mundial – Fernando Hippólyto da Costa
19 – Gaviões de Penacho – Lysias Rodrigues
20 – CESSNA AT-17 – J. E. Magalhães Motta
21 – A Pata-Choca – José de Carvalho
22 – Os Primórdios da Atividade Espacial na Aeronáutica – Ivan Janvrot Miranda
23 – Aviação Embarcada – José de Carvalho

24 – O P-16 Tracker e a Aviação Embarcada – Laércio Becker
25 – Tempos de Gloster e Catalina – Marion de Oliveira Peixoto

SÉRIE

**ARTE MILITAR E PODER AEROESPACIAL**

1 – A Vitória pela Força Aérea – A. P. Seversky
2 – O Domínio do Ar – Giulio Douhet
3 – A Evolução do Poder Aéreo – Murillo Santos
4 – Aeroportos e Desenvolvimento – Adyr da Silva
5 – O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas – Murillo Santos
6 – A Psicologia e um novo Conceito de Guerra – Nelson de Abreu O' de Almeida
7 – Emprego Estratégico do Poder Aéreo – J. E. Magalhães Motta
8 – Da Estratégia – O Patamar do Triunfo – Ivan Zanoni Hausen

SÉRIE

**CULTURA GERAL E TEMAS DO INTERESSE DA AERONÁUTICA**

1 – A Linha, de Mermoz, Guillaumet, Saint-Exupéry e dos seus companheiros de Epopéia – Jean-Gérard Fleury
2 – Memórias de um Piloto de Linha – Coriolano Luiz Tenan
3 – Ases ou Loucos? – Geraldo Guimarães Guerra
4 – De Vôos e de Sonhos – Marina Frazão
5 – Anesia – Augusto Lima Neto
6 – Aviação de Outrora – Coriolano Luiz Tenan
7 – O Vermelhinho – O Pequeno Avião que Desbravou o Brasil – Ricardo Nicoll
8 – Eu vi, vivi ou me contaram – Carlos P. Aché Assumpção
9 – Síntese Cronológica da Aeronáutica Brasileira (1685–1941) – Fernando Hippólyto da Costa
10 – O Roteiro do Tocantins – Lysias A. Rodrigues
11 – Crônicas... no Topo – João Soares Nunes
12 – Piloto de Jato – L. S. Pinto e Geraldo Souza Pinto
13 – Vôos da Alma – Ivan Reis Guimarães
14 – Voando com o Destino – Ronald Eduardo Jaeckel

Pedidos ao:
INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA
Praça Marechal Âncora, 15-A, Centro – Rio de Janeiro – RJ
Cep: 20021-200 – Tel: (21) 2101-4966 / 2101-6125
Internet: www.incaer.aer.mil.br e–mail: incaer@incaer.aer.mil.br